

**Associação de Ensino Superior do Piauí -
AESPI**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
– PDI –**

**Instituto de Ensino Superior de Teresina
– IEST –**

2008 - 2012

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI 2008 – 2012

-- ÍNDICE --

Apresentação	06
DIMENSÃO I – ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	07
1. PERFIL INSTITUCIONAL	08
1.1. Identificação	08
1.2. Missão Institucional.....	08
1.3. Implantação e Desenvolvimento do IEST: Históricos e Cronogramas.....	09
1.3.1. Histórico da Mantenedora	09
1.3.2. Histórico da Mantida.....	09
1.3.3. Cronograma de Implantação e Desenvolvimento do Instituto e dos Cursos Oferecidos – 2003/2008	11
1.3.4. Programação de Expansão e Abertura de Cursos durante o Período de Vigência do Atual PDI – 2008/2012	12
1.3.4.1. Observações quanto ao Aumento do Número de Vagas Oferecidas	12
1.3.4.2. Ampliação das Instalações Físicas.....	13
1.4. Objetivos e Metas da Instituição	13
1.4.1. Objetivos Gerais	14
1.4.2. Descrição dos Objetivos e Quantificação das Metas	15
1.4.2.1. Da Organização Administrativa	15
1.4.2.2. Da Organização e Gestão de Pessoal	16
a) Corpo Docente.....	16
b) Corpo Técnico-Administrativo.....	17
c) Aspectos Financeiros e Orçamentários	18
1.4.2.3. Organização Didático-Pedagógica	18
a) Corpo Discente	18
b) Projetos Pedagógicos dos Cursos.....	19
c) Cursos Superiores de Tecnologia.....	20
d) Programas de Extensão	20
e) Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem.....	21
f) Auto-Avaliação Institucional.....	21
1.4.2.4. Infra-Estrutura	22
a) Instalações Gerais	22
b) Instalações da Biblioteca	22
c) Instalações dos Laboratórios e Instalações Especiais	23
1.5. Áreas de Atuação	23
1.6. Análise Crítica do PDI Anterior	24
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI	26
2.1. Concepção do PPI – IEST	26
2.2. Caracterização Socioeconômica da Região.....	27
2.3. Inserção Regional da Instituição.....	28
2.4. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição	29
2.5. Políticas de Ensino	30

2.5.1. Cursos de Graduação	31
2.5.2. Cursos Superiores de Tecnologia.....	33
2.5.3. Cursos Seqüenciais	34
2.6. Políticas para as Atividades Articuladas ao Ensino.....	36
2.6.1. Prática Profissional Extracurricular	36
2.6.2. Atividades Complementares	36
2.7. Políticas de Extensão	37
2.8. Políticas de Educação Inclusiva	38
2.9. Políticas de Gestão.....	40
2.10. Políticas e Planos de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais ou com Mobilidade Reduzida	40
2.10.1. Acessibilidade às Instalações Físicas, Equipamentos e Mobiliários do Instituto	40
2.10.2. Atendimento Prioritário, Imediato e Diferenciado	43
2.10.3. Serviço de Tradução e Interpretação de Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS.....	43
2.11. Responsabilidade Social da Instituição	43
2.11.1. Relacionamento do IEST com seus Grupos de Interesse	44
2.11.1.1. Público Interno	45
2.11.1.2. Alunos	45
2.11.1.3. Comunidade.....	45
2.11.1.4. Parcerias.....	46
2.11.1.5. Governo	46
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	47
3.1. Administração Acadêmica	47
3.1.1. Coordenação dos Cursos	47
3.1.2. Caracterização dos Cursos Oferecidos pelo IEST	49
3.1.2.1. Graduação	49
3.1.2.2. Cursos Superiores de Tecnologia	49
3.1.3. Concepção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos do IEST.....	50
3.1.3.1. Flexibilidade dos Componentes Curriculares: Procedimentos de Seleção de Conteúdo	51
3.1.4. Oportunidades Diferenciadas de Integralização de Cursos	52
3.1.5. Práticas Pedagógicas Inovadoras.....	52
3.1.5.1. Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos.....	52
3.1.6. Atividades Práticas, Complementares e Estágios	54
3.1.6.1. Atividades de Prática Profissional	54
3.1.6.2. Atividades Complementares.....	54
3.1.6.3. Programa de Estágio Supervisionado	56
3.1.6.4. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	56
3.2. Organização Acadêmico-Administrativa.....	57
3.2.1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão	57
3.2.1.1. Organograma Institucional e Acadêmico.....	57
3.2.2. Órgãos Colegiados.....	59
a) Conselho Acadêmico.....	59
b) Diretoria	60
c) Colegiado de Curso	61
d) Administração Acadêmica	62
3.2.2.1. Formas de Participação de Docentes e Alunos nos Órgãos Colegiados	63
3.2.3. Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas	63
3.2.4. Autonomia da IES em Relação à Mantenedora.....	65
3.2.5. Corpo Técnico-Administrativo	65
3.2.5.1. Critérios de Seleção e Contratação.....	65
3.2.5.2. Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho	66
3.2.5.3. Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo, considerando o Período de Vigência do PDI	68
3.2.6. Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira	69
3.2.6.1. Formas de Gestão Financeira Existentes/Previstas.....	69
3.2.6.2. Demonstrativo de Viabilidade Financeira	70

a) Condições de Financiamento da Instituição, Fontes de Receita e Itens de Despesa	70
b) Condições Orçamentárias e Cronogramas de Execução Financeira/ Orçamentária	71
c) Valor dos Encargos Financeiros e Normas de Reajustes em R\$ 1.000	72
3.3. Corpo Discente: Formas de Atendimento aos Alunos.....	73
3.3.1. Formas de Acesso	73
3.3.2. Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro	73
3.3.2.1. Acompanhamento Pedagógico.....	73
3.3.2.2. Apoio Financeiro	74
3.3.3. Estímulos à Permanência do Aluno	75
3.3.3.1. Programa de Nivelamento	75
3.3.3.2. Atendimento Psicopedagógico	75
3.3.4. Organização Estudantil	75
3.3.5. Acompanhamento dos Egressos	75
4. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	76
4.1. Metodologia, Dimensões e Instrumentos a serem utilizados no Processo de Auto-avaliação	76
4.1.1. Metodologia.....	76
4.1.1.1. Desenvolvimento da Proposta: fases de execução.....	77
4.1.1.2. Princípios	78
4.1.1.3. Objetivos	78
4.1.1.4. Relatório Final.....	79
4.1.1.5. Divulgação	79
4.1.1.6. Balanço Crítico: Consolidação.....	79
4.1.1.7. Etapas.....	79
4.1.2. Dimensões e Instrumentos que são utilizados no Processo de Avaliação Institucional.....	81
4.1.3. Formas de Participação dos Grupos Envolvidos	83
4.1.4. Formas de Utilização dos Resultados Obtidos	85
DIMENSÃO II – CORPO DOCENTE	87
1. PERFIL DO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA - IEST	88
1.1. Requisitos de Titulação.....	88
1.2. Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissional Não-Acadêmica	88
2. ASPECTOS DA VIVÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE NO IEST	89
2.1. Critérios de Seleção e Contratação	89
2.2. Regime de Trabalho, Plano de Qualificação e Plano de Carreira Docente	89
2.2.1. Plano de Capacitação Docente.....	89
2.2.2. Plano de Carreira: Política de Aperfeiçoamento/Qualificação/Atualização Docente....	90
2.2.3. Plano de Qualificação Docente	90
2.2.3.1. Projeto de Incentivo à Qualificação Docente.....	94
2.3. Procedimentos para Eventual Substituição de Professores do Quadro	95
2.4. Cronograma de Expansão do Corpo Docente, considerando o Período de Vigência do PDI	95
DIMENSÃO III – INSTALAÇÕES	97
1. INSTALAÇÕES GERAIS	98
2. INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA	99
2.1. Recursos Audiovisuais.....	99
2.2. Laboratórios de Informática	99
2.3. Laboratórios Específicos.....	99
3. SERVIÇOS	102
3.1. Serviços	102

3.2. Normas de Segurança	102
3.3. Plano de Atualização Tecnológica.....	102
3.4. Plano de Manutenção dos Laboratórios	103
3.5. Pessoal Técnico de Apoio	103
3.6. Relação Equipamento/Aluno/Curso.....	103
3.7. Inovações Tecnológicas Significativas	104
4. BIBLIOTECA.....	104
4.1. Acervo Atual do IEST (por área de conhecimento)	105
4.2. Formas de Atualização e Expansão do Acervo	106
4.3. Plano de Expansão do Acervo para o Período de Vigência do PDI	107
4.4. Horário de Funcionamento	108
4.5. Pessoal Técnico-Administrativo.....	108
4.6. Serviços Oferecidos.....	108

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI (2008-2012)

Apresentação

O novo Plano de Desenvolvimento Institucional do **INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA – IEST**, concebido para vigor durante o período 2008-2012, reflete em seu conteúdo e em sua forma as muitas mudanças ocorridas nos últimos anos, tanto na educação superior brasileira em geral, quanto na realidade da Instituição e da região em que está inserida.

Desde 2003, quando foi apresentado o PDI anterior, muitas novas tecnologias surgiram e foram incorporadas à sociedade contemporânea, trazendo benefícios, por um lado, e toda uma gama de novos desafios, por outro – em especial se consideradas as grandes disparidades sociais que ainda afligem grande parte do povo brasileiro, ainda dependente de ações afirmativas e inclusivas que resgatem sua cidadania e seu acesso a esses novos conhecimentos e possibilidades.

A educação assumiu, na visão do cidadão comum, assim como na de todos aqueles que pensam a Nação estrategicamente, papel fundamental na manutenção de bons níveis de desenvolvimento socioeconômico. Sem cidadãos com consciência social e ambiental e sem mão-de-obra qualificada e em sintonia com as exigências atuais do mercado de trabalho, nenhuma região do País progride de maneira auto-sustentada ou verdadeiramente eficaz. A formação de tais contingentes, então, passou a ser objetivo de todos, visto que atende, no fim, aos interesses de todos.

O INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA – IEST visa a contribuir com este esforço por meio de sua atividade principal, que é o fornecimento de ensino superior de qualidade à cidade de Macapá e toda sua área de influência.

Assim, depois de cuidadosa observação e análise dos resultados obtidos no quinquênio anterior, envolvendo a Direção do Instituto, seus órgãos colegiados e representantes da Mantenedora, e obedecendo ao disposto nas mais recentes leis que regulam o ensino superior brasileiro – em especial ao art. 16 do **Decreto n.º 5.773** de 9 de maio de 2006, que define os principais tópicos que deve conter todo Plano de Desenvolvimento Institucional – o **IEST** apresenta seu PDI 2008-2012, remodelado de acordo com sugestões apresentadas em formulário disponibilizado pelo Ministério da Educação¹.

Por meio deste Documento procura-se expor com concisão e coerência os passos a serem dados nesta nova etapa do caminho da Instituição rumo ao pleno cumprimento de sua missão, para o engrandecimento de sua cidade-sede, Teresina, de todo o Estado do Piauí e também, até onde permitir a realidade desta IES, de todo o País.

A Direção
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA – IEST

¹ Este formulário encontra-se, em janeiro/08, no URL http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm e baseia-se no conceito de Dimensões ultimamente comum em relatórios e outros instrumentos de avaliação do INEP/MEC. Outro formulário possível, disponível em <http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>, foi preterido em favor deste.

DIMENSÃO I – ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

DIMENSÃO I – ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Identificação

Mantenedora:

Associação de Ensino Superior do Piauí – AESPI
CNPJ: 11.648.433/0001-74

IES/Mantida:

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA – IEST

Unidade I

End.: Rua Walfran Batista, nº 91, bairro São Cristóvão – CEP 64046-470
Fone/Fax: (86) 3232-2500
E-mail: marcioacbarros@yahoo.com.br

Unidade II

End.: Rua Governador Joca Pires, nº 1.000, Bairro de Fátima – CEP 64048-210
Fone/Fax: (86) 3233-6666
E-mail: marcioacbarros@yahoo.com.br

Unidade III

End.: Rua Goiás, 100, bairro Ilhotas – CEP 64001-570
Fone/Fax: (86) 3221-0767
E-mail: marcioacbarros@yahoo.com.br

1.2. Missão Institucional

O **IEST** tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas atuação. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior integrando o ensino e a extensão, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do Estado e da região.

Seu dever é orientar e desenvolver iniciativas que aumentem a qualidade do Ensino e com ela a formação de sujeitos responsáveis, comprometidos com o seu autodesenvolvimento e com o progresso da sociedade. Para tanto, partilha dessa responsabilidade com os ingressos, os egressos e com as organizações locais. Nesse sentido, a Instituição objetiva ser locus de referência no Estado, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região e participar da inserção dos egressos no mercado de trabalho. A Instituição entende que, na interação dinâmica com a sociedade, em geral, e com o mercado de trabalho, em particular, define os seus campos de atuação acadêmica presentes e futuros.

Reconhecendo a crescente importância do conhecimento para a formação de sujeitos e para o processo de desenvolvimento da sociedade, o **IEST** pretende produzi-lo articulando o ensino com a extensão a partir da análise da realidade social, econômica, política e cultural local, buscando compreender melhor e mais profundamente a realidade que seu egresso irá contribuir para transformar. Nesse sentido, esta Instituição tem como diretriz uma formação que combina e equilibra o desenvolvimento técnico e humanístico e que promove a visão sistêmica do estudante.

Não obstante, o processo de formação do profissional deve abranger uma série de compromissos com a realidade social enquanto sujeito participe de sua construção qualitativa, ao mesmo tempo em que assumirá o exercício profissional na direção da resolução dos problemas locais e regionais.

Para realizar essa missão, a Instituição também parte da necessidade de que, enquanto agência promotora de educação superior, deva ser possuidora de uma política de Graduação rigorosa, sólida e articulada organicamente a um projeto de sociedade e de educação.

1.3. Implantação e Desenvolvimento do IEST: Históricos e Cronogramas

1.3.1. Histórico da Mantenedora

A **Associação de Ensino Superior do Piauí – AESPI**, entidade mantenedora sem fins lucrativos e pessoa jurídica de direito privado devidamente cadastrada no C.G.C. do Ministério da Fazenda sob o n.º 11.648.433/0001-74, com sede na Rua Walfran Batista, nº 91, bairro São Cristóvão, em Teresina, Piauí.

1.3.2. Histórico da Mantida

O **Instituto de Ensino Superior de Teresina – IEST** foi credenciado por meio da Portaria Ministerial n.º 370, publicada no D.O.U. em 06/03/2001. No mesmo endereço de sua mantenedora, funcionam os seguintes cursos de graduação: **Fisioterapia**, reconhecido pela Portaria n.º 759, publicada na D.O.U. de 16/10/2006; **Enfermagem**, autorizado pela Portaria n.º 126, publicada na D.O.U. de 19/02/2008 e o tecnológico de **Gerenciamento de Redes de Computadores**, autorizado pela Portaria n.º 1.196 (publicada no D.O.U. de 12/05/2004).

Na unidade situada na Rua Governador Joca Pires, nº 1.000, Bairro de Fátima, Teresina, Estado do Piauí, credenciado pela Portaria Ministerial n.º 370, publicada no D.O.U. em 06/03/2001, passou a oferecer programas de graduação em diferentes áreas do conhecimento, a saber: regulares de **Ciências Contábeis**, reconhecido pela Portaria n.º 1.765, publicada na D.O.U. de 24/05/2005; **Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda**, reconhecido pela Portaria n.º 1.839, publicada no D.O.U. de 31/05/2005; **Direito**, autorizado pela Portaria n.º 2.349, publicada no D.O.U. de 03/09/2003 e e tecnológicos de **Comunicação e Ilustração Digital**, autorizado pela Portaria n.º 2.489 (publicada no D.O.U. de 20/08/2004), **Comunicação Empresarial**, autorizado pela Portaria n.º 2.430 (publicada no D.O.U. de 12/08/2004), **Comunicação para Web**, autorizado pela Portaria n.º 1.548 (publicada no D.O.U. de 14/11/2003), **Produção Gráfica Digital**, autorizado pela Portaria n.º 2.441 (publicada no D.O.U. de 12/08/2004) e **Multimídia**, autorizado pela Portaria n.º 1.547 (publicada no D.O.U. de 31/05/04).

Na Rua Goiás, 100, bairro Ilhotas, Teresina, Estado do Piauí, são oferecidos os cursos tecnológicos de **Eventos** (autorizado pela Portaria n.º 3.924, publicada no D.O.U. de 03/12/2004), **Gestão de Comércio Exterior** (autorizado pela Portaria n.º 3.850, publicada no D.O.U. de 17/12/2003), **Gestão de Marketing** (autorizado pela Portaria n.º 3.847, publicada no D.O.U. de 17/12/2003), **Gestão de Recursos Humanos** (autorizado pela

Portaria n.º 3.846, publicada no D.O.U. de 17/12/2003), **Gestão de Sistemas de Informação** (autorizado pela Portaria n.º 1.197, publicada no D.O.U. de 12/05/2004), **Gestão Empreendedora** (autorizado pela Portaria n.º 1.198, publicada no D.O.U. de 12/05/2004), **Gestão Hospitalar** (autorizado pela Portaria n.º 3.926, publicada no D.O.U. de 03/12/2004), **Gestão Mercadológica** (autorizado pela Portaria n.º 927, publicada no D.O.U. de 05/05/2004) e **Turismo Receptivo** (autorizado pela Portaria n.º 3.925, publicada no D.O.U. de 03/12/2004).

Os quadros a partir da próxima página apresentam estas informações na forma de cronogramas, em conformidade com o disposto no Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006.

1.3.3. Cronograma de Implantação e Desenvolvimento do Instituto e dos Cursos Oferecidos – 2003/2008

Mantenedora: Associação de Ensino Superior do Piauí – AESPI
Mantida: Instituto de Ensino Superior de Teresina – IEST
Endereço: Rua Walfran Batista, 91, São Cristóvão, Teresina/PI – CEP 64046-470

Cursos Autorizados	Ato Legal Autorização	Início de Funcionamento	Ato Legal Reconhecimento	Ato Legal de Renovação de Reconhecimento	Nº vagas
Enfermagem	Port. 126 – 18/02/08 DOU 19/02/08	22/04/08			100 D/N
Fisioterapia	Port. 4.058 – 30/12/02 DOU 31/12/02	20/02/03	Port. 759 – 13/10/06 DOU 16/10/06		100
Gerenciamento de Redes de Computadores	Port. 1.196 – 11/05/04 DOU 12/05/04	a funcionar em 2008			100

Endereço: Rua Gov. Joca Pires, 1000, Bairro Fátima Teresina/PI – CEP 64048-210

Cursos Autorizados	Ato Legal Autorização	Início de Funcionamento	Ato Legal Reconhecimento	Ato Legal de Renovação de Reconhecimento	Nº vagas
Ciências Contábeis	Port. 370– 05/03/01 DOU 06/03/01	30/07/01	Port. 1.765 –20/05/05 DOU 24/05/05		150
Com. Social com hab. em Publ. e Prop.	Port. 961 – 17/05/01 DOU 22/05/01	30/07/01	Port. 1.839 – 30/05/05 DOU 31/05/05		150
Direito	Port. 2.349 – 02/09/03 DOU 03/09/03	01/10/03	20073171 – 05/05/07 23000.014740/07-11		200
Multimídia	Port. 1.547 – 27/05/04 DOU 31/05/04	a funcionar em 2008			100
Comunicação para Web	Port. 1.548 – 27/05/04 DOU 31/05/04	a funcionar em 2008			100
Produção Gráfica Digital	Port. 2.441 – 11/08/04 DOU 12/08/04	a funcionar em 2008			100
Comunicação Empresarial	Port. 2.430 – 11/08/04 DOU 12/08/04	a funcionar em 2008			100
Comunicação e Ilustração Digital	Port. 2.489 – 18/08/04 DOU 20/08/04	a funcionar em 2008			100

Endereço: Rua Goiás, 100, Bairro Ilhotas, Teresina/PI – CEP 64001-570

Cursos Autorizados	Ato Legal Autorização	Início de Funcionamento	Ato Legal Reconhecimento	Ato Legal de Renovação de Reconhecimento	Nº vagas
Gestão de Sistemas de Informação	Port. 1.197 – 11/05/04 DOU 12/05/04	2007	20072514 – 11/04/07		100
Gestão de Comércio Exterior	Port. 3.850 – 15/12/03 DOU – 17/12/03	a funcionar em 2008	–		100
Gestão Hospitalar	Port. 3.926 – 02/12/04 DOU 03/12/04	2007	20072516 – 11/04/07		100
Turismo Receptivo	Port. 3.925 – 02/12/04 DOU 03/12/04	a funcionar em 2008	20072521 – 11/04/07		100
Gestão de Marketing	Port. 3.847 – 15/12/03 DOU 17/12/03	2007	20072444 – 10/04/07		100
Gestão Mercadológica	Port. 927 – 01/04/04 DOU 05/05/04	a funcionar em 2008	20072517 – 11/04/07		100
Eventos	Port. 3.924 – 02/12/04 DOU 03/12/04	a funcionar em 2008	–		100
Gestão Empreendedora	Port. 1.198 – 11/05/04 DOU 12/05/04	2008	20072515 – 11/04/07		100
Gestão de Recursos Humanos	Port. 3.846 – 15/02/03 DOU 17/12/03	2007	20072513 – 11/04/07		100

1.3.4. Programação de Expansão e Abertura de Cursos durante o Período de Vigência do Atual PDI – 2008/2012

O **IEST** vem, ao longo de sua história, mostrando grande capacidade de adaptação às mudanças do mercado de trabalho teresinense, buscando, no menor tempo possível para que se respeitem os padrões de qualidade estabelecidos tanto pelas diretrizes e objetivos da Instituição, quanto pelos órgãos públicos competentes, cursos relevantes para o atendimento das demandas de médio e longo prazo do mercado de trabalho da região.

Recentemente, com a abertura de cursos tecnológicos, o Instituto passou a abranger também as demandas de curto prazo, oferecendo formação superior de qualidade por meio de cursos que duram, em média, dois anos, possibilitando ao profissional pronto acompanhamento das tendências mais significativas nas empresas dos mais variados segmentos e portes.

No período de vigência deste PDI, qual seja, o quinquênio 2008-2012, está prevista primeiramente a implantação de cursos que visam a um melhor aproveitamento da capacidade já instaurada da IES, conforme dispostos na tabela abaixo:

ANOS	CURSOS	N.º de VAGAS	PERÍODO
2010	Psicologia	100	Noturno
2011	Educação Física	100	
2012	Nutrição	100	

Em que pese esta disposição, o **INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA** compromete-se a permanecer atento às mudanças e inovações sociais e tecnológicas, mantendo uma margem de trabalho suficiente para adaptar seus planos à realidade do momento, mas sem perder de vista questões de longo prazo, como relevância socioeconômica e sustentabilidade de eventuais novas propostas de cursos.

Caso seja do interesse do **IEST** e da comunidade em que está inserido, assim como do interesse do Estado ou do País, a implantação de outros cursos que não os apresentados neste item, este PDI será devidamente aditado, passando a conter todos os passos do novo planejamento conforme estabelecem o Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, e demais dispositivos legais posteriores que venham a alterá-lo.

1.3.4.1. Observações quanto ao Aumento do Número de Vagas Oferecidas

O Instituto acompanha constantemente seu número de alunos, de forma a otimizar o uso de seus recursos pedagógicos e financeiros e de sua infra-estrutura física e acadêmica.

Incorporando em seus cálculos e projeções para os novos cursos dados importantes como taxas de evasão/desistência, transferência e de alunos repetentes, o **IEST** garante a melhor distribuição possível de seus alunos e faz, quando necessário e de acordo com instruções da Mantenedora, intervenções em sua infra-estrutura física, entre outras ações, para acomodar números crescentes de alunos e atender satisfatoriamente às características didático-pedagógicas de seus cursos.

1.3.4.2. Ampliação das Instalações Físicas

Em relação à manutenção e ampliação da Infra-estrutura, o **IEST** planeja a elevação do número de salas de aulas, de áreas comuns, de áreas especiais e de instalações pertinentes aos recursos materiais e tecnológicos gerais e específicos para cada curso existente e a ser implantado pela Instituição, priorizando a demanda dos cursos e às demais atividades fim e meio.

Considerando que essa reorganização do espaço físico compromete a Infra-estrutura geral, novas inversões financeiras serão realizadas visando a atender ao conjunto das áreas destinadas aos recursos físicos e materiais da Instituição, assim como ao bem-estar coletivo por meio do atendimento das necessidades ambientais e de segurança. Vale ressaltar que a implantação dos novos programas de cursos de Graduação implica na construção de clínicas e laboratórios destinados ao exercício da prática profissional.

Entendendo a importância de detalhar as informações relativas à manutenção e à ampliação da Infra-estrutura no PDI, segue na seqüência o quadro com essa disposição:

Manutenção e ampliação de Infra-estrutura (*)	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Manutenção da Infra-estrutura	300	400	700	1000	800	3200
Construção de salas	240	300	400	500	400	1840
Construção/Ampliação de áreas comuns e especiais	250	400	500	600	500	2250
Construção de Laboratórios e Clínicas	150	200	500	600	500	1950
Ampliação do espaço da Biblioteca	250	300	500	700	600	2350
Urbanização e jardinagem	10	30	30	30	30	130
Iluminação e sinalização	10	30	30	30	30	130
Instalações Elétricas/Hidráulicas/Arquitetônicas	25	50	50	50	50	225
Aquisição de Mobiliários	175	300	500	500	600	2075
Aquisição de Sistemas de Ar/Alarme/Segurança	0	10	10	10	10	40
Aquisição de Terrenos	0	1000	2500	2500	2500	8500
Outras construções e aquisições	100	1500	1500	1600	1500	6200
TOTAL PREVISTO	1510	4.520	7.220	8.120	7.520	28.890

(*) em R\$ mil

1.4. Objetivos e Metas da Instituição

O Instituto assume posição construtiva em uma sociedade democrática, servindo de instrumento propulsor de transformação social. Nesse sentido, suas metas procuram responder aos anseios e às necessidades da comunidade onde se situa. A IES deve ter o compromisso de colocar o produto de suas atividades de ensino com a extensão ao alcance e serviço dessa comunidade, para dela merecer respeito e reconhecimento. Tem como fim, ainda, garantir a qualidade desse produto, por meio de uma efetiva política de capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo, além de uma ampla participação dos alunos nos diversos aspectos da vida universitária.

A finalidade, disposta na estrutura regimental, destaca como objetivos e finalidades do Instituto:

- formar profissionais de nível superior, nas diferentes áreas de conhecimento, para participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;
- incentivar a pesquisa e a iniciação científica, visando colaborar no avanço da ciência e da cultura;

- promover a extensão, aberta à participação da população, para difundir as conquistas e benefícios resultantes dos estudos sistematizados e investigações gerados na Instituição;
- estimular a criação cultural, por meio da promoção de eventos diversificados;
- preparar profissionais competentes e éticos para o mercado de trabalho;
- proporcionar cursos de formação continuada para seus egressos, visando à atualização profissional;
- desenvolver atividades educativas, culturais, humanistas, técnicas e científicas que beneficiem efetivamente a comunidade onde se insere; e
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

1.4.1. Objetivos Gerais

As diretrizes que norteiam o Projeto Institucional do **IEST** estabelecem como compromisso a busca de um padrão de excelência no ensino da Graduação e da Tecnologia, associando a eficiência e a eficácia exigidas pelo mercado aos princípios éticos que regem a atuação do profissional a ser formado. A decorrência dessa concepção geral é a de procurar formar um profissional que contribua para a melhoria da qualidade de vida em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimilados e adquiridos na IES devem conferir-lhe terminalidade e capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e as necessidades prevalentes e prioritárias da região e do País. Esse conjunto de competências deve promover no aluno a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

O **IEST** procura desenvolver ações que assegurem:

- a formação ética e humanística do sujeito voltada para a autonomia, cooperação, solidariedade, respeito à diversidade, tolerância e equidade social;
- a sólida formação técnico-científica, que possibilite ao sujeito compreensão e ação críticas do/no mundo em transformação;
- o envolvimento das instâncias superiores de planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades de ensino de Graduação;
- o aprimoramento do Instituto, visando sua qualificação na área educacional;
- a modernização institucional continuada;
- os mecanismos que harmonizem as relações internas;
- os meios necessários para a realização da sistemática de avaliação institucional;
- a integração das áreas de ensino e extensão com uma administração comprometida com a educação;

- o estímulo à comunidade acadêmica na busca por capacitação em áreas acadêmicas e técnico-administrativas; e
- formas alternativas de recursos, intensificando parcerias com organizações nacionais e internacionais.

Outros objetivos e metas tornam-se claros quando visualizados nos quadros a seguir.

1.4.2. Descrição dos Objetivos e Quantificação das Metas

Em consonância com os objetivos gerais, o **IEST** tem adotado outros objetivos, metas e ações específicas, transcritas a seguir, para a tomada de decisões estratégicas e operacionais do seu processo de gestão institucional.

1.4.2.1. Da Organização Administrativa

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Aperfeiçoar a política de comunicação interna e externa do IEST	Integrar todas as ações na área da Comunicação.	Criação de mecanismos para que os processos de comunicação estejam adequados às necessidades dos diversos setores.	2008
		Criação de meios em instâncias apropriadas para o acompanhamento e solução do fato ocorrido.	2008
		Criação de documentos que socializem as informações.	2008
		Desenvolvimento de cronograma para Reuniões gerais.	2008-2012
Incentivar a participação efetiva dos coordenadores dos cursos na elaboração de projetos pedagógicos	Atingir 100% de participação dos docentes.	Reunião com todos os professores dos cursos pelo menos uma vez por bimestre.	2008-2012
	Ter 100% dos coordenadores comprometidos com garantia de qualidade do curso.	Avaliação da atuação do coordenador no que diz respeito ao atendimento a alunos e docentes; Avaliação da forma de condução do curso.	2008-2012
	Garantir 100% de participação da representação de coordenadores nas reuniões dos órgãos colegiados.	Divulgação das datas de reuniões com antecedência; Convocações através de editais; Solicitação da ciência dos interessados.	2008-2012
	Aperfeiçoar todo o apoio didático-pedagógico necessário	Solicitação da relação de demanda.	2008
		Compra, instalação ou contratação que forem pertinentes.	2008-2012
Implantar as coordenações dos novos cursos	Ter, em 100% dos cursos oferecidos e a serem implantados, coordenadores que atendam às exigências dos padrões de qualidade quanto à titulação.	Incentivo à busca da titulação; Contratação de Coordenadores que já atendam aos parâmetros de qualidade para os novos cursos.	2008-2012

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
	Ter, em 100% dos cursos oferecidos, coordenadores que atendam às exigências dos padrões de qualidade quanto ao regime de trabalho.	Contratação de Coordenadores que já atendam aos parâmetros de qualidade, para os novos cursos.	2008-2012
	Ter, em 100% dos cursos oferecidos, coordenadores que atendam às exigências dos padrões de qualidade quanto à experiência profissional.	Contratação de Coordenadores que já atendam aos parâmetros de qualidade para os novos cursos.	2008-2012
Aperfeiçoar a organização do controle administrativo	Qualificar técnicos administrativos através de bolsas de estudo com descontos que podem chegar a 50%, com incentivos salariais aos funcionários que concluem tais cursos.	Incentivo a formação continuada do corpo técnico; Oferta de cursos voltados a atuação específica; Oferta de cursos de relações interpessoais para o bom desempenho profissional; Estímulo à participação em eventos sociais, culturais e científicos promovidos pela Instituição e outras entidades.	2008-2012
	Capacitar e dar treinamento em Informática.	Realização de cursos para usuários da comunidade, da administração, agentes de informática, administradores de redes e funcionários técnicos e administrativos.	2008-2012
	Disponer de técnicos administrativos em quantidade suficiente para atender às necessidades do IEST.	Contratação de funcionários para atender os parâmetros de qualidade; Remanejamentos internos;	2008-2012
		Qualificação dos servidores já contratados.	2008

1.4.2.2. Da Organização e Gestão de Pessoal

a) Corpo Docente

Formação Acadêmica e Profissional

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Estimular o aperfeiçoamento da qualificação docente do IEST	Estabelecer um cronograma anual de capacitação para que, no final da vigência do PDI, o IEST tenha 1/3 do corpo docente com o título de Mestres e Doutores.	Contratação, em cada um dos cursos a serem implantados pela Instituição, de professores com Mestrado ou Doutorado, de maneira que atenda aos padrões de qualidade e a Avaliação das Condições de Ensino.	2008-2012
		Incentivo aos professores contratados para o aperfeiçoamento da titulação.	
Incentivar a participação dos professores em eventos nacionais	Atingir o mínimo de um professor participante, por curso, de eventos nacionais, por ano.	Ajuda de custo voltada para a participação de professores em eventos nacionais.	2008-2012

Condições de Trabalho

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Adequar o corpo docente às exigências do MEC, em termos de regime integral e parcial de trabalho.	Atingir, no mínimo, 1/5 de professores em tempo integral ou parcial.	Adequação do corpo docente dos cursos existentes e a serem implantados, especialmente ao item Regime de Trabalho; Adequação do quadro às exigências estabelecidas pelo MEC.	2008-2012

Desempenho Acadêmico e Profissional

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Acompanhar o desempenho acadêmico e profissional do docente.	Avaliar semestralmente o desempenho docente.	Estabelecimento de estratégias para melhoria do desempenho profissional dos docentes a partir dos resultados da avaliação institucional.	2008-2012
Melhorar o desempenho docente	Promover semestralmente a capacitação de docentes.	Realização de eventos e programas de capacitação didático-pedagógico; Estabelecimento de estratégias para manutenção e melhoria do desempenho acadêmico e profissional dos docentes; Promoção de melhorias nas condições ambientais de trabalho do professor.	2008-2012

b) Corpo Técnico-Administrativo

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Propiciar ao corpo técnico-administrativo condições adequadas ao desempenho de suas atividades	Manutenção de um corpo técnico-administrativo adequado às necessidades relativas ao bom funcionamento da instituição.	Manutenção da política elaborada para o corpo técnico-administrativo.	2008
	Alcançar e manter em nível elevado a formação e a qualificação profissional dos servidores técnico-administrativos, integrando-os aos interesses da organização.	Oferecimento de programas periódicos de atualização, contemplando os avanços da tecnologia disponíveis nas áreas pertinentes; Efetivação de convênios com instituições públicas e privadas para o oferecimento de programas de capacitação; Estabelecimento do intercâmbio com entidades diversas para a oferta de cursos e programas de atualização.	2008-2012

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Manutenção do Plano de Carreira para o corpo administrativo	Manter o Corpo administrativo composto por, pelo menos, 15% (quinze por cento) de auxiliares de administração escolar graduados.	Incentivo à formação continuada do corpo técnico; Oferta de cursos voltados à atuação específica; Estímulo a participação em eventos sociais, culturais e científicos promovidos pela Instituição e outras entidades; Promoção e atualização de conhecimentos na área de atuação.	2008-2012
	Oferecer oportunidades de atualização e aperfeiçoamento permanentes.	Ajuda de custo e liberação de ponto para participação em Seminários, Congressos, Simpósios, pertinentes à área de atuação.	2008-2012

c) Aspectos Financeiros e Orçamentários

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Previsão orçamentária para a implantação de novos cursos	Elaborar o Plano de Execução Orçamentária	Elaboração do Plano de Execução Orçamentária, com a previsão de implantação dos novos cursos.	2008-2012
	Captar recursos externos	Elaboração de projetos que possam captar recursos para o IEST ; Planejamento e captação de recursos por meios alternativos: doações, parcerias, convênios e outros.	2008-2012
Otimização de recursos financeiros	Prestar contas, anualmente, à comunidade universitária, da execução orçamentária/financeira definida no seu orçamento-programa.	Vinculação das metas orçamentárias aos objetivos fins da instituição; Implantação de sistema de redução de custo sem interferir na qualidade; Elaboração do planejamento de giro e abastecimento dos insumos; Elaboração de planejamento e de reinvestimento do IEST.	2008-2012

1.4.2.3. Organização Didático-Pedagógica

a) Corpo Discente

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Contínuo apoio ao discente	Estender a política de assistência ao estudante até cobrir a totalidade de suas necessidades pedagógicas.	Implantação do núcleo de apoio ao discente; Celebração de convênios com empresas da região; Oferecimento do programa de bolsas de estudo e de monitoria.	2008-2012

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
	Trabalhar a postura acadêmica e profissional do estudante	Orientação aos estudantes sobre métodos de estudo; Incentivo à participação discente em grupos de pesquisa e Programa de Extensão; Informações constantes sobre tendências, requisitos e dificuldades relacionadas ao mercado de trabalho.	2008-2012
	Apoio à iniciativa tanto do professor quanto do aluno no sentido de organização de eventos e divulgação científica.	Apoio à participação na iniciação científica; Apoio à participação em congressos, encontros, e seminários realizados em outras instituições; Promoção de eventos na própria instituição de acordo com os cursos a serem implantados; Otimização dos recursos de divulgação já existentes tais como: revistas, murais, página na Internet, entre outros.	2008-2012
	Acompanhamento psicopedagógico	Disponibilidade de pessoal qualificado para o exercício dessa atividade.	2008
	Oferecimento de mecanismos de nivelamento atingindo 40% dos alunos ingressantes	Identificação das principais defasagens dos ingressantes por meio do processo seletivo; Desenvolvimento de material de apoio para nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso a ser implantado; Acompanhamento e orientação didática, de modo prioritário, aos alunos ingressantes com dificuldades de aprendizagem; Oferecimento de cursos de nivelamento com utilização da tecnologia da informação.	2008-2012
	Implantação do programa de acompanhamento ao egresso	Criação da associação de ex-alunos; Promoção de encontros de ex-alunos; Participação do egresso no processo de avaliação institucional; Convite aos egressos para dar palestras para os novos alunos.	2008-2012

b) Projetos Pedagógicos dos Cursos

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Adequação do currículo dos cursos	Ter Currículos de Cursos que satisfaçam as necessidades dos alunos em consonância com os objetivos institucionais.	Identificação de possíveis deficiências na Estrutura Curricular dos Cursos e promover alteração curricular.	2009-2012
Manter um sistema unificado para a Avaliação do Ensino Aprendizagem	Manter a política institucional de avaliação seguindo o padrão do SINAES.	Aperfeiçoar os mecanismos de avaliação para todos os cursos; Atuação da CPA – Comissão Permanente de Avaliação.	2008-2012
Promover a	Consolidação dos projetos	Sustentação da qualidade dos	2008-2012

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade.	acadêmicos identificando e priorizando as metodologias inovadoras para o ensino, extensão e atividades assistenciais. Comunicação do saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.	cursos oferecidos valorizando o ensino prático, a formação humanística; Análise crítica dos resultados através do programa de avaliação permanente; Implementação e adoção crítica de novas metodologias educacionais; Implantação de novas práticas metodológicas do ensino, compatíveis com os desafios e exigências do desenvolvimento regional e nacional.	

c) Cursos Superiores de Tecnologia

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Implantar Cursos Superiores de Tecnologia	Estimular a criação de cursos Superiores de Tecnologia com o objetivo de formar profissionais de nível superior aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades em suas áreas de formação específica, contribuindo para o pronto atendimento das necessidades do mercado de trabalho das regiões em que atuarem.	Implementar cursos e currículos concisos e objetivos, voltados para a qualificação profissional tanto de indivíduos ainda não inseridos no mercado de trabalho quanto daqueles que necessitam de oportunidades de qualificar ou requalificar sua atuação profissional, sintonizando-se com as mais recentes demandas do mercado de trabalho quer como empregado ou empreendedor.	2008-2012

d) Programas de Extensão

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Implantar programas de Extensão	Desenvolver mecanismos para que todos os discentes participem pelo menos de uma atividade de extensão por semestre	Definição por curso um cronograma de atividades de extensão para todo o semestre.	2008-2012
	Estabelecer diretrizes para que todos os discentes realizem pelo menos uma Visita Técnica por semestre	Estabelecimento de parcerias, convênios e ações integradas com o setor produtivo e social; Definição de uma agenda de visita técnica para cada semestre.	2008-2012

e) Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Aperfeiçoar o Processo de Avaliação e as Políticas Pedagógicas	Envolver 100% dos docentes na reflexão sobre as práticas pedagógicas adotadas.	Integração entre os coordenadores e a Administração Superior, em busca de aperfeiçoamento na metodologia da avaliação e os resultados do desempenho.	2008
Avaliar de forma inovadora	Manter e aperfeiçoar o processo de avaliação qualitativa em todas atividades de ensino aprendizagem e dimensões do UEST , segundo as diretrizes do SINAES.	Reflexão sobre o caráter sistêmico dos componentes do processo de ensino-aprendizagem, considerando a integração do cognitivo e do afetivo, do instrutivo e do educativo como requisitos psicológicos e pedagógicos essenciais; Integração dialética entre o instrutivo e o educativo; Construção da avaliação como processo de aprendizagem como uma ação contínua, analisando as diferentes etapas do processo.	2008-2012

f) Auto-Avaliação Institucional

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
O UEST iniciou seu processo de Auto-Avaliação em 2004, com a implantação da CPA, em conformidade com a Lei do SINAES	Processo ordenado, sistêmico, de conhecimento de méritos, valores, potencialidades e fragilidades.	O UEST em 2006 enviou ao INEP/MEC seu Relatório de Auto-Avaliação	2008
Consolidação da Cultura e do Processo de Avaliação da Instituição	Revisão da Metodologia e Procedimentos adotados no Processo de Auto-Avaliação Institucional.	Tornar a Avaliação mais participativa, ágil, capaz de acompanhar os projetos e programas da UES;	2008-2012
		Avaliação do nível de excelência acadêmica, de acordo com os parâmetros do MEC.	
Empregar a Auto-Avaliação como ferramenta de gestão da UES	Atingir, influir, gradualmente, em todas questões pertinentes ao aumento da qualidade de ensino oferecida e eficácia de gestão do UEST.	Institucionalização da avaliação como instrumento para a melhoria da qualidade do ensino no UEST ;	2008-2012
		Elaboração e divulgação para a Diretoria do UEST e Coordenadores de Cursos, gráficos dos resultados e estudo das tendências, dos pontos altos, médios e baixos das expectativas dos alunos e professores.	
		Verificação, análise, interpretação, propondo ações, baseados nos resultados das avaliações;	2008-2012
		Análise, comparativamente, dos resultados da avaliação interna e externa.	

1.4.2.4. Infra-Estrutura

a) Instalações Gerais

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Promover a ampliação das instalações físicas	Melhorar e expandir o espaço físico em geral.	Definir o cronograma de reformas e construções de maneira a não interferir nas atividades pedagógicas; Ampliação gradativa das dependências para que atendam à implantação de novos cursos; Manutenção das condições de acesso aos portadores de deficiência física e sensorial.	2008-2012
Promover a atualização e a ampliação dos equipamentos	Assegurar que todos os cursos e setores administrativos da instituição possuam os equipamentos atualizados necessários ao seu bom funcionamento.	Inclusão no Planejamento Econômico percentual de investimento para aquisição e atualização de equipamentos.	2008

b) Instalações da Biblioteca

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Atualização permanente do acervo bibliográfico.	Atingir o referencial máximo na Avaliação das Condições de Oferta no item Biblioteca.	Manutenção da política de atualização bibliográfica; Aquisição de obras necessárias para atendimento às necessidades de cada curso a ser implantado.	2008
Manter a Biblioteca atualizada e em condições de atender aos cursos do IEST	Oferecer serviços de qualidade para os usuários.	Horário de atendimento ininterrupto durante, no mínimo, 14 horas diárias, incluindo os sábados; Disponibilização do serviço de acesso ao acervo, garantindo a qualidade do serviço de consulta e empréstimo; Elaboração e desenvolvimento de programas específicos para subsidiar as atividades de ensino e extensão.	2008-2012
Garantir o acesso à internet	Manutenção da consulta bibliográfica on-line	Melhorias de segurança dos microcomputadores para acesso a Internet e consulta ao acervo.	2008-2012

c) Instalações dos Laboratórios e Instalações Especiais

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZOS
Manter a atualização tecnológica no IEST	Manter atualizada a base laboratorial e de Oficinas existentes.	Manutenção através dos supervisores de laboratórios, do plano de atualização e modernização anual dos laboratórios.	2008-2012
		Continuidade da política para a aquisição e atualização de equipamentos.	2008-2012
Promover a aquisição de laboratórios	Assegurar que todos os cursos da instituição possuam os equipamentos atualizados necessários ao seu bom funcionamento.	Aquisição de equipamentos de acordo com a demanda e necessidade dos cursos existentes e a serem implantados.	2008-2012

1.5. Áreas de Atuação

A Instituição, por sua concepção histórica, entende ser de sua responsabilidade a formação dos quadros profissionais da região, do Estado e do País, tendo no ensino e na extensão o compromisso com as diretrizes e preceitos da excelência educacional.

Nessa perspectiva, a educação superior do Instituto pretende abranger os seguintes cursos e programas:

- de Graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- de Especialização, Aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de Graduação e que atendam às exigências da Instituição;
- de Extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pela Instituição;
- Seqüenciais, abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou diplomados em cursos de Graduação e atendam aos requisitos estabelecidos pela Instituição; e
- Tecnológicos, abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio, Técnico e Superior e atendam aos requisitos dispostos no Regimento da instituição.

Além destes cursos, concebidos, implantados e geridos pela IES, foi fechado no ano de 2007 contrato de parceria para que o **IEST** atue como pólo de apoio presencial para os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos na modalidade **Ensino a Distância – EAD** pela Universidade Paulista – UNIP. Esta ação propicia ao Instituto a oportunidade de realizar valiosas trocas de experiências pedagógicas com um dos maiores conglomerados de ensino do País, e também de observar de perto os procedimentos e requisitos necessários para o oferecimento desta modalidade de ensino, opção das mais interessantes para expandir o acesso da população ao ensino superior sem necessidade de deslocamentos extensos ou adaptações de horários, nem sempre possíveis para quem

mora no interior do Estado ou já está inserido no mercado de trabalho, cumprindo cargas horárias incompatíveis com o ensino presencial tradicional.

Assim, o **IEST** fortalece seu compromisso social ao reconhecer que a educação é a chave para o desenvolvimento sustentável. Seu propósito é possibilitar, por meio de seus produtos educacionais, a formação de profissionais em diversas áreas do saber, visando ampliar o patrimônio cultural e contribuindo para o crescimento econômico e social do Estado do Piauí.

1.6. Análise Crítica do PDI Anterior

O segundo Plano de Desenvolvimento Institucional do **INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA – IEST** nasce de uma cuidadosa reflexão sobre a primeira experiência com o instrumento, transcorrida nos primeiros anos desta década.

Quando foi solicitado pelo Ministério da Educação pela primeira vez, o Plano de Desenvolvimento Institucional possuía menos parâmetros legais, deixando em grande parte à Instituição a definição de itens e aspectos organizacionais, pedagógicos e administrativos que se mostrassem mais relevantes para a demonstração, por meio daquele documento, de um planejamento coerente e eficaz para a administração dos cursos já existentes e daqueles a serem implantados em seu período de vigência.

Em 2008, porém, o que se observa é uma grande mudança no escopo das leis que regem a elaboração do PDI, assim como daquelas que concernem a avaliação institucional em suas mais variadas instâncias. Denota-se uma convergência para um determinado modelo, tendo ficado pelo caminho mecanismos legais e eletrônicos que se mostraram menos adequados.

Ganhou força, nos últimos anos, a divisão dos vários aspectos da vivência de uma IES em “Dimensões”, que arregimentam parâmetros e instrumentos específicos no estabelecimento de padrões mínimos de qualidade para o atendimento das expectativas dos órgãos públicos competentes.

Assim justifica-se a opção, conforme mencionada na apresentação deste documento, de uma nova abordagem do PDI, em maior consonância com o conceito “tridimensional” (Organização Institucional, Organização Didático-Pedagógica e Instalações Físicas) favorecido pelo MEC.

Adequando a realidade do **IEST** às exigências deste órgão, optou-se por uma aderência bastante estrita ao disposto no art. 16 do Decreto 5.773, de 09 de maio de 2006, que delimita os itens obrigatórios para todo e qualquer PDI válido a partir da homologação deste ato legal. Os itens adicionais, embora não obrigatórios, correspondem às exigências observadas com maior frequência em visitas de Comissões Avaliadoras do INEP/MEC, que constantemente solicitam documentos e dados de acordo com as necessidades e características dos cursos sendo avaliados.

Vale ressaltar ainda, com relação às diferenças de concepção entre este PDI e seu antecessor, a incorporação do Projeto Pedagógico Institucional, conhecido como PPI, ao documento, unificando assim as propostas aos seus pressupostos filosóficos, políticos e educacionais.

Desta forma, diferentemente do PDI anterior, que possuía caráter muito mais experimental e conceitual, este procura uma abordagem alicerçada na prática, deixando definições mais detalhadas sobre cada curso para seus respectivos Projetos Pedagógicos de Curso, garantindo assim maior liberdade pedagógica para cada área específica.

Ao instalar-se em Teresina, o **INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA – IEST** assumiu o compromisso de “buscar permanentemente a qualidade nos programas que oferece à região”. Para tanto, desenvolveu um projeto pedagógico em sintonia com as demandas e potencialidades detectadas na capital e em toda a sua área de influência, escolhendo assim os cursos que julgou mais relevantes à formação de quadros profissionais cuja chegada ao mercado de trabalho se convertesse em forte impulso ao desenvolvimento socioeconômico regional.

O **IEST** expandiu seu programa de graduação consideravelmente nos últimos anos. Os currículos de seus cursos foram concebidos para a função polivalente, em conformidade com o perfil do aluno ingresso, que em sua maioria chega à IES apresentando deficiências na formação educacional básica e/ou carências em sua formação cultural, social e econômica. A partir desta realidade a IES trabalha para preparar estes alunos para o mercado de trabalho, habilitando-os à prática profissional por meio dos variados aspectos trabalhados ao longo dos cursos, expandindo sua visão de mundo e portanto de si mesmos, capacitando-os à compreensão e conseqüentemente transformação da realidade local.

Embora em seu PDI anterior não constassem as intenções e propostas para os cursos tecnológicos, o **IEST** formalizou estas ações nos respectivos projetos pedagógicos dos cursos solicitados.

Quanto ao cumprimento do cronograma a IES superou a expansão prevista no PDI no que se refere à oferta de ensino. Com relação à gestão institucional esta tem demonstrado maior eficácia no desempenho de suas ações a cada curso novo que se apresenta, com relação a avaliação institucional o mesmo cenário é verificado. Todos estes aspectos (gestão, avaliação, desenvolvimento das atividades de ensino) vem sendo trabalhados, construídos dia a dia, tendo em vista o processo de consolidação (autorizações e reconhecimentos) dos cursos da IES.

Visando à manutenção da relevância dos projetos pedagógicos aplicados, as grades curriculares, ementas e bibliografias são constantemente revisadas, sendo efetuadas mudanças sempre que detectadas discrepâncias entre os objetivos propostos, as práticas pedagógicas em uso e as características e perspectivas socioeconômicas regionais. Naturalmente, esta flexibilidade é implementada pelo Conselho Acadêmico por meio de discussões e voto de seus integrantes, conforme preconiza o Regimento da Instituição.

Para que se concretizasse a renovação do PDI, enfim, foram considerados pelos órgãos colegiados todos os resultados obtidos com a atual estrutura de cursos e programas, chegando assim a um novo Projeto Pedagógico Institucional ainda mais funcional e efetivo.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

2.1. Concepção do PPI – IEST

Em sua fundamentação, o Projeto Pedagógico Institucional expressa uma visão do mundo contemporâneo e do papel da educação superior em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica. Ao mesmo tempo, explicita de modo abrangente o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional, na busca da articulação entre o real e o desejável.

Trata-se, portanto, de uma projeção de valores originados na identidade da Instituição conforme se devem materializar no seu fazer específico, ou seja, no processo de estímulo, construção e divulgação do conhecimento, e que devem delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.

A construção do conhecimento e o exercício da prática técnico-científica são articulados no espectro de valores humanísticos, e sua dinâmica e realização se configuram a partir do entendimento de que a ciência e a técnica não se apresentam apenas como meio ou dispositivo, mas, principalmente, como modo de inserção na realidade, de ação e interação do homem com o mundo.

O PPI do **IEST** tem por finalidade propor um plano de referência para sua ação educativa. Considerada a importância que o ensino de graduação e de pós-graduação assumem atualmente na sociedade brasileira, não é difícil imaginar suas conseqüências para o todo institucional. Sua implementação introduz mudanças qualitativas em todos os segmentos da estrutura educacional da Instituição.

Os fundamentos que compõem este documento orientam o processo educativo de forma articulada e não deixam à margem os compromissos sociais da Instituição. Por meio dele, a IES procura construir coletivamente uma identidade que corresponda à sua visão de cidadão, sociedade, educação e instituição, estabelecendo assim o sustentáculo para as múltiplas ações pedagógicas próprias à construção do conhecimento. Assim sendo, entre as características básicas deste Projeto estão:

- a identificação de uma proposta pedagógica;
- o entendimento do ser humano como foco de sua concepção;
- a orientação por uma visão educativa e um estilo de ensino-aprendizagem adequados;
- o compromisso com o contexto socioeconômico e cultural no qual se desenvolve o processo educacional; e
- a ação articulada de gestores, docentes, alunos e integrantes do corpo técnico-administrativo.

O cotidiano educacional, por meio do exercício do princípio da liberdade de ensino, se complementa com os compromissos sociais e confere ao PPI o caráter plural da Instituição. Os elementos da comunidade acadêmica responsáveis pela aplicação dos conceitos aqui apresentados têm como certo que deve ser contínuo o debate sobre a forma de produzir e otimizar a integração entre os diferentes projetos desenvolvidos pela IES,

considerados seus eixos de convergência e os mecanismos a serem adotados em cada ocasião. Parte-se do pressuposto de que um projeto educativo visa à sinergia entre os processos pedagógicos, sociais e culturais que o compõem. Há espaço, naturalmente, para indagações relevantes, já que há constantemente projetos pedagógicos de curso em desenvolvimento, adaptação ou em fase de aplicação.

Assim, o PPI do **IEST** foi construído como resposta a uma realidade socioeconômica complexa e mutável, sobre a qual se procura intervir positivamente, e que articula elementos internos à comunidade acadêmica, como as diferentes instâncias, cursos e projetos da Instituição, e externos, como os diferentes processos inerentes ao sistema educacional superior brasileiro, ou ainda as particularidades do contexto regional no qual a IES está inserida.

O INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA – IEST tem, como um de seus principais objetivos, preparar profissionais éticos e competentes, capazes de contribuir para o desenvolvimento da região e o bem-estar e qualidade de vida de seus cidadãos. Para tanto, ciente de sua responsabilidade social, busca a compreensão das reais necessidades e caminhos para que esse desenvolvimento ocorra, primando pela inclusão social de seus alunos e egressos e desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, a permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação.

2.2. Caracterização Socioeconômica da Região

O Estado do Piauí está em fase de desenvolvimento industrial e comercial, resultado dos recursos aplicados pelo Governo Federal contra a seca, desde a década de 40, com os quais foram construídos dezenas de açudes, e os incentivos fiscais implantados na década de 70.

Sua Capital, Teresina, com aproximadamente 715.000 habitantes, vem acompanhando esse processo e já se tornou pólo socioeconômico da região que engloba municípios como União, José de Freitas, Palmeirais, Monsenhor Gil, Estado do Maranhão, Altos e Demerval Lobão, em uma área de influência que chega a contar com cerca de 1 milhão de habitantes.

Possui diversos atrativos naturais, como a floresta fóssil no leito do rio Poti, formada há milhões de anos, e culturais, como o artesanato e as festas regionais, além de uma gastronomia muito rica e da receptividade de seu povo. Por ter sido uma das poucas capitais brasileiras a ter traçado geométrico e crescimento planejados, a cidade possui uma infra-estrutura invejável, que a torna ainda mais atraente aos turistas de todas as partes do Brasil e do mundo.

Com o intuito de proporcionar eficiência e rapidez em sua administração, a Prefeitura de Teresina implantou as SDU – Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que funcionam como uma pequena prefeitura: são diretamente responsáveis pelos serviços urbanos, habitação, meio ambiente, obras e serviços e feiras livres e mercados na sua área de abrangência.

Além disso, a cidade de Teresina destaca-se em diversos setores, como indústria de confecções; eventos, como a Teresina Moda, que atrai empresários da indústria local de confecções e acessórios e representantes da indústria têxtil nacional; indústria de beneficiamento e transformação de matérias-primas, principalmente o babaçu; indústria de produção de alimentos, sem falar de todas as atividades ligadas ao setor turístico.

Na área de comunicação, operam na cidade cinco emissoras de televisão, dentre elas a TV Meio Norte e a TV Piauí; 20 emissoras de rádio, dentre elas a Rádio FM Meio Norte, a Rádio Piauí e a Rádio Cidade; e quatro jornais – Jornal Diário do Povo, Jornal Meio Norte, Jornal O Dia, Jornal Correio do Piauí.

Na área de saúde, de acordo com informações divulgadas por meio do CNES/DATASUS do correspondente Ministério, dos 2.428 estabelecimentos em funcionamento no Estado, a capital dispõe de 586 (dados relativos a setembro/2007). Destes, 449 são empresas privadas, 105 encontram-se sob administração direta dos órgãos públicos de saúde e os demais dividem-se entre categorias como entidades beneficentes, fundações, cooperativas e outras.

No ensino superior, a cidade possui, segundo dados do Inep (setembro/2007), 28 instituições, sendo duas estaduais e duas federais.

2.3. Inserção Regional da Instituição

A concepção do Projeto Institucional do Instituto surge das necessidades e demandas da região, de forma a fortalecer o desenvolvimento e construir uma massa crítica de profissionais que promovam a sustentabilidade local e sedimentem os fatores socioculturais e político-econômicos como valores fundamentais para o fortalecimento integrado da cidade e das suas áreas de influência.

Os cursos e os programas oferecidos pelo **IEST**, mediante seus projetos pedagógicos específicos, serão organizados de modo a propiciar aos profissionais em formação conhecimentos e habilidades capazes de permitir-lhes:

- a apropriação de conhecimentos básicos relacionados às áreas que serão objeto de sua atuação profissional, articulando teoria e prática nas diferentes configurações que a práxis profissional venha a assumir;
- o desempenho de suas atividades com competência técnica e compromisso social e político em seu contexto sócio-cultural de atuação.

Ao definir a qualidade e a atualização da formação como objetivo central da proposta para o ensino de graduação, a IES tem por finalidade a construção de processo coletivo de articulação de ações voltadas para a formação competente do profissional que pretende graduar. Nessa direção, torna-se imprescindível a interação da IES com a comunidade e os segmentos organizados da sociedade civil como expressão da qualidade social desejada para o cidadão a ser formado como profissional.

A política definida pela Instituição para as questões sociais visa promover ações que permitam melhorar a qualidade de vida da população da região e modificações na educação e na cultura. A missão da Instituição inclui preparação para a liderança e o acompanhamento de profundas e densas mudanças induzidas pelo avanço tecnológico e pelas novas concepções de vida dele emergente.

A IES tem o compromisso de cooperar com o processo de desenvolvimento regional sustentável, uma vez que proporcionará aos seus alunos instrumentos técnico-científicos relevantes em seus cursos, que são úteis e básicos à elaboração de políticas públicas. A interação dos conteúdos com aspectos inerentes às questões sociais, jurídicas e ambientais, exigidas no mundo atual, possibilitará a formação de recursos humanos capazes de atuar em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentado.

No âmbito administrativo, é preciso levar em conta as novas tecnologias de gestão propostas, que têm como mote principal – além da utilização dos modernos meios de comunicação para economizar etapas e fazer fluir mais livremente o fluxo de processos organizacionais – a primazia do mérito e da qualidade acadêmica, fatores indispensáveis para se alcançar os mais altos níveis da inteligência criativa e a elaboração de novas metodologias para a abordagem de problemas tangíveis e reais da sociedade organizada.

A estrutura que se pretende implantar nessa era informacional, com a utilização dessas novas tecnologias gerenciais, abrirá espaços nos quais há possibilidades concretas de libertação das grandes patologias organizacionais: o normatismo, o burocratismo e o corporativismo, tão presentes na vida acadêmica. Estas patologias cederão e tenderão a desaparecer diante dos recursos das tecnologias virtuais, da flexibilidade orgânica e da descentralização do poder.

A IES tem política de expansão coerente com o atual estágio e perspectivas de desenvolvimento da região de Teresina.

Finalmente, resta afirmar que o **INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA – IEST** adota políticas direcionadas para o desenvolvimento de estudos de situações reais e específicas para a melhor compreensão das condições de vida das comunidades abrangidas pela ação da IES.

Afinal, é premente na Instituição a preocupação de ministrar e desenvolver os conhecimentos e práticas necessárias para que os seus egressos tenham condições de atuar com competência nas empresas que escolherem em igualdade de condições com concorrentes de quaisquer regiões.

2.4. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição

O **INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA – IEST** desenvolve suas atividades com o objetivo de garantir uma formação superior voltada para um ensino de qualidade, de acordo com as exigências do Ministério da Educação, do mercado de trabalho e da sociedade. A Instituição visa à capacitação de profissionais éticos e competentes para o desenvolvimento da região, resgatando a compreensão da inter-relação humana, na busca sistemática pela excelência educacional, e busca alcançar seu objetivo a partir de percepções compartilhadas dos problemas regionais.

Com base na filosofia dos PPC's, documentos que fixam os propósitos e metas a serem alcançados durante a formação dos alunos, os critérios norteadores para a definição do perfil do egresso pautam-se por uma visão humanista, que internaliza valores como responsabilidade social, justiça e ética profissional de maneira a integrar produtivamente conhecimentos, competências, habilidades e talentos na formação do futuro profissional.

Resumidamente, o **IEST** tem por finalidades principais:

- formar profissionais de nível superior, nas diferentes áreas de conhecimento, para participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;
- desenvolver a pesquisa e a iniciação científica, visando colaborar no avanço da ciência e da cultura;
- promover a extensão, aberta à participação da população, para difundir as conquistas e benefícios resultantes dos estudos sistematizados e investigações gerados na Instituição;
- estimular a criação cultural, por meio da promoção de eventos diversificados;
- preparar profissionais competentes e éticos para o mercado de trabalho;
- proporcionar cursos de formação continuada para seus egressos, visando à atualização profissional;
- desenvolver atividades educativas, culturais, humanistas, técnicas e científicas que beneficiem efetivamente a comunidade onde se insere; e
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

2.5. Políticas de Ensino

A Instituição adota como referencial pedagógico a prática da “educação ao longo de toda a vida”, conforme apresentado pela UNESCO no Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI.

Sob essa perspectiva, a educação proporciona ao indivíduo um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmo, capacitando-o para o exercício profissional em tempos de mudanças.

Conforme enfatizado no referido Relatório, “a educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais, saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele”.

A “educação ao longo de toda a vida” organiza-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais, que constituem os pilares do conhecimento:

- 1) Aprender a conhecer significa, antes de tudo, o aprendizado dos métodos que nos ajudam a distinguir o que é real do que é ilusório e ter, assim, acesso aos saberes de nossa época. A iniciação precoce na ciência é salutar, pois ela dá acesso, desde o início da vida humana, a não-aceitação de qualquer resposta sem fundamentação racional e/ou de qualquer certeza que esteja em contradição com os fatos.

- 2) Aprender a fazer é um aprendizado da criatividade. "Fazer" também significa criar algo novo, trazer à luz as próprias potencialidades criativas, para que venha a exercer uma profissão em conformidade com suas predisposições interiores.
- 3) Aprender a viver junto significa, em primeiro lugar, respeitar as normas que regulamentam as relações entre os seres que compõem uma coletividade. Porém, essas normas devem ser verdadeiramente compreendidas, admitidas interiormente por cada ser, e não sofridas como imposições exteriores. "Viver junto" não quer dizer simplesmente tolerar o outro com suas diferenças embora permanecendo convencido da justeza absoluta das próprias posições.
- 4) Aprender a ser implica em aprender que a palavra "existir" significa descobrir os próprios condicionamentos, descobrir a harmonia ou a desarmonia entre a vida individual e social.

Focada nessas premissas norteadoras, a Instituição incorpora aos seus cursos abordagens que busquem:

- a construção coletiva expressa na intenção e prática de cada segmento institucional, levando em conta a articulação dialética, diferenciação e integração, globalidade e especificidade;
- a interação recíproca com a sociedade caracterizada pela educação e desenvolvimento econômico-social sustentáveis, reafirmando o seu compromisso como potencializadora da formação humana e profissional;
- a construção permanente da qualidade de ensino: entendida e incorporada como processual e cotidiana da graduação e da pós-graduação, indagando continuamente sobre o tipo de sociedade que temos e queremos, a função dos cursos superiores frente às novas relações sociais e de produção, e sobre o perfil do profissional a formar frente às exigências do mercado de trabalho;
- a extensão voltada para seus aspectos fundamentais, quais sejam, tornar a coletividade beneficiária direta e imediata das conquistas do ensino e da pesquisa, socializando o saber, e a coleta do saber não-científico elaborado pela comunidade para, estruturando-o em bases científicas, restituí-lo a sua origem;
- o desenvolvimento curricular contextualizado e circunstanciado, expressão da concepção de conhecimento como atividade humana processualmente construída na produção da vida material; e
- a unidade entre teoria e prática, por meio do desenvolvimento, por parte de professores e alunos em atividades em diferentes contextos do processo ensino/aprendizagem.

2.5.1. Cursos de Graduação

A Instituição considera importante a Graduação, pela sua relevância na construção da visão de mundo e da postura política do indivíduo, preparando-o com autonomia e liberdade, por meio de um processo educacional que garanta a conciliação da postura ética com a prática profissional para o exercício da cidadania. Como formação inicial, deve propiciar a construção de uma ordem social em processos de aprendizagem permanente.

O **IEST**, orientado por uma visão interdisciplinar, concebe a sua organização didático-pedagógica a partir do avanço da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade e reconhece, assim, que todo o conhecimento é igualmente

importante. Nesse sentido, a política da IES para o ensino de graduação fundamenta-se na integração do ensino com a extensão, objetivando formação de qualidade acadêmica e profissional. Cultiva e promove, portanto, uma prática calcada em princípios éticos que possibilite a construção do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulse a transformação sócio-político-econômica da sociedade.

São princípios básicos dessa política:

- formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento;
- formação política, social e econômica de cidadãos capazes de interagir na sociedade;
- valorização dos princípios éticos, morais e cristãos, contribuindo para o bem estar da sociedade;
- flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao aluno a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica;
- atualização permanente dos projetos pedagógicos, levando-se em consideração as Diretrizes Curriculares e as demandas sócio-econômico-culturais das diferentes regiões onde o **IEST** está inserido;
- incentivo à utilização dos recursos audiovisuais, da microinformática e de novas pedagogias;
- incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- qualificação permanente do corpo docente, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas;
- implementação de mecanismos de integração entre a Instituição e a comunidade local;
- identificação das necessidades da sociedade e do mercado de trabalho e as competências requeridas pelas organizações para desenvolvê-las;
- aprimorização dos instrumentos de auto-avaliação e os critérios de promoção de ensino e aprendizagem.

Para que se atinjam esses objetivos gerais, torna-se necessária a formulação de projetos curriculares mais flexíveis para os diferentes programas de ensino. A partir dessas considerações, a concepção dos cursos de Graduação do **IEST** respeita os seguintes princípios:

- Estímulo ao desenvolvimento de conteúdos integradores e essenciais por meio de abordagens interdisciplinares.
- Desenvolvimento do espírito reflexivo, crítico e analítico, preparando os estudantes para a resolução dos problemas enfrentados na atuação profissional, resultantes da evolução científica e tecnológica.
- Incorporação do exercício da parceria como elemento fundamental das atividades de ensino e extensão.

- Orientação das atividades curriculares para a solução de problemas no contexto local.
- Visão da Graduação como etapa de construção das bases conceituais, teóricas e metodológicas para o desenvolvimento do processo de educação continuada.

Nessa perspectiva, os Projetos Pedagógicos dos cursos de Graduação hoje em execução pela Instituição são periodicamente reformulados tendo em vista o avanço dos parâmetros educacionais e o processo de discussão expresso pelos integrantes do meio acadêmico-científico. Destaca-se, ainda, que os perfis dos cursos de Graduação são adequados aos perfis pretendidos para os egressos, favorecendo a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a realidade regional, garantindo o estímulo à iniciação e à pesquisa científica, cultural e tecnológica, com vistas a uma ação transformadora da realidade e com o efetivo compromisso com um modelo sustentado de desenvolvimento regional.

Ainda nessa perspectiva, impõe-se para o planejamento pedagógico de cinco anos que a estrutura curricular a ser desenhada implique em:

- Estimular práticas de auto-estudo.
- Encorajar o desenvolvimento de habilidades e competências adquiridas nos diversos cenários de ensino-aprendizagem, inclusive as que se referem à experiência profissional julgada relevante para as áreas de formação consideradas.
- Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando as atividades de pesquisa individual e coletiva, assim como a realização de estágios e a participação em atividades de extensão.
- Conduzir avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e complementares que sirvam para orientar processos de revisão dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece.
- Promover a discussão de questões relacionadas à ética profissional, social e política em todos os conteúdos programados dos cursos que oferece.
- Incentivar o trabalho em grupo e a formação de equipes interdisciplinares entre professores e estudantes.
- Incentivar a aquisição e a assimilação de conhecimentos de forma interdisciplinar.

2.5.2. Cursos Superiores de Tecnologia

A oferta de Cursos Superiores de Tecnologia é uma ferramenta eficaz na formação mais rápida do profissional, capacitando-o profissionalmente para suprir às necessidades do mercado.

Será considerada, na definição das políticas, a busca de excelência na capacitação técnica visando a atender à demanda por preparação, formação e aprimoramento educacional e profissional.

Tal deliberação explica-se pela ampla gama de situações e questões suscitadas pelos mercados globalizados, sujeitos a transformações a cada nova tecnologia absorvida, exigindo agilidade e flexibilidade das Instituições de Ensino em sua oferta de produtos

educacionais. A opção por cursos de níveis diferenciados atenderia, portanto, a expressiva demanda por educação pós-média, em direta correspondência com a diversidade socioeconômica do País.

Os cursos tecnológicos, destinados a egressos do ensino médio, técnico e superior, possibilitam ao seu egresso o prosseguimento de estudos em outros cursos e programas de educação superior.

Sua organização curricular dá especial ênfase às competências profissionais peculiares às áreas exploradas, obedecendo a perfis profissiográficos formulados a partir da aferição das demandas imediatas das pessoas, do mercado de trabalho e da sociedade. Suas diretrizes curriculares são presentemente objeto de estudos pelo MEC, como parte dos trabalhos de reforma da Educação Profissional segundo os pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996.

A Instituição pretende que os Tecnólogos por ela formados sejam, em conformidade com a definição proposta pelo MEC, profissionais de nível superior aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades em suas áreas de formação específica, contribuindo para o pronto atendimento das necessidades do mercado de trabalho das regiões em que atuarem.

São objetivos para os Cursos Tecnológicos:

- Ofertar cursos e currículos concisos e objetivos, voltados para a qualificação profissional tanto de indivíduos ainda não inseridos no mercado de trabalho quanto daqueles que necessitam de oportunidades de qualificar ou requalificar sua atuação profissional, sintonizando-se com as mais recentes demandas do mercado de trabalho quer como empregado ou empreendedor.
- Estabelecer parcerias com o setor produtivo, categorias profissionais, órgãos governamentais e entidades de utilidade pública, de forma a possibilitar que os diferenciais destas entidades sejam ofertados na forma de cursos específicos, utilizando, quando necessário, recursos de educação à distância, com etapas presenciais e semi-presenciais, de acordo com os recursos disponíveis ou disponibilizáveis.
- Estabelecer um diálogo permanente com educadores, empregadores e trabalhadores, com espaço aberto para a participação de especialistas de diversas áreas na concepção e adequação de disciplinas e atividades.
- Atender às demandas locais e regionais, mantendo a flexibilidade necessária para adaptações das áreas existentes e para o surgimento de novas demandas e situações.

2.5.3. Cursos Seqüenciais

A oferta de programas de cursos seqüenciais pode contribuir de forma expressiva para a ampliação do nível de qualificação e de profissionalização dos interessados tanto no momento da concepção de novos negócios quanto da gestão dos negócios existentes. Além de contribuir para uma progressão profissional dos egressos, são de importância estratégica para o desenvolvimento e consolidação do setor produtivo da região.

Estes programas, pela flexibilidade que pode ser impressa ao seu desenho, levam à aplicação do conceito de educação continuada tanto para aquele segmento da população que precisa reciclar seus conhecimentos técnicos, teóricos e metodológicos com o propósito de estar mais qualificado para responder aos desafios da modernidade, quanto para aquele

segmento que está circunstancialmente fora do mercado de trabalho, mas que pode ampliar suas chances de ser incorporado à população economicamente ativa como empresário ou como administrador profissional, desde que desenvolva competências adequadas à demanda.

Sendo seu apelo diretamente profissionalizante, estes cursos têm conteúdos de natureza propedêutica extremamente reduzidos. Logo, há preocupação em orientar o processo educacional pela e para a aprendizagem do estudante nestes termos, criando a necessidade de os professores das diferentes disciplinas de explorar situações de aprendizagem real de modo a favorecer o “aprender fazendo”.

Os principais recursos didáticos podem ser caracterizados nos seguintes termos:

- As aulas expositivas só se justificam para abrir (explicar o “estado-da-arte” do assunto que está sendo tratado) e fechar (propor sínteses dos aspectos mais relevantes desse assunto) os módulos previstos.
- As aulas dialógicas são indispensáveis para estabelecer um ambiente de troca de experiências e de visão do que está sendo discutido, sabendo que a literatura indicada configura-se no elemento capaz de fundamentar as articulações entre teoria e prática e, por isso mesmo, é indispensável no esforço dos estudantes em superar o conhecimento baseado no senso comum.
- A adoção do seminário ganha outro formato na medida em que duplas de estudantes ficam responsáveis pela condução das discussões em torno de determinados assuntos em função do interesse que têm em aprofundar tais conteúdos e, se possível, em função também de experiências profissionais acumuladas e que podem imprimir outra dinâmica às intervenções.
- Os jogos de empresas são recurso importante para desenvolver no estudante a compreensão articulada das diferentes áreas de uma organização. Além disso, contribuem para a familiarização com os contextos que permeiam os processos decisórios.
- O método de caso contribui para a capacidade de ler e interpretar cenários, desenvolvendo atitudes típicas de liderança e a compreensão da importância e complexidade das diferentes áreas da organização, sob uma perspectiva estratégica.
- As visitas técnicas são exploradas em disciplinas em que o apelo à ilustração do que está sendo discutido torna-se imprescindível para processos de aprendizagem efetivos.
- A concepção de projetos leva o estudante a identificar tendências, conceber processos de intervenção, fundamentar o processo de criação e defender suas propostas com o suporte de bases de dados e de informações confiáveis.

Em resumo, os cursos seqüenciais do **IEST** buscarão atender a todos aqueles que já estejam inseridos no mercado de trabalho, mas que se reconheçam motivados para investir:

- na realização de programas de reciclagem que assegurem o alcance de melhores resultados em termos profissionais,
- em projetos de diversificação de atividades profissionais; e
- em capacitação que os habilitem a conquistar promoções funcionais.

Igualmente, integram o público-alvo deste tipo de curso pessoas interessadas em aproveitar oportunidades de negócio identificadas, com consciência de que os riscos se reduzem na medida em que as competências para tomar decisões se ampliam por meio de uma formação adequada. Conseqüentemente, estas pessoas buscam um acervo diferenciado de conhecimentos novos, derivados do conceito de empreendedorismo e de uma visão estratégica do mundo dos negócios.

Por fim, os cursos seqüenciais oferecem àqueles que estão à margem do mercado de trabalho um meio rápido de qualificação profissional, habilitando-os a uma recolocação mais imediata ou proveitosa.

2.6. Políticas para as Atividades Articuladas ao Ensino

2.6.1. Prática Profissional Extracurricular

As atividades permanentes de prática profissional, articuladas ao ensino, estão ligadas ao conceito de capacidade laborativa, na medida em que as competências geradas contribuem para a formação específica do estudante no que se refere à sua formação profissional.

O **IEST** pretende oportunizar situações concretas vinculadas à prática profissional dos discentes, visando os desempenhos técnico, humano e político.

As atividades permanentes de prática profissional articuladas com o ensino estão ligadas ao conceito de "laborabilidade" (em lugar de empregabilidade), na medida em que essas competências serão premissas de um trabalhador polivalente que pode, quando bem preparado, ser mais autônomo para decidir seu percurso no mercado de trabalho.

Em decorrência, o professor está hoje sendo levado a entender que não é mais a única fonte legítima de conhecimento para seu aluno. Talvez este seja mais hábil e mais rápido para ir à Internet buscar informações. Mas, enquanto isso acontece, fortalece-se o papel que o professor sempre teve, ou seja, de ajudar o aluno a dar sentido às informações, avaliando, criticando, compreendendo, julgando a pertinência e aplicando-as na vida prática.

Dentre os meios de operacionalizar a prática profissional se encontram as atividades complementares que possibilitam a real integração entre teoria e prática profissional, valendo como parte de um currículo expresso, de um lado, e, oculto, de outro, que não se encontra muito explicitado em estruturas curriculares regimentais; a adoção de linhas de pesquisa que orientem e direcionem a prática, buscando respostas para as questões do cotidiano e a sustentação dos modelos de ensino voltados para a prática; programas de ensino sustentados em concepções pedagógicas crítico-reflexivas, com orientação teórico-metodológica que articule ensino e trabalho e integre teoria e prática, adotando princípios da educação adequados ao "ser trabalhador" como "ser aprendiz".

2.6.2. Atividades Complementares

Além das disciplinas teóricas e das disciplinas práticas, ditas "laboratoriais", formatadas em um padrão de turma/docente/horas-aula semanais, são previstas atividades complementares para os cursos de graduação e tecnológicos da Instituição, visando a propiciar ao aluno a oportunidade de realizar uma trajetória autônoma e particular, no desenvolvimento do currículo.

As atividades complementares são desenvolvidas em três níveis:

- como instrumento de integração e conhecimento do aluno da realidade social, econômica e do trabalho de sua área/curso;
- como instrumento de iniciação à pesquisa e ao ensino;
- como instrumento de iniciação profissional.

É de competência do conselho acadêmico normalizar as atividades complementares ao longo do tempo de integralização curricular, em coerência com as diretrizes estabelecidas pelo **UEST** e com as do MEC.

As atividades complementares são computadas para efeito de integralização do total previsto para o curso não incluindo as horas dedicadas aos Projetos Integrados Multidisciplinares.

As atividades complementares estão previstas nos Projetos Pedagógicos dos cursos e as modalidades admitidas são divulgadas pela direção e coordenação do curso, a fim de permitir a sua livre escolha pelo aluno.

2.7. Políticas de Extensão

A extensão deve ser encarada sob a perspectiva da produção do conhecimento, contribuindo para viabilizar a relação transformadora entre IES e sociedade.

As atividades de extensão, inclusive as de natureza desportiva, artística e cultural, visarão valorizar e estimular a criação e difusão da arte e da cultura, particularmente aquelas patrocinadas pela comunidade, refletindo o potencial da Instituição no contexto social e sendo base para o desenvolvimento de programas de ensino e produção do saber, recolhendo insumos para a contínua revisão do fazer acadêmico.

A programação extensionista incluirá a promoção de serviços à comunidade e a realização de cursos de treinamento de profissionais nas áreas pedagógicas e técnico-científicas, assumindo as formas de cursos de extensão, palestras, conferências, simpósios, jornadas, assistência a empresas e órgãos públicos.

De modo geral, a IES se propõe a realizar sua integração com a sociedade por meio:

- da realização de seminários de atualização em suas áreas de competência;
- do programa de cursos de extensão, envolvendo temas atuais, de interesse e necessidade das comunidades externa e interna;
- do programa de convênios com diversas instituições do Estado e dos municípios;
- de encontros envolvendo categorias específicas;
- da criação e prestação de serviços de assessoria e consultoria à comunidade, envolvendo estagiários e docentes da Instituição e profissionais da comunidade estadual;
- de serviços de intermediação de oportunidades de estágio para estudantes da Instituição;
- da participação em iniciativas de natureza cultural, artística e científica;

- de estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional;
- da publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico e divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho; e
- do estímulo à articulação da extensão com a pesquisa e o ensino visando integrar, sempre que possível, o saber acadêmico com a realidade.

Visando incentivar as atividades de extensão, a IES utilizará, dentre outras, as seguintes estratégias de ação:

- realizar avaliação diagnóstica da realidade social por meio de pesquisa;
- identificar as ações de extensão por meio de organização de fóruns, seminários e workshops que retratem seus resultados e envolvam toda a comunidade acadêmica;
- implantar uma política de ações de extensão com o objetivo de transformação social;
- identificar as lideranças políticas, sindicais e civis por meio do contato direto com a população e os meios de comunicação para ajustar melhor os programas de extensão às necessidades locais;
- identificar a capacidade extensionista das Coordenações de Curso por meio da produção e dos resultados das ações junto à sociedade;
- incentivar o corpo docente e discente a promover a extensão em projetos que atendam às necessidades prioritárias da sociedade; e
- agregar a extensão aos campos desenvolvidos nos estágios e pesquisas por meio da permuta de conhecimentos e vivências dos indivíduos, visando à transformação do sujeito e da sociedade.

Há uma preocupação da IES em desenvolver atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, ambientais e outros.

2.8. Políticas de Educação Inclusiva

O **UEST**, atendendo ao disposto na nova legislação educacional, em consonância com o parágrafo único do artigo 3º da Portaria MEC nº 4.361/2004, de 29 de dezembro de 2004, formulou sua política de inclusão social.

São os seguintes os objetivos por ela definidos:

- promover a melhoria do desempenho dos alunos com comprovada deficiência por meio de oficinas de nivelamento em Português, Matemática, Física e Química, voltadas para a correção das dificuldades observadas na sua formação anterior ao ingresso na IES;
- aumentar o número de estudantes afro-descendentes e indígenas matriculados e egressos da IES;
- propiciar as condições necessárias aos ingressantes para a permanência nos cursos de graduação;

- incentivar a preparação dos concluintes da graduação pertencentes aos segmentos sociais contemplados com o ProUNI para continuidade de estudos e/ou para o trabalho profissional;
- reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil;
- promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais; e
- absorver parte do contingente de migrantes do município e da região nos cursos superiores oferecidos, qualificando e preparando profissionais para o desempenho eficiente de suas funções.

A Instituição, mediante o apoio às iniciativas voltadas ao acesso de estudantes afro-descendentes e indígenas ao ensino superior, e ao desenvolvimento de cursos complementares e a elaboração de estratégias para o acompanhamento do desempenho acadêmico deste público em especial, pretende auxiliar no Projeto Nacional de Inclusão Social do Governo Federal.

Serão implementadas as seguintes ações acadêmico-administrativas para garantir no desenvolvimento destas atividades:

- a integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante, pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias;
- a interdisciplinaridade, caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologia, com ações inter-profissionais e inter-institucionais, com consistência teórica e operacional que permita a estruturação das diversas ações propostas;
- a geração de produtos ou processos como publicações, cursos, produção de material didático e paradidático, e abertura de novas linhas de extensão.

Espera-se, assim, impacto social positivo e produtivo, pela ação transformadora sobre os problemas sociais, contribuindo para a inclusão destes grupos sociais; e desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e para a ampliação de oportunidades educacionais para afro-descendentes e indígenas, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação.

A IES se empenha em articular a relação bilateral com os outros setores da sociedade, pela interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias inter-institucionais visando a:

- contribuir na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas nacionais;
- aproximar as matrizes curriculares dos cursos superiores com as necessidades concretas da sociedade;
- descobrir novos objetos de investigação em contexto externo ao meio acadêmico;
- experimentar alternativas metodológicas de trabalho, de ensino e pesquisa; e
- desenvolver atitude pró-ativa diante dos desafios da ampliação do número de estudantes negros e índios na vida acadêmica, em especial nos cursos em que

eles se encontram sub-representados, mormente aqueles direcionados à cultura, à pesquisa e à vivência acadêmica continuada.

2.9. Políticas de Gestão

O modelo desenhado para a gestão acadêmica da IES dispõe de organização formal com estrutura simples, que visa propiciar à administração agilidade e flexibilidade para responder às exigências do mundo moderno.

As áreas de conhecimento em que estão situados os cursos de graduação contam com coordenações específicas e os cursos dispõem de coordenadores próprios que dão cumprimento às diretrizes curriculares, controle de frequência de professores e alunos, distribuição de cargas horárias, projetos pedagógicos e outras questões essenciais na vida dos cursos, conseqüentemente, da gestão acadêmica.

A estrutura organizacional caracteriza-se por níveis hierárquicos responsáveis pela formulação, deliberação e execução das atividades institucionais, que se interpenetram, objetivando a qualidade da formação profissional e da gestão, possibilitando a implantação das medidas.

Os órgãos de deliberação e de execução são concebidos com poucos níveis hierárquicos, uma vez que a hierarquia menos extensa contribui para tornar mais fácil a comunicação, exige menor controle burocrático, facilita a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo-se obter, em conseqüência, maior envolvimento dos corpos docente e discente e técnico-administrativo.

Essa estrutura permite instaurar processos de decisão mais ágeis, com a participação dos diferentes segmentos que constituem a comunidade acadêmica, possibilitando aos setores autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas.

2.10. Políticas e Planos de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais ou com Mobilidade Reduzida

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências de IES, a Mantenedora do **IEST** determinou políticas que reconhecem as necessidades diversas dos alunos, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas.

Atenta à sua responsabilidade social, o **IEST** adota políticas para os portadores de necessidades especiais, conforme legislação em vigor.

2.10.1. Acessibilidade às Instalações Físicas, Equipamentos e Mobiliários do Instituto

São as seguintes as adaptações, normas e objetivos da Instituição com relação a este item, de acordo com cada público específico:

a) Para os alunos portadores de deficiência física:

- Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com a eliminação de barreiras arquitetônicas assegurando o acesso aos espaços de uso coletivo, para que o deficiente possa interagir com a comunidade acadêmica;

- Lavabos, bebedouros e banheiros adaptados ao uso de portadores de deficiência física;
- Portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Rampas com corrimãos, facilitando a livre circulação de cadeira de rodas;
- Telefones públicos para uso de deficientes;
- Móveis que possam ser usados por deficientes físicos na praça de alimentação; e
- Vagas em estacionamentos nas proximidades da IES.

Sem prejuízo de acessibilidade às demais dependências da infra-estrutura física, estas adaptações privilegiarão o acesso de deficientes à biblioteca, laboratórios e espaços de convivência, e serão implementadas conforme a necessidade e a disponibilidade de recursos por parte da Mantenedora.

b) Para os alunos portadores de deficiência visual, proporcionará, caso seja solicitada e conforme a legislação em vigor, sala de apoio, disponível do ingresso à conclusão do curso, contendo:

- Máquina de datilografia Braille.
- Impressora Braille acoplada a computador.
- Sistema de síntese de voz.
- Gravador e fotocopiadora que amplie textos.
- Acervo bibliográfico em fitas de áudio.
- Software de ampliação de tela.
- Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal.
- Lupas e réguas de leitura.
- Scanner acoplado a computador.
- Acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

c) Para os alunos portadores de deficiência auditiva, oferecerá, caso seja solicitada e conforme a legislação em vigor, estrutura disponível do ingresso à conclusão do curso, contendo:

- Intérpretes de língua de sinais, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando não tenha expressado o real conhecimento do aluno.

- Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico.
- Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita.
- Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística dos surdos.

d) Para os professores, alunos, funcionários e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, o **IEST** pode proporcionar, além de ajudas técnicas, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente da oferta de:

- Informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado dos portadores de necessidades especiais.
- Cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas.
- Cursos para o entendimento da linguagem dos sinais, LIBRA.

e) Para a comunidade, a oferta de:

- Campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças.
- Parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil para o reconhecimento dos direitos dos portadores de necessidades sociais como Direitos Humanos Universais.
- Integração Escola/Empresa para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para os portadores de necessidades especiais.

A organização de salas com recursos multifuncionais também se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos alunos dos cursos do **IEST**, onde se realizem atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nestas salas, os alunos podem ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de alunos por professor no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os alunos apresentam.

Nestas salas são exemplos de atividades educacionais especiais que podem ser desenvolvidas, conforme a necessidade:

- Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Tradução e interpretação de Libras, ensino de Língua Portuguesa para surdos;
- Sistema Braille; orientação e mobilidade, Soroban, escrita cursiva;
- Tecnologias Assistivas e Ajudas Técnicas;
- Atividades cognitivas que desenvolvam as funções mentais superiores;

- Enriquecimento e aprofundamento curricular;
- Atividades de vida autônoma e social.

2.10.2. Atendimento Prioritário, Imediato e Diferenciado

O **IEST** tem normas internas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, funcionários portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, garantindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado aos alunos e docentes portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Quaisquer falhas por parte do corpo técnico-administrativo ou docente em seguir estas normas podem ser comunicadas pelo aluno diretamente à Coordenação ou à Direção do Instituto, que tomarão as providências cabíveis, conforme instrui o Regimento da Instituição, para que sejam respeitadas de fato a dignidade e a cidadania integral do indivíduo.

2.10.3. Serviços de Tradução e Interpretação de Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS

Nas salas multifuncionais citadas mais acima, o ensino de Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS é exemplo de atividade educacional especial desenvolvida, conforme a necessidade.

Vale ressaltar, porém, que LIBRAS é parte integrante dos conteúdos curriculares dos cursos de Letras, Enfermagem e Fisioterapia, que encontram-se previstos para serem implantados ainda no período de vigência deste PDI (2008-2012).

Assim sendo, prevê-se que, nos próximos anos, o contingente de alunos e professores, além de funcionários do corpo técnico-administrativo, preparados para entender e fazerem-se entender em LIBRAS torne-se significativo, contribuindo para mais ampla integração de eventuais novos alunos dependentes deste meio de comunicação.

2.11. Responsabilidade Social da Instituição

A responsabilidade social da Instituição traduz-se pela busca da compreensão das reais necessidades e potencialidades da região, assim como dos caminhos para que seu desenvolvimento ocorra. Conforme afirmado na introdução deste documento, o **IEST** prima pela inclusão social de seus alunos e egressos, desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, a permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação.

Em outras palavras, busca-se a excelência educacional e a melhoria contínua, tendo como foco o aluno e o desenvolvimento da região.

Em suas relações com a comunidade, especialmente quando esta se materializa na forma de associações de classe, empresas, instituições financeiras, organizações sem fins lucrativos etc., a IES tem como responsabilidade, entre outras:

- atuar junto a essas entidades, construindo uma imagem favorável de si mesma;
- promover seminários e cursos de interesse da comunidade e da Instituição, seja por iniciativa própria ou em parceria e apoio com outras instituições;
- identificar na comunidade acadêmica e empresarial professores e outros profissionais que tenham potencial para prestar serviços relevantes à Instituição;
- identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de graduação, extensão e pós-graduação;
- atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira; e
- avaliar semestralmente seu próprio desempenho, principalmente no tocante aos seus cursos de graduação e, quando houver, pós-graduação e extensão, por meio do Plano de Auto-Avaliação Institucional, desenvolvido de acordo com os princípios estabelecidos na Lei do SINAES.

Esse intercâmbio com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região, gerando mais empregos, capacitando profissionais para atender às necessidades das empresas e da comunidade em geral e formando cidadãos dotados de princípios éticos e responsabilidade social.

A IES desenvolve também uma política de apoio aos alunos carentes. Um exemplo é o Programa de Bolsas de Estágio, que tem como objetivos:

- possibilitar, mediante recursos próprios, a concessão de Bolsas de Estágio a alunos de comprovada carência socioeconômica, matriculados nesta Instituição, visando o incentivo aos estudos e possibilitando o ingresso na carreira profissional;
- incentivar a participação dos alunos em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem, através do engajamento em projetos específicos; e
- proporcionar ao aluno bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e da pesquisa.

Pode ser implementado, quando detectada a necessidade, o programa de “Bolsas-Incentivo”, que proporciona uma mensalidade mais acessível aos alunos dos cursos no turno diurno. Já o programa de bônus nas mensalidades pode ser estabelecido para todos os alunos da IES que efetuem seus pagamentos rigorosamente em dia, respeitando as datas de seus vencimentos.

2.11.1. Relacionamento do IEST com seus Grupos de Interesse

A responsabilidade social da IES é entendida também como o relacionamento ético da Instituição com todos os grupos de interesse que influenciam ou são impactados pela sua atuação. É a expansão e evolução do conceito e do papel da Instituição de Ensino Superior para além do ambiente interno da Instituição. Na medida em que a IES estiver inserida na sociedade, haverá uma importante relação de interdependência entre ambas.

Esse relacionamento da IES com os grupos de interesse deve acontecer de acordo com os seus valores, princípios, objetivos e missão. Dessa forma, o **IEST** está contribuindo

para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico da sua área de inserção, o qual é essencial para o crescimento econômico e social do País.

Uma comunicação transparente interna e externa, o investimento no ambiente de trabalho, no bem-estar dos funcionários, na satisfação dos alunos, professores e comunidade são exemplos de ações que caracterizam a responsabilidade social da Instituição.

A seguir, são apresentados os grupos de relacionamento da IES e a responsabilidade para com eles.

2.11.1.1. Público Interno

As pessoas, Diretores, Coordenadores, Professores, Técnico-Administrativos e demais Funcionários, como o diferencial da Instituição, são valorizadas e motivadas, a fim de obter a coesão interna alinhada aos objetivos da Instituição. O Plano de Carreira, a Política de Qualificação, o tratamento dos funcionários com dignidade, responsabilidade e liberdade de iniciativa faz parte da cultura da IES.

A responsabilidade com o público interno também se manifesta na gestão democrática das atividades acadêmicas, mediante organização colegiada da instituição, de modo a promover e garantir a cooperação das categorias integrantes da comunidade acadêmica.

As oportunidades são oferecidas a todos, independentemente de sexo, idade, raça e origem. Essa postura traz para o ambiente de trabalho da IES diferentes histórias de vida, habilidades e visão de mercado, permitindo o crescimento da IES como um todo. A IES constata que a responsabilidade social com seu público interno poderá proporcionar maior produtividade, comprometimento com a IES, motivação, além de diminuir a rotatividade de mão-de-obra.

2.11.1.2. Alunos

A responsabilidade social da IES para com os seus alunos está relacionada à educação ofertada com qualidade, que permitirá o desenvolvimento pleno do aluno, cidadão preparado para ser agente transformador da realidade, comprometido com a gradativa eliminação das desigualdades sociais.

A transparência institucional, a divulgação dos resultados da auto-avaliação institucional e as facilidades e oportunidades oferecidas aos alunos pela IES contribuem com a responsabilidade social da IES para com os seus alunos.

2.11.1.3. Comunidade

O envolvimento com a comunidade é uma prioridade da administração da IES. Com ações voltadas para a comunidade e para a localidade, as iniciativas da Instituição pretendem promover a mudança das relações que se reproduzem na sociedade, incentivando a participação dos atores locais para que desempenhem o papel de agentes de mudanças sociais em suas comunidades.

A IES, por meio de suas ações envolvendo a comunidade, busca o desenvolvimento das pessoas, isto é, o aumento de suas oportunidades, capacidades, potencialidades e direitos de escolha; o desenvolvimento para as pessoas, isto é, a garantia de que seus resultados sejam apropriados, equitativamente, por todos; e o desenvolvimento pelas

pessoas, ou seja, o ganho aumentado da parcela de poder dos indivíduos e das comunidades por sua participação ativa na definição do processo de desenvolvimento, tanto como seus sujeitos como seus beneficiários. Esses atributos básicos, comprometidos com o desenvolvimento humano, são parâmetros para a complexa missão da IES, instituição confrontada com os grandes desafios que o País enfrenta, como o de encontrar soluções para nossos graves problemas sociais, de modo a haver equidade social, questão que depende de forte vontade política e grandes modificações na estrutura social.

Os Projetos que a IES desenvolve são voltados à população carente (principalmente crianças e adolescentes carentes), para a implantação de política nas áreas de educação, saúde, cultura, ciência, tecnologia, trabalho, desenvolvimento tecnológico e inclusão social. Promovem a percepção da diversidade cultural e da identidade, ação e memória dos diferentes segmentos étnicos nacionais, valorizando seus saberes, manifestações artísticas e culturais, modos de vida e formas de expressão tradicionais, em especial das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

Os funcionários, docentes e discentes da IES são envolvidos em “trabalho voluntário” nos Programas de Ação Social desenvolvidos pelas Entidades parceiras (Governamentais e Não-Governamentais). O estímulo do trabalho voluntário possibilita a valorização e disseminação no meio educacional de ações que ofereçam oportunidades para o exercício de cidadania e da solidariedade.

2.11.1.4. Parcerias

A IES entende que a responsabilidade pela construção de uma sociedade mais justa seja de todos. A atuação das instituições educacionais é estratégica para tal, ao lado da participação de entidades filantrópicas, ONG's, movimentos sociais, institutos de origem empresarial, empresas e dos órgãos governamentais.

A já citada parceria do **IEST** com a UNIP para viabilizar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade **Ensino a Distância – EAD** é exemplo deste tipo de ação, que traz grandes benefícios administrativos e pedagógicos a ambas as partes envolvidas.

Sabe-se que a ética nos negócios é a base da responsabilidade social e se expressa por meio de princípios e valores praticados pela organização. A IES transmitirá conduta ética no cumprimento de contratos e no relacionamento com Instituições Parceiras, independentemente da finalidade de seu convênio/parceria (bolsas de estudo, estágio, aquisição de acervo, entre outros).

A Instituição incentiva a adoção de práticas socialmente responsáveis pelos seus parceiros, além de exigir dos trabalhadores terceirizados ética semelhante à de seus funcionários.

2.11.1.5. Governo

O **INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA – IEST** atua com transparência, estimula a cidadania na sociedade, observa a legislação educacional vigente e realiza adesão aos diversos programas disponibilizados pelo Governo.

A Instituição entende que a complexidade dos problemas sociais demanda a parceria entre a iniciativa privada e o Estado para que seja feito um trabalho de caráter coletivo, sinérgico, para que a nação possa ser agraciada com resultados educacionais eficazes mais rapidamente.

A IES oferece bolsas de estudo aos seus alunos por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e do ProUni. Trata de incluir nas suas atividades regulares alunos carentes, uma vez que permitir o acesso à educação pode ser considerado um investimento em capital humano, contribuindo para aumento de renda e produtividade dos beneficiados, diferentemente das práticas assistencialistas que não eliminam as causas dos problemas.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1. Administração Acadêmica

3.1.1. Coordenação dos Cursos

A Instituição reconhece a Coordenação do curso como uma liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos que oferece. Embora a região não disponha de expressivo contingente de profissionais titulados, dentro do possível haverá um esforço de formar uma equipe de coordenadores respeitando os critérios indicados a seguir:

- Professores com formação acadêmica correspondente a mestre ou doutor;
- Professores com, pelo menos, 3 anos de experiência acadêmica e não-acadêmica;
- Professores com dedicação integral (40 h) ao curso e à Instituição;
- Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece;
- Professores aptos a selecionar, produzir ou a utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função; e
- Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

Com as diretrizes apontadas no texto de Edson Franco¹, é possível agrupar as atribuições típicas do Coordenador de curso desta Instituição em quatro categorias: funções de natureza Política, Gerencial, Acadêmica e Institucional:

➤ Funções de Natureza Política

- Ser o grande divulgador do curso que coordena tanto no plano interno – junto a estudantes e a professores – quanto no plano externo – junto aos potenciais empregadores e a comunidade/sociedade.
- Negociar com os dirigentes condições que multipliquem as possibilidades de execução de projetos capazes de ampliar a aprendizagem do corpo discente.

¹ FRANCO, E. **Funções do coordenador de curso ou como “construir” o coordenador ideal**. Disponível em: <<http://www.abms.org.br/abmes/publica/revista/estud28/edson02.htm>>. Acesso em 28 de jan. 2008.

- Motivar estudantes e professores para a busca de qualidade acadêmica.

➤ **Funções de Natureza Gerencial**

- Contribuir para definir e cumprir os critérios estabelecidos para contratar, promover e qualificar professores e funcionários.
- Supervisão da qualidade e da suficiência das instalações típicas; dos equipamentos dos laboratórios; do acervo da biblioteca, hemeroteca e videoteca, e da adequação da política de uso dos espaços e equipamentos.
- Conhecer e contribuir para os controles típicos de uma Secretaria: registro de faltas e de notas; matrículas, cumprimento de prazos etc.
- Formular fluxos de comunicação e de processos que contribuam para a agilidade das ações e a eficácia dos resultados.

➤ **Funções de Natureza Acadêmica**

- Contribuir para a concepção, execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso na direção e sua explícita articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Integrar os professores e estimular a articulação das disciplinas da estrutura curricular – tanto no plano horizontal quanto vertical – e dos programas curriculares e extracurriculares que, de alguma forma envolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Liderar o programa de avaliação com a preocupação de identificar pontos de estrangulamento e de formular alternativas de superação de tais debilidades.
- Estimular os programas que reforcem os projetos acadêmico/profissional dos estudantes, o projeto pedagógico do curso e o PDI: programa de monitoria, programa de iniciação científica, programa de estágio supervisionado, programa de trabalho de conclusão de curso, programas de consultoria vinculados a Empresa Júnior etc.

➤ **Funções de Natureza Institucional**

- Contribuir para a imagem interna e externa do curso e da Instituição.
- Encontrar meios de ampliar a empregabilidade dos egressos.
- Firmar contratos, convênios e parcerias que ampliem os espaços de aprendizagem dos estudantes, os espaços profissionais dos egressos e a credibilidade da instituição junto à sociedade.
- Ser ativo em todos os processos que envolvam autorização, reconhecimento e avaliação periódica do curso que coordena.

3.1.2. Caracterização dos Cursos oferecidos pelo IEST

3.1.2.1. Graduação

Mantenedora: Associação de Ensino Superior do Piauí – AESPI
Mantido: Instituto de Ensino Superior de Teresina – IEST
Endereço: Rua Walfran Batista, 91, São Cristóvão, Teresina/PI – CEP 64046-470

Cursos Autorizados	ANO DE 2008		
	Nº de turmas por Curso	Nº de Alunos Matriculados	Turno de Funcionamento
Enfermagem	a funcionar em 2008	–	D/N
Fisioterapia	08	329	Noturno

Endereço: Rua Joca Pires, 1000, Bairro Fátima, Teresina/PI – CEP 64046-470

Cursos Autorizados	Nº de turmas por Curso	Nº de Alunos Matriculados	Turno de Funcionamento
Ciências Contábeis	06	217	Noturno
Com. Social com hab. em Publ. e Prop.	04	95	Noturno
Direito	22	831	Noturno/Diurno

3.1.2.2. Cursos Superiores de Tecnologia

Endereço: Rua Walfran Batista, 91, São Cristóvão, Teresina/PI – CEP 64046-470

Gerenciamento de Redes de Computadores	a funcionar em 2008	–	–
--	---------------------	---	---

Endereço: Rua Joca Pires, 1000, Teresina/PI – CEP 64046-470

Cursos Autorizados	ANO DE 2008		
	Nº de turmas por Curso	Nº de Alunos Matriculados	Turno de Funcionamento
Multimídia	a funcionar em 2008	–	–
Comunicação para Web	a funcionar em 2008	–	–
Produção Gráfica Digital	a funcionar em 2008	–	–
Comunicação Empresarial	a funcionar em 2008	–	–
Comunicação e Ilustração Digital	a funcionar em 2008	–	–

Endereço: Rua Goiás, 100, Bairro Ilhotas, Teresina/PI – CEP 64001-570

Cursos Autorizados	ANO DE 2008		
	Nº de turmas por Curso	Nº de Alunos Matriculados	Turno de Funcionamento
Gestão de Sistemas de Informação	02	138	Noturno
Gestão de Comércio Exterior	a funcionar em 2008	–	Noturno
Gestão Hospitalar	02	135	Noturno
Turismo Receptivo	a funcionar em 2008	–	Noturno
Gestão de Marketing	02	94	Noturno
Gestão Mercadológica	a funcionar em 2008	–	Noturno
Eventos	a funcionar em 2008	–	Noturno
Gestão Empreendedora	01	102	Noturno
Gestão de Recursos Humanos	02	148	Noturno

3.1.3. Concepção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos do IEST

O **IEST** almeja ofertar cursos que apresentem forte demanda regional, substanciados em resultados de pesquisas de mercado realizadas e em tendências observadas nas áreas que ampliam a empregabilidade.

A concepção dos Projetos Pedagógicos de Curso do **IEST** tem como diretrizes norteadoras:

- a formação de sujeitos e de profissionais orientada para a autonomia e para as diferentes inserções do egresso no mundo do trabalho;
- a criação de diferenciais fortes para cada curso por meio da relação imediata com indicadores da necessidade social no que concerne às suas características sociais, econômicas, geográficas e históricas;
- a orientação dos Projetos Pedagógicos ao momento histórico, social e econômico do País e sua aprovação pelos Colegiados Superiores da Instituição;
- a existência e adequação dos recursos físicos e materiais e instalações especiais;
- o perfil do corpo docente orientado por múltiplas competências.

Os cursos de Graduação oferecidos pelo **IEST** se caracterizam pelo compromisso de integrar o ensino com a extensão, com a intenção de formar sujeitos autônomos, responsáveis e profissionais competentes para responder aos desafios da realidade atual. Para tanto, prima pelo foco no mercado de trabalho e pela qualidade do Projeto Pedagógico, que se concretizam na realidade dos atores:

- pela ação indissociável entre reflexão e ação, teoria e prática profissional;
- pelo desenho dos currículos;
- pela titulação, regime de trabalho e qualificação dos docentes;
- pela produção acadêmico-científica realizada por estudantes e professores;

- pelo uso adequado da biblioteca como meio de aprendizagem;
- pela incorporação dos recursos da microinformática no processo de formação.

3.1.3.1. Flexibilidade dos Componentes Curriculares: Procedimentos de Seleção de Conteúdo

A seleção de conteúdos é o resultado de um universo maior de conhecimento e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a crítica.

A seleção é uma questão de poder, ao selecionar determinado conteúdo para fazer parte do currículo, se está privilegiando alguns conteúdos em detrimento de outros. A definição dos conteúdos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos do **UEST** partiu de premissas teóricas, tendo em conta a análise da realidade, operada com referenciais específicos tais como:

- sócio-antropológico, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado;
- psicológico, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- epistemológico, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- pedagógico, que se apropria do conhecimento gerado na sala de aula em experiências prévias.

Entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas. O aluno deve ser avaliado quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos.

Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de idéias, planejamento, memorização etc.

Ao selecionar os conteúdos os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas idéias, suas práticas, suas representações sociais. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e como está o seu ensino e para tanto em suas disciplinas os docentes do **UEST** :

- tomam como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
- discutem a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;

- consideram que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.

3.1.4. Oportunidades Diferenciadas de Integralização de Cursos

De acordo com o Regimento da Instituição, a integralização curricular dar-se-á pelo regime seriado semestral.

O art. 34 desse documento, § 5º, estabelece que, “obedecida a legislação em vigor, até o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária do curso e as disciplinas em regime de dependência poderão, a critério do Conselho Acadêmico, ser oferecidas por meio da metodologia de ensino a distância”. Tal dispositivo constitui-se em oportunidade diferenciada de integralização no curso na medida em que oferece ao aluno maior flexibilidade na integração entre seus estudos e suas atividades práticas e/ou profissionais, facilitando a realização de estágios ou mesmo a inserção no mercado de trabalho.

Por fim, segundo dispõe o art. 63 do Regimento do **IEST**, “alunos que obtiverem extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos cursos de graduação, observadas as normas específicas pertinentes.”

Desta forma a Instituição procura revelar, reconhecer e impulsionar seus valores, fazendo com que avancem em direção à educação continuada e contribuindo, assim, não apenas com a formação de mão-de-obra qualificada, mas também com a formação de capital intelectual, do qual toda Nação prescinde para manter níveis sólidos de crescimento.

3.1.5. Práticas Pedagógicas Inovadoras

Tendo em vista a experiência docente buscada na formação da equipe de professores e no perfil dos Coordenadores de Curso, a Instituição tem buscado utilizar práticas pedagógicas complementares às aulas expositivas tradicionais, objetivando desenvolver um ambiente propício à auto-aprendizagem.

Isso inclui a adoção do ensino com pesquisa; realização de seminários em que os estudantes discutem a literatura indicada para a disciplina e os resultados dos estudos que realizaram; discussão de cases na preocupação de melhor articular as instâncias teóricas e práticas e a recuperação da experiência profissional dos estudantes; organização de dinâmicas de grupo buscando ativar a comunicação entre os pares, o aprendizado horizontal, a criatividade e o desejo de contribuir com novos elementos de discussão e análise; realização de papers, ensaios, relatórios e pequenas monografias que desenvolvam a capacidade de comunicação escrita, interpretação, análise e aplicação de textos à solução de problemas previamente formulados; realização de aulas-problema capazes de estimular a pesquisa, a análise e a síntese; elaboração de relatórios de visitas a organizações locais etc.

3.1.5.1. Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos

O **IEST** investe na elaboração de materiais pedagógicos, dedicando especial atenção aos documentos norteadores da existência da Instituição e dos programas educacionais que oferece. Assim, procura proporcionar suporte pedagógico necessário para implementação dos seguintes projetos e programas:

- Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Projeto Pedagógico dos Cursos;
- Política de Avaliação Institucional;
- Programas de Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso;
- Programa de Monitoria;
- Empresa Júnior, Laboratório de Turismo e Núcleo de Prática Jurídica;
- Programas de Curso por Disciplina.

3.1.6. Atividades Práticas, Complementares e Estágios

3.1.6.1. Atividades de Prática Profissional

A Instituição oferece o programa de monitoria, no qual são admitidos estudantes regulares, selecionados por uma comissão formada com o intuito de avaliar os pedidos e selecionar dentre os estudantes que melhor respondam aos projetos pedagógicos dos cursos oferecidos, que tenham demonstrado rendimento escolar satisfatório na disciplina ou área de monitoria, além de aptidão para as atividades auxiliares de ensino e extensão. A monitoria não implica vínculo empregatício entre o estudante e a Instituição, e seu exercício traz como incentivo desconto sobre a mensalidade do curso realizado. É exercida sob orientação de um professor, ao qual é vedado deixar a cargo do monitor as aulas teóricas ou práticas correspondentes à carga horária regular de disciplina curricular e as atividades de avaliação da aprendizagem dos estudantes. O exercício da monitoria é levado em consideração para fins de ingresso no magistério da Instituição.

Ademais, a Direção da Instituição tem envidado todos os esforços para oferecer aos estudantes, por meio da Empresa Júnior, oportunidade de aplicação prática dos conhecimentos incorporados ao longo do curso. Dentre esses, inclui a busca de celebração de convênios com organizações situadas em Teresina e na região, visando à contínua integração entre os cursos oferecidos, os estudantes, o mercado de trabalho e a sociedade local.

No que diz respeito à Empresa Júnior, ao Laboratório de Turismo e ao Núcleo de Práticas Jurídicas, a Instituição assume o compromisso de:

- estimular e orientar os estudantes para sua constituição;
- alocar espaço físico para seu funcionamento; e
- alocar representantes do corpo docente interessados e competentes para assumir as atividades de supervisão e orientação dos trabalhos que vierem a ser realizados.

3.1.6.2. Atividades Complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado de trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Compreende-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade, não compreendida nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas e atividades dos cursos da IES.

A concepção de Atividades Complementares pretende que o aluno seja sujeito ativo no processo ensino-aprendizagem, participando, de forma autônoma, de uma formação diversificada, com base na integração entre ensino e extensão.

Tais atividades cumprem um papel fundamental na estrutura dos cursos do **IES** por inúmeros motivos, dentre eles:

- permitir que o aluno possa ampliar, aprofundar e complementar o conteúdo trabalhado em sala de aula e no âmbito da prática jurídica;
- permitir que o aluno tenha acesso a temas atuais e relevantes, que ainda não sejam contemplados nos conteúdos programáticos dos cursos;
- estimular o contato com temas interdisciplinares ou externos, o que contribui para uma formação interdisciplinar e com maior capacidade de atender às complexas e diversificadas demandas do mercado;
- contribuir para o aperfeiçoamento cultural do aluno;
- favorecer o contato com a realidade social, política e econômica do meio em que vive;
- facilitar o confronto entre o conteúdo trabalhado em sala de aula e a realidade social, revelando ao aluno as dificuldades de aplicação deste conhecimento;
- permitir ao aluno uma formação em certa medida autônoma e flexível, dando-lhe capacidade de atuar em nichos do mercado de trabalho a partir de afinidades e escolhas pessoais.

Conforme regulamento que trata da matéria, as atividades possíveis de serem convertidas em carga horária de Atividade Complementar são reunidas em 8 (oito) grupos, exigindo-se do aluno o cumprimento de carga horária em pelo menos 3 (três) desses grupos. São consideradas Atividades Complementares:

Grupo 1: aproveitamento em programas de pesquisa e participação em grupos de estudo;

Grupo 2: realização de monitoria;

Grupo 3: publicações, comunicações científicas, classificação em concurso de monografia;

Grupo 4: aproveitamento em atividade de extensão;

Grupo 5: presença em defesas de monografias, dissertações e teses;

Grupo 6: atividade de representação discente;

Grupo 7: participação em seminários, congressos, palestras, simpósios;

Grupo 8: aproveitamento em cursos e disciplinas.

As atividades complementares observam o limite mínimo de 5% (cinco por cento) e máximo de 20% (vinte por cento) da carga horária total dos cursos oferecidos, sendo orientadas e avaliadas por docentes de acordo com os critérios estabelecidos pelos Projetos Pedagógicos.

A integralização da carga horária das Atividades Complementares será realizada de acordo com os critérios definidos no Regulamento disponível na IES.

As cargas horárias definidas nas provas exigidas não representam, necessariamente, a carga horária atribuída pelo Supervisor das Atividades Complementares como aproveitamento para a atividade realizada pelo aluno. Para o aproveitamento da carga horária em Atividade Complementar, o Supervisor das Atividades Complementares considera as disciplinas já cursadas no momento da realização da Atividade Complementar.

Para fins de acompanhamento e controle pelo Supervisor das Atividades Complementares, com vistas à integralização, o aluno deverá requerer sua participação nas Atividades Complementares, mediante formulário próprio, ao final de cada semestre.

O Supervisor das Atividades Complementares é indicado pelo Coordenador do curso dentre professores do quadro permanente de docentes da IES, para o exercício do conjunto de atividades de orientação básica ao aluno e de administração dos atos relativos à política, ao planejamento e à supervisão das Atividades Complementares. A indicação do Supervisor das Atividades Complementares deve ser aprovada pelo Conselho Acadêmico.

3.1.6.3. Programa de Estágio Supervisionado

Para a legislação, o Programa de Estágio Supervisionado tem como finalidade proporcionar a complementação da formação escolar e permitir ao estudante o acesso a seu futuro campo de atuação profissional em contato direto com questões práticas e teóricas.

Assim sendo, e tendo em vista os conhecimentos, habilidades e atitudes características dos cursos de Graduação, as necessidades presentes na região e a importância de os estudantes explorarem o *locus* de sua atividade profissional, a Instituição disporá de um programa detalhado para condução do Estágio Supervisionado, adaptado às especificidades dos cursos autorizados e dos cursos em fase de autorização.

Considerando as exigências típicas da execução dos programas de Estágio Supervisionado, ele está sob a coordenação de um professor que, além de apresentar competências acadêmicas de pesquisador, apresenta competências docentes de orientador e competências profissionais resultantes de prática acumulada no mercado de trabalho. Os estudantes estagiários contam com o suporte técnico, conceitual, teórico e metodológico de uma equipe de professores orientadores. Cada professor orientador pode orientar a elaboração de no máximo 06 (seis) projetos de estágio por período letivo. Existe na Instituição um regulamento para o desenvolvimento do Programa de Estágio Supervisionado.

3.1.6.4. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Um dos objetivos da Instituição se materializa no oferecimento de condições de ensino e aprendizagem que levem à formação de sujeitos capazes de trilhar a carreira escolhida embasadas na articulação de um sólido conhecimento teórico aliado ao referencial prático, que lhes permita alcançar suas metas e participar ativamente da promoção de um desenvolvimento sustentado no âmbito regional. O Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado para contribuir com o alcance destes objetivos, por meio de uma investigação sistematizada que, além de exigir uma visão geral e articulada das diferentes áreas envolvidas na formação do estudante, exigirá, igualmente, domínio conceitual, teórico e metodológico.

O supracitado programa envolve aulas, atividades de orientação, experiências vivenciadas na organização, pesquisa teórica e empírica, sistematização de coleta, análise e tratamento do material reunido, e elaboração de um relatório com características de um TCC monográfico, em consonância com o rigor presente no processo investigatório, de caráter sistematizado.

Os trabalhos que atingem uma média igual ou superior a 8,0 (oito) são apresentados pelos autores em plenária, motivando a expedição de um certificado de excelência acadêmica.

3.2. Organização Acadêmico-Administrativa

A organização acadêmica e administrativa da IES visa ao cumprimento de sua missão institucional; para tanto, a proposta de projeto institucional reflete um paradigma educacional centrado no aluno, como sujeito do processo de aprendizagem.

A organização acadêmica compõe-se de três categorias: a administração acadêmica do curso, que compreende a coordenação, a organização técnica e administrativa e a atenção aos discentes, sob a responsabilidade de seus coordenadores; a proposta do curso, compreendendo a concepção, a matriz curricular e o sistema de avaliação; e as atividades acadêmicas articuladas ao ensino, compreendendo a participação dos discentes.

A administração institucional compete aos órgãos de deliberação e de execução. São órgãos de deliberação: a Diretoria e o Conselho Acadêmico. As atribuições desses órgãos estão devidamente discriminadas no Regimento da Instituição.

A estrutura organizacional foi elaborada de forma a articular a gestão acadêmica à administrativa para que por meio do Diretor, elo superior comum de ambas gestões, faça a integração entre a atividade educativa e o apoio administrativo de suporte a essa atividade.

A particularidade da gestão do **UEST** decorre dos fins que se procura alcançar com a Concepção Político-Pedagógica assumida e com a natureza do processo em que se procedeu e se desenvolve essa busca, tendo-se sempre em vista tanto as condições objetivas e subjetivas para as mudanças que se fizerem necessárias quanto às bases para consolidar posturas essencialmente universitárias no ensino, na extensão e na administração.

A IES busca incorporar e desenvolver mecanismos e processos de gestão no que diz respeito à sua capacidade de desempenho das atividades-fim, de modo a garantir sua eficácia, a racionalização de custos, a melhoria das relações internas e o desenvolvimento e aperfeiçoamento do intercâmbio com o meio exterior.

Sob essa perspectiva, merecem destaque a constituição e instalação, a partir de sua criação, da Comissão Própria de Avaliação, e a introdução de medidas que promovam a gestão participativa, em relação à qual se prevê a criação e a promoção dos processos de participação dos diversos segmentos na vida institucional.

3.2.1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

A estrutura organizacional do **UEST** está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

Órgãos da Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;

Órgãos da Administração Básica: Colegiado de Curso e Coordenadores.

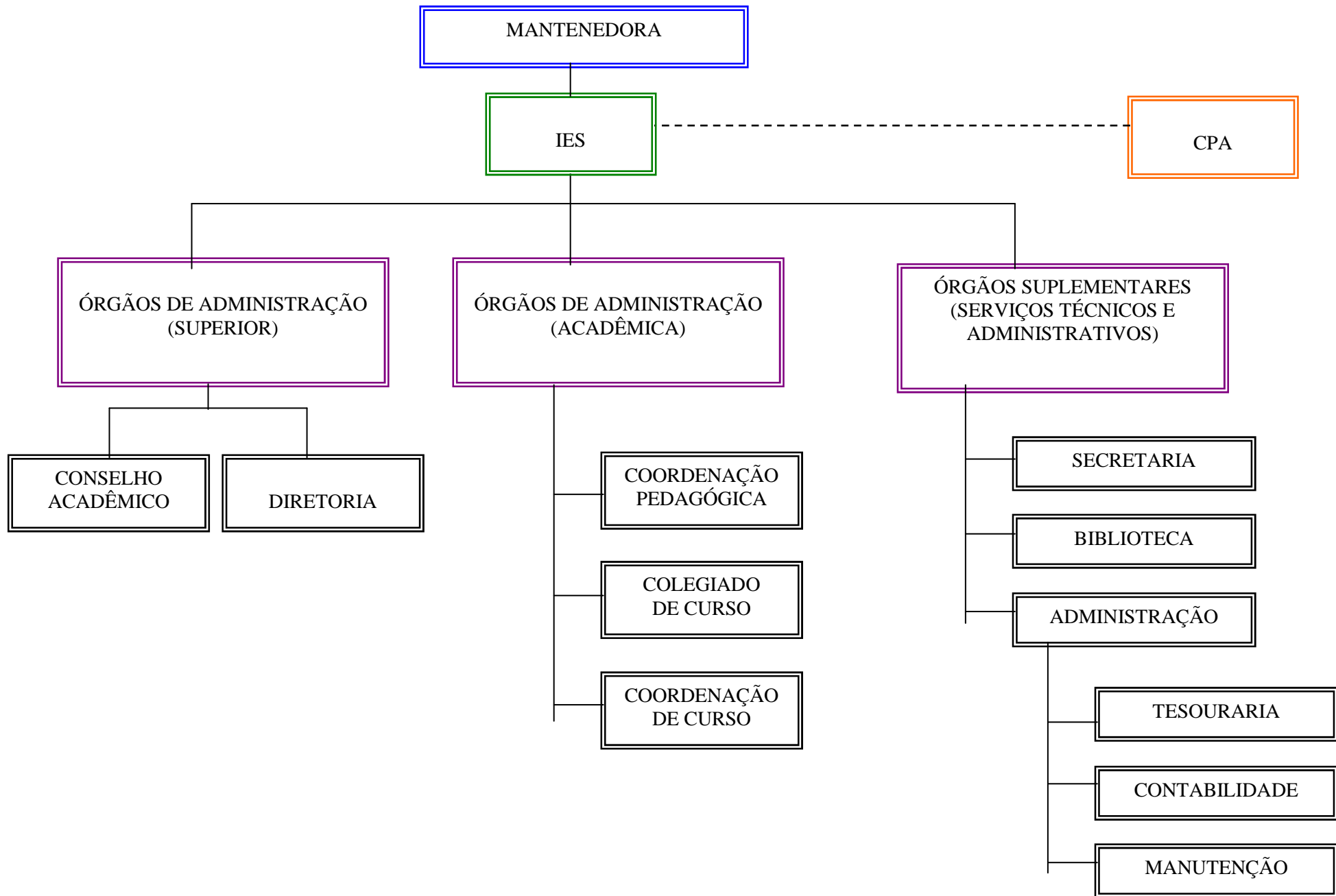
Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos **Órgãos Suplementares**.

Poderão integrar a estrutura organizacional do **UEST** outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativa.

3.2.1.1. Organograma Institucional e Acadêmico

(Próxima página.)

ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL



3.2.2. Órgãos Colegiados

a) Conselho Acadêmico

Composição

O **Conselho Acadêmico**, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa em matéria didático-científica e administrativa do **IEST**, é constituído:

- pelo Diretor, seu Presidente;
- por um representante da Mantenedora;
- pelos Coordenadores de cursos de graduação;
- pelos Coordenadores de curso de pós-graduação;
- por um representante do corpo docente; e
- por um representante do corpo discente.

O mandato dos representantes docente e discente será de dois anos, podendo haver recondução.

O Conselho Acadêmico reúne-se ordinariamente de dois em dois meses e extraordinariamente quando convocado pelo Diretor, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço dos membros que o constitui.

Atribuições e Competências

Compete ao Conselho Acadêmico:

- manifestar-se sobre o Regimento do **IEST** e suas alterações, submetendo-o aos órgãos competentes do Ministério da Educação para aprovação;
- aprovar o plano anual de atividades da IES e o plano de aplicação dos recursos orçamentários, encaminhados pelo Diretor;
- aprovar, anualmente, o Calendário Escolar;
- propor a criação, incorporação, fusão, suspensão e extinção de programas, cursos e habilitações, submetendo-as à apreciação da Entidade Mantenedora e posterior aprovação pelo órgão competente do Ministério da Educação;
- decidir, em grau de recurso, os casos apreciados pelo Diretor;
- aprovar, mediante proposta da Entidade Mantenedora, da Direção do Instituto ou de membros do próprio Conselho Acadêmico, a concessão de títulos de “Professor Emérito” e de “Professor *Honoris Causa*”;
- regulamentar as solenidades de colação de grau e outras promovidas pelo **IEST**;

- sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades do **IEST**, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor;
- emitir parecer sobre os currículos dos cursos superiores de tecnologia e alterações propostas pelo Coordenador Pedagógico ou pelos Coordenadores de curso, em consonância com as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação, encaminhando-os à homologação da Mantenedora;
- apreciar o relatório anual da Diretoria, encaminhando-o à Mantenedora;
- emitir parecer sobre os assuntos suscitados pelo Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério Superior, encaminhando-os à Mantenedora;
- disciplinar, anualmente, a realização do processo seletivo;
- decidir sobre aceitação de pedidos de transferência e aproveitamento de estudos;
- aprovar as normas de funcionamento dos estágios curriculares;
- opinar sobre acordos e convênios com entidades nacionais e estrangeiras que envolvam os interesses da Instituição, submetendo-os à Mantenedora; e
- exercer as demais competências previstas em Lei e no Regimento.

b) Diretoria

A Diretoria, exercida pelo Diretor, é órgão executivo superior de coordenação e fiscalização das atividades do Instituto.

O Diretor é designado pela Mantenedora, com mandato de dois anos, podendo haver recondução. Em suas ausências e impedimentos, o Diretor será substituído por profissional legalmente habilitado para tais funções, designado pela Mantenedora.

Atribuições e Competências

São atribuições do Diretor:

- articular a formulação, execução e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional;
- representar o **IEST** junto a pessoas ou instituições públicas ou privadas;
- convocar e presidir as reuniões do Conselho Acadêmico;
- elaborar o plano anual de atividades do **IEST** juntamente com o Coordenador Pedagógico e os Coordenadores dos cursos e submetê-lo à aprovação do Conselho Acadêmico;
- conferir grau, assinar diplomas, títulos e certificados escolares;
- fiscalizar o cumprimento do regime escolar e a execução dos programas e horários;

- convocar as eleições para escolha do discente para composição do Conselho Acadêmico;
- zelar pela manutenção da ordem e disciplina no âmbito do **IEST**;
- propor à Mantenedora a contratação e dispensa do pessoal técnico-administrativo e, ouvido o Coordenador Pedagógico, a contratação e dispensa dos Coordenadores de cursos e do pessoal docente;
- autorizar as publicações, sempre que estas envolvam responsabilidades do **IEST**;
- resolver os casos omissos no Regimento ad referendum do Conselho Acadêmico; e
- exercer as demais atribuições previstas em Lei e no Regimento.

c) Colegiado de Curso

Composição

O Colegiado de Curso é um órgão de natureza consultiva, representativo da comunidade acadêmica, anualmente constituído, e que tem a seu cargo a coordenação didática dos respectivos cursos.

O Colegiado de Curso é constituído, para cada curso, por três docentes que ministram disciplinas distintas do currículo pleno, pelo coordenador do curso em questão e por um representante do corpo discente.

Os docentes membros do Colegiado de Curso são indicados anualmente por seus pares e o representante do corpo discente deve ser um aluno regularmente matriculado no curso, indicado anualmente por seus pares.

Atribuições e Competências

São atribuições do Colegiado de Curso:

- acompanhar as atividades técnico-didáticas no âmbito do curso;
- propor diretrizes para a elaboração de currículos, programas e normas metodológicas de ensino, em atendimento às regras aprovadas pelo Conselho Acadêmico;
- propor, por iniciativa própria ou quando solicitado, projetos de ensino, de pesquisa e de extensão ao Conselho Acadêmico;
- estabelecer normas de orientação e coordenação do ensino, no âmbito do curso;
- elaborar, por solicitação de seu Presidente ou do Conselho Acadêmico, propostas de currículos e reformulações curriculares a serem submetidas à apreciação daquele Colegiado;
- fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;

- elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas dos órgãos educacionais competentes;
- sugerir alterações curriculares e o ajustamento de planos de ensino de disciplinas de acordo com os objetivos de curso e do perfil do profissional a ser formado, com base nas diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação;
- promover a avaliação do curso;
- decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
- decidir sobre a dependência de disciplinas na programação acadêmica do aluno, respeitado o disposto no Regimento da Instituição e em normas do Conselho Acadêmico;
- colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação; e
- exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

O Colegiado de Curso é presidido pelo Coordenador de Curso e reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre e extraordinariamente quando convocado pelo Coordenador do Curso, por iniciativa própria ou a requerimento de dois terços dos membros que o constitui, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados.

d) Administração Acadêmica

A gestão e a coordenação didático-pedagógica do **UEST** são exercidas pelo Coordenador Pedagógico designado pela Mantenedora.

O Coordenador Pedagógico será auxiliado pelos Coordenadores de Curso, designados pela Direção por tempo indeterminado.

Atribuições e Competências

São atribuições dos Coordenadores de Curso, sob a supervisão do Coordenador Pedagógico:

- colaborar com os docentes na elaboração de planos de ensino e em projetos de natureza pedagógica;
- promover a discussão e análise das ementas e conteúdos programáticos das disciplinas, visando à interdisciplinaridade e à integração do corpo docente aos objetivos do curso;
- fomentar a discussão teórica e o avanço prático de metodologias de ensino adequadas às diferentes disciplinas do curso;
- estabelecer normas para o desenvolvimento e controle dos estágios curriculares e extracurriculares;

- opinar nos processos de seleção, contratação, afastamento e substituição de professores;
- apreciar as recomendações dos docentes e discentes sobre assuntos de interesse do curso;
- definir a organização e a administração de laboratórios e materiais relativos ao ensino;
- estimular o programa de monitoria;
- incentivar o desenvolvimento de projetos de aplicação prática;
- estimular práticas de estudo independente, visando à progressiva autonomia intelectual e profissional do estudante;
- encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar; e
- exercer outras atribuições conferidas pelo Regimento e por normas complementares emanadas do Conselho Acadêmico.

3.2.2.1. Formas de Participação de Docentes e Alunos nos Órgãos Colegiados

De acordo com o Regimento da Instituição, docentes e alunos podem participar das seguintes formas nos órgãos colegiados do **UEST**:

- no **Conselho Acadêmico**, por meio de um representante docente e um representante discente, eleitos por seus pares e com mandato de dois anos, podendo haver recondução; e
- no **Colegiado de Curso**, por meio um representante discente e de cinco representantes docentes que ministrem disciplinas de matérias distintas do currículo do curso. Os docentes serão nomeados anualmente pelo Diretor, sendo três de sua indicação e dois de indicação do corpo docente da Instituição. Já o representante do corpo discente deve ser aluno do curso, indicado anualmente por seus pares.

Vale ressaltar a participação de diferentes membros da comunidade acadêmica na **Comissão Própria de Avaliação – CPA**, que é formada por representantes de cada uma das seguintes categorias: corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo e sociedade civil organizada.

3.2.3. Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

O **UEST** entende que sua organização acadêmico-administrativa deve ser estruturada com o propósito de proporcionar aos professores, estudantes e membros da comunidade um atendimento com qualidade e presteza. Nesse sentido, a Instituição disporá de órgãos administrativos e de apoio que possibilitem alcançar este objetivo, por meio do envolvimento de uma equipe qualificada e apta a lidar com as variadas questões suscitadas pelas atividades promovidas.

Podemos listar como principais órgãos de apoio, ligados diretamente à Diretoria, voltados ao atendimento aos agentes da comunidade acadêmica: secretaria, biblioteca e administração. Outros serviços administrativos, incluindo tesouraria, contabilidade, manutenção e zeladoria poderão ser prestados diretamente por órgãos da própria Mantenedora.

Secretaria

A Secretaria, órgão de coordenação e execução dos serviços escolares, é dirigida por um Secretário, contratado pela Mantenedora, tendo como atribuições:

- organizar, conferir e manter atualizada a escrituração escolar;
- assegurar a preservação dos documentos escolares;
- publicar, regularmente, o quadro de aproveitamento de notas e de faltas, para conhecimento dos alunos;
- organizar e atualizar a coleção de leis, regulamentos, instruções e os livros de escrituração;
- redigir e publicar os editais de chamada para exames e matrículas, após aprovação da Diretoria;
- secretariar e lavrar a competente ata das reuniões do Conselho Acadêmico;
- expedir a correspondência do **IEST**;
- atender pedido de informação ou de esclarecimento de interessados;
- expedir diplomas e demais documentos que lhe são afeitos; e
- exercer as demais atribuições previstas em Lei e no Regimento ou que lhe forem conferidas pela Diretoria.

Biblioteca

A Biblioteca é dirigida por profissional devidamente habilitado na área, contratado pela Mantenedora, tendo como atribuições:

- registrar, catalogar, classificar e conservar o material bibliográfico do **IEST**;
- organizar coleções de referência bibliográfica e mantê-las atualizadas;
- manter serviços de informações e intercâmbios; e
- exercer as demais atribuições previstas em Lei e no Regimento ou que lhe forem conferidas pela Diretoria.

3.2.4. Autonomia da IES em relação à Mantenedora

O Estatuto da Mantenedora e o Regimento Interno do **IEST** disciplinam as relações entre ambos, delimitando-lhes autoridade e competências, no respeito às respectivas esferas de atuação, assegurando a liberdade didático-científica na esfera de ensino e extensão.

Compete à entidade Mantenedora prover adequadas condições de funcionamento das atividades essenciais da Mantida, colocando-lhe à disposição os meios econômicos, financeiros e patrimoniais necessários ao atendimento dos seus objetivos institucionais, sendo-lhe privativo:

- o orçamento da IES;
- a celebração de convênios, acordos e contratos;
- atos emanados dos órgãos colegiados que impliquem em aumento de despesa ou em diminuição de receita.

O **IEST**, por sua vez, se relaciona com a Mantenedora por meio de seu Conselho Acadêmico, órgão de coordenação e assessoramento, consultivo e deliberativo em matéria didático-científica e administrativa e que possui autonomia em suas decisões.

As atribuições do Conselho Acadêmico encontram-se previstas no Regimento da Instituição.

3.2.5. Corpo Técnico-Administrativo

3.2.5.1. Critérios de seleção e contratação

O corpo técnico-administrativo e de apoio é contratado de acordo com as normas da Consolidação das Leis de Trabalho e as da Entidade Mantenedora, sendo constituído por todos os funcionários não-docentes do **IEST**, a saber: agentes administrativos, auxiliares de serviços, secretarias e demais funcionários indispensáveis na forma do organograma estrutural da Instituição.

Para ser admitido, o pessoal técnico-administrativo e de apoio deve preencher algumas exigências de qualificação, tais como:

- apresentar características de liderança;
- ser inovador no desempenho de suas tarefas na área específica das funções que exerce e na área de informática;
- ser empático e democrático em relação aos colegas;
- demonstrar domínio de conhecimentos na sua área de trabalho; e
- estar predisposto à formação contínua.

3.2.5.2. Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho

A busca do **IEST** pela eficaz promoção do comprometimento do corpo técnico-administrativo com os valores e princípios educacionais defendidos pela Instituição norteou a elaboração e implantação do Plano de Cargos e Salários, descrito a seguir.

RESOLUÇÃO Nº 01/2007

Dispõe sobre instituição do plano de cargos e salários do pessoal técnico-administrativo do **INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA – IEST**.

Art. 1º É instituído o plano de cargos e salários do pessoal técnico-administrativo do **INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA – IEST**, mantido pela **ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ – AESPI**, em Teresina/PI.

CAPÍTULO I DOS INTEGRANTES E DAS ATIVIDADES

Art. 2º O corpo técnico-administrativo do Instituto é integrado por todos quantos nele exerçam atividades administrativas ou técnicas.

Art. 3º São consideradas atividades próprias do pessoal técnico-administrativo o conjunto de funções destinadas a oferecer suporte operacional às atividades-fim do Instituto, incluindo aquelas relacionadas com a administração de pessoal, material, patrimonial, finanças, atividades complementares e com a vida escolar.

CAPÍTULO II DA CONTRATAÇÃO

Art. 4º A contratação de pessoal técnico-administrativo será realizada nos termos da legislação trabalhista em vigor, assegurando-se aos profissionais todos os direitos e vantagens inerentes às funções a serem desempenhadas.

Art. 5º A admissão do pessoal técnico-administrativo será precedida de entrevista ou processo seletivo elaborado pelo setor competente do Instituto, pelo qual serão avaliadas as reais condições do candidato, sua qualificação profissional, experiência e habilidades para o exercício da função.

Art. 6º Os candidatos selecionados somente serão contratados após a apresentação de toda a documentação exigida por lei e exercerão suas funções nos locais de funcionamento do Instituto, ou em locais por este indicado.

CAPÍTULO III DO REGIME DE TRABALHO

Art. 7º O pessoal técnico-administrativo contratado pelo Instituto estará sujeito ao seguinte regime de trabalho:

I - Regime de tempo integral, com 44 horas semanais de trabalho; ou

II - Regime de tempo parcial, com 36 horas semanais de trabalho.

Parágrafo único. Em função das peculiaridades locais, após a aprovação do departamento competente do Instituto, poderão ser instituídos regimes de trabalho diversos daqueles referidos nos itens I e II deste artigo.

Art. 8º A frequência diária do pessoal técnico-administrativo será controlada pelo setor responsável do Instituto, preferencialmente por meio eletrônico, aplicando-se, quanto às ausências e impedimentos, as normas constantes da legislação trabalhista em vigor.

CAPÍTULO IV DAS VANTAGENS

Art. 9º O pessoal técnico-administrativo será contratado na referência inicial constante da tabela de remuneração anexa

Art. 10. Além daquelas previstas na legislação trabalhista vigente e em normas emanadas de convenção coletiva de trabalho, o pessoal técnico-administrativo fará jus às seguintes vantagens:

I - promoção por tempo de serviço a cada três anos de efetivo exercício na função, após a primeira que somente ocorrerá a partir do décimo ano de efetivo exercício no cargo;

II - promoção por merecimento, segundo critérios fixados pela Mantenedora, após manifestação do supervisor imediato.

CAPÍTULO V DOS INCENTIVOS

Art. 11. Serão oferecidos ao pessoal técnico-administrativo, em exercício no Instituto, os seguintes incentivos:

I - bolsas de estudo;

II - auxílio para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares em sua área de atuação;

III - oferta de cursos de reciclagem e atualização profissional.

Parágrafo único. Os critérios para oferecimento dos incentivos serão fixados por meio de ato baixado pelo Conselho Acadêmico e homologado pela entidade Mantenedora.

Art. 12. A escala de salários do pessoal técnico-administrativo constará de tabela específica.

Art. 13. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

3.2.5.3. Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo, considerando o período de vigência do PDI

O Instituto e a Entidade Mantenedora zelam pela manutenção de padrões de recrutamento e de condições de trabalho condizentes com a natureza de suas atividades educacionais, bem como têm buscado propiciar oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus funcionários.

O quadro seguinte apresenta a composição do corpo técnico-administrativo bem como sua projeção para o quinquênio, levando-se em consideração a natureza das funções associadas ao atendimento das demandas derivadas da ampliação de laboratórios, número de discentes, ampliação da biblioteca etc., de acordo com as metas explicitadas no Plano de Desenvolvimento Institucional:

Quadro Evolutivo de Funcionários						
FUNÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	Total Geral
Diretor	01	-	-	-	-	01
Coordenador Pedagógico	01	-	-	-	-	01
Coordenador de Curso	07	02	01	01	01	12
Bibliotecário	01	-	-	-	-	01
Secretário Geral	-	01	-	-	-	01
Tesoureiro Setorial	01	-	-	01	-	02
Assist. de Depto Pessoal	02	-	01	-	01	04
Assistente de Coordenação	-	02	-	02	-	04
Assistente de Tesouraria	-	01	-	-	01	02
Auxiliar de Coordenação	04	-	02	-	01	07
Auxiliar de Secretaria	07	-	02	-	02	11
Auxiliar Financeiro	01	-	01	-	-	02
Auxiliar de Tesouraria	05	-	01	01	01	08
Auxiliar de Biblioteca	08	-	01	02	01	12
Auxiliar de Laboratório	04	01	01	02	01	09
Técnico de Informática	02	-	01	01	-	04
Técnico de Laboratório	02	-	01	01	-	04
Téc. Lab. Áudio e Vídeo	01	-	-	01	-	02
Controlador de Alunos	06	-	02	02	01	11
Inspetor de Alunos	05	01	02	02	01	11
Auxiliar de Serviços Gerais	17	-	03	01	02	23
Recepcionista	04	01	-	-	01	06
Porteiro	07	-	01	-	01	09
Coordenador Geral	01	-	-	-	-	01
Assistente de Ger.Unidade	02	-	01	-	01	04
Telefonista	01	01	-	01	-	03
Operador de Copiadora	01	01	-	01	-	03
Auxiliar de Cont Horários	03	-	-	02	01	06
Mensageiro	01	01	-	-	01	03
Secretaria Setorial	01	01	01	-	-	03
Auxiliar de CPD	01	-	02	-	02	05
Totais	97	13	24	21	20	175

3.2.6. Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira

3.2.6.1. Formas de Gestão Financeira Existentes/Previstas

A atividade de toda e qualquer Instituição de ensino necessita de uma análise, interpretação, registro e controle de todos os fatos de ordem financeira que permitam analisar o presente, prever e quantificar ações no futuro. Em Instituições de Ensino superior a autonomia de gestão financeira e patrimonial consiste na capacidade de gerir recursos financeiros e patrimoniais, disponibilizados pela Mantenedora, recebidos em doação ou gerados pela própria IES.

Neste sentido, o Instituto faz uso de um sistema acadêmico integrado ao sistema financeiro-contábil, de forma a promover o acompanhamento da situação gerencial da Instituição e individual do aluno com relação ao pagamento de mensalidades, devoluções ou apoio financeiro para eventos e atividades acadêmicas. Destaca-se também que será publicado anualmente o balanço das receitas auferidas e das despesas efetuadas.

O planejamento econômico-financeiro para o próximo quinquênio de funcionamento do **IEST** foi elaborado a partir das análises do comportamento do mercado financeiro dos três últimos anos e da análise dos preços dos serviços educacionais praticados por outras Instituições de Ensino Superior.

O levantamento dos custos operacionais e dos investimentos, necessários ao cumprimento do plano de expansão, melhoria e consolidação do ensino e da extensão, foi realizado com ênfase para os seguintes aspectos:

- contratação e capacitação dos recursos humanos (professores e pessoal não-docente);
- ampliação e melhoria do acervo da biblioteca;
- ampliação, aquisição e atualização tecnológica de equipamentos e aparelhos para os laboratórios e serviços técnicos, incluindo recursos de computação e informática;
- ampliação, reforma e readaptação da infra-estrutura física e de apoio;
- consolidação do processo de avaliação institucional.

A receita de mensalidades levou em consideração uma evasão média de 25% no primeiro ano e 10% para os anos seguintes, com uma taxa de ociosidade de 10%. Na previsão das despesas, teve-se presente o percentual de 50% de encargos sociais sobre os salários.

Os investimentos foram estimados para atender à readaptação, adaptação, melhoria e ampliação da infra-estrutura física e de apoio, assim como a aquisição, melhoria e ampliação dos laboratórios, serviços e da biblioteca (espaço físico e acervo), com a alocação de até 9% para a expansão e atualização do acervo da biblioteca.

3.2.6.2. Demonstrativo de Viabilidade Financeira

Os demonstrativos financeiros a seguir apresentados representam a previsão e o comprometimento orçamentário do Instituto, tendo como parâmetros iniciais a quantidade de vagas ofertadas em cada curso e o valor estimado da mensalidade. De igual forma, as despesas operacionais, representam um valor estimado dos gastos fixos e variáveis que compõem cada rubrica de despesa.

a) Condições de Financiamento da Instituição, Fontes de Receita e Itens de Despesa

Inst. de Ens. Superior de Teresina - IEST - Mantida p/ AESPI					
Demonstrativo da Receita e Despesa do Curso na Fase de Implantação em R\$ 1.000,00					
RECEITAS (EM R\$)	2008	2009	2010	2011	2012
1. RECEITA PRÓPRIA					
1.1. Anuidades	R\$ 9.576,0	R\$ 17.476,2	R\$ 25.137,0	R\$ 36.304,7	R\$ 32.728,4
1.2. Taxas e Contribuições Educacionais	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2. TRANSFERÊNCIA					
2.1. Governamentais					
2.2. De Particulares					
2.3. De Mantenedora					
3. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS					
3.1. Originária de Pesquisa					
3.2. Originária de Extensão					
3.3. Originária de Outros Serviços					
T O T A I S	R\$ 9.576,0	R\$ 17.476,2	R\$ 25.137,0	R\$ 36.304,7	R\$ 32.728,4
DESPESAS (EM R\$)	2008	2009	2010	2011	2012
1. PESSOAL					
a) Administrativo:					
- Administrativo Superior	R\$ 363,6	R\$ 363,6	R\$ 363,6	R\$ 363,6	R\$ 363,6
- Secretária	R\$ 90,0	R\$ 90,0	R\$ 90,0	R\$ 90,0	R\$ 90,0
- Biblioteca	R\$ 42,0	R\$ 42,0	R\$ 42,0	R\$ 42,0	R\$ 42,0
- Serviços Gerais	R\$ 50,4	R\$ 50,4	R\$ 50,4	R\$ 50,4	R\$ 50,4
- Encargos Sociais (IAPAS, FGTS, 13º Sal. E Outros)	R\$ 294,7	R\$ 294,7	R\$ 294,7	R\$ 294,7	R\$ 294,7
b) Docente:					
- Salário	R\$ 1.539,3	R\$ 2.809,2	R\$ 4.040,7	R\$ 5.261,0	R\$ 5.835,9
- Encargos Sociais (IAPAS, FGTS, 13º Sal. E Outros)	R\$ 686,7	R\$ 1.435,8	R\$ 2.469,3	R\$ 3.215,0	R\$ 3.566,4
2. MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 650,9	R\$ 1.239,0	R\$ 1.778,6	R\$ 2.698,8	R\$ 2.248,5
3. DESPESAS COM SERVIÇOS GERAIS	R\$ 781,1	R\$ 1.486,8	R\$ 2.134,4	R\$ 3.238,6	R\$ 2.698,2
4. DESPESAS EM INVESTIMENTOS					
4.1. Aluguel de Prédio com Compart. de Espaço	R\$ 585,8	R\$ 1.115,1	R\$ 1.600,8	R\$ 2.698,8	R\$ 2.248,5
4.2. Construção ou Readaptação de Prédios	R\$ 520,7	R\$ 2.478,1	R\$ 3.557,3	R\$ 1.889,2	R\$ 1.798,8
4.3. Plano de Expansão com melhoria de Instalações	R\$ 260,4	R\$ 743,4	R\$ 1.778,6	R\$ 3.238,6	R\$ 2.923,1
4.4. Aquis. Móveis, Instal., Equip.de Informática	R\$ 650,9	R\$ 867,3	R\$ 889,3	R\$ 1.619,3	R\$ 1.574,0
4.5. Plano de Expansão e Atualização Informatica	R\$ 130,2	R\$ 619,5	R\$ 711,5	R\$ 1.889,2	R\$ 1.349,1
4.6. Reparo Móveis, Instal., Equip.	R\$ 130,2	R\$ 991,2	R\$ 1.067,2	R\$ 2.698,8	R\$ 2.023,7
4.7. Aquisição de Mat. Bibliográfico	R\$ 585,8	R\$ 619,5	R\$ 711,5	R\$ 2.159,0	R\$ 1.798,8
4.8. Plano de Atualização Mat. Bibliográfico	R\$ 195,3	R\$ 743,4	R\$ 889,3	R\$ 1.349,4	R\$ 1.124,3
5. DESPESAS C/ BOLSA DE EST. (QUALIFICAÇÃO DOCENTES E INCENTIVO À PESQUISA)	R\$ 2.017,9	R\$ 1.486,8	R\$ 2.667,9	R\$ 3.508,4	R\$ 2.698,2
T O T A L	R\$ 9.576,0	R\$ 17.476,2	R\$ 25.137,0	R\$ 36.304,7	R\$ 32.728,4
Obs.:	<p><i>Encontram-se previstos na linha de Anuidade a Inadimplência e nível de Evasão de alunos anualizado.- 25,10,10,70%</i> Critério para correção das anuidades: Os valores dos encargos educacionais (anuidades e taxas) serão corrigidos anualmente base de 5% aa.</p>				

b) Condições Orçamentárias e Cronogramas de Execução Financeira/ Orçamentária

PREVISÃO DE DESPESA: DIRETORIA, SECRETARIA E BIBLIOTECA EM R\$ 1.000,00 (2008-2010)								
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA - IEST								
Ano Letivo	Dependência Administrativa	Despesa Total	Ano Letivo	Dependência Administrativa	Despesa Total	Ano Letivo	Dependência Administrativa	Despesa Total
2008	Administração Superior	560,47	2009	Administração Superior	560,47	2010	Administração Superior	560,47
	Secretaria	139,27		Secretaria	139,27		Secretaria	139,27
	Biblioteca	65,00		Biblioteca	65,00		Biblioteca	65,00
	Serv.Gerais	76,00		Serv.Gerais	76,00		Serv.Gerais	76,00
	TOTAL	840,73		TOTAL	840,73		TOTAL	840,73

PREVISÃO DE DESPESA: DIRETORIA, SECRETARIA E BIBLIOTECA EM R\$ 1.000,00 (2011-2012)					
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA - IEST					
Ano Letivo	Dependência Administrativa	Despesa Total	Ano Letivo	Dependência Administrativa	Despesa Total
2011	Administração Superior	560,47	2012	Administração Superior	560,47
	Secretaria	139,27		Secretaria	139,27
	Biblioteca	65,00		Biblioteca	65,00
	Serv.Gerais	76,00		Serv.Gerais	76,00
	TOTAL	840,73		TOTAL	840,73

PREVISÃO DE DESPESA: CORPO DOCENTE EM R\$ 1.000,00				
2008	2009	2010	2011	2012
2.226,01	4.245,08	6.510,00	8.476,02	9.402,23

c) Valor dos Encargos Financeiros e Normas de Reajustes em R\$ 1.000,00

Inst. de Ens. Superior de Teresina - IEST - Mantida p/ AESPI

Valor da Anuidade:	R\$4.560,00	2008
Valor da Anuidade:	R\$4.788,00	2009
Valor da Anuidade:	R\$5.027,40	2010
Valor da Anuidade:	R\$5.278,77	2011
Valor da Anuidade:	R\$5.542,71	2012

Ano Letivo	Turmas	Nº de Vagas	Evasão %	Total de Alunos	Receita Anual por Turma (em R\$ 1.000,00)	Receita Anual Total(em R\$ 1.000,00)
2008	42	2100	25	2100	R\$9.576,00	R\$9.576,00
2009	73	2100	10	3650	R\$17.476,20	R\$17.476,20
2010	100	2100	10	5000	R\$25.137,00	R\$25.137,00
2011	124	2100	70	6200	R\$32.728,37	R\$32.728,37
2012	131	2100		6550	R\$36.304,74	R\$36.304,74

Previsão da Receita com Processo Seletivo

Taxa do Processo Seletivo			R\$0,00
Ano Letivo	Total de Alunos	Taxa de Vestibular	Receitas Anuais em R\$ 1.000,00
2008	2100	0,00	0,00
2009	2100	0,00	0,00
2010	2100	0,00	0,00
2011	2100	0,00	0,00
2012	2100	0,00	0,00

3.3. Corpo Discente: Formas de Atendimento aos Alunos

3.3.1. Formas de Acesso

A admissão aos cursos de graduação e tecnológicos oferecidos pelo **IEST** ocorre por meio de um processo seletivo, aberto a candidatos que comprovem a conclusão do ensino médio, ou equivalente, que visa selecionar e classificar os alunos de acordo com a aptidão para os cursos oferecidos.

O processo seletivo idêntico para grupos de cursos afins e unificado em sua realização abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar esse nível de complexidade, a serem avaliados em provas escritas, na forma disciplinada pelo Conselho Acadêmico.

A classificação é feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sendo excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelo Conselho Acadêmico. A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual está sendo realizado o processo seletivo, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa dentro dos prazos fixados.

Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, pode-se realizar novo processo seletivo, ou nelas poderão ser recebidos, também mediante processo seletivo, alunos transferidos de outra instituição ou portadores de diploma de graduação.

O candidato classificado em processo seletivo e convocado para ingresso em um dos cursos oferecidos deve comparecer ao setor de matrícula, no prazo fixado, com os documentos exigidos em edital, para formalizar sua vinculação ao **IEST**.

A matrícula é renovada semestralmente, dependendo da estrutura curricular de cada curso, e conforme os prazos estabelecidos no Calendário Escolar.

Ressalvado o caso de trancamento de matrícula, previsto no Regimento, a não renovação de matrícula implica abandono do curso e desvinculação do aluno do **IEST**. O requerimento de renovação de matrícula é instruído com o comprovante de quitação das mensalidades do semestre anteriores e o contrato de prestação de serviços educacionais.

Será concedido o trancamento de matrícula pelo prazo de dois anos, para efeito de continuidade do vínculo entre Instituição e aluno, ainda que interrompidos temporariamente os estudos. Ao retornar aos estudos, o aluno que tenha trancado matrícula deverá cumprir o currículo vigente.

3.3.2. Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

3.3.2.1. Acompanhamento Pedagógico

A Instituição conta com um corpo de profissionais disponíveis para o atendimento ao estudante, fora do expediente de aula, buscando dirimir dúvidas em relação às disciplinas e conteúdos ministrados, em salas específicas para o atendimento individual ou em grupo. Conta também com um Coordenador para cada curso existente, que fica à disposição dos estudantes e professores para o atendimento em relação à operacionalidade do curso e às questões acadêmico-pedagógicas.

A Instituição promove a organização e a divulgação de atividades extracurriculares constantes e diversificadas, como semanas de estudo, seminários, congressos, palestras, jornadas, entre outras, ligadas às áreas dos cursos oferecidos com o intuito de integrar a comunidade científica e complementar a formação de sua comunidade acadêmica, além de incentivar a interdisciplinaridade.

Vale ressaltar que a Instituição, em seu plano pedagógico, realiza mensalmente reuniões com os representantes estudantis, proporcionando o acesso do alunato às principais resoluções institucionais.

A Instituição também tem procurado contribuir para que os estudantes desenvolvam a sua capacidade empreendedora com melhor integração ao mercado de trabalho, primeiramente, por meio do estímulo e acesso às formas de Estágio Supervisionado e à Empresa Júnior, nos quais podem ter oportunidades de aplicação prática dos conhecimentos incorporados ao longo do curso.

Quanto ao Estágio Supervisionado, está à disposição do estudante o *Manual de Estágio*, instrumento que vem dar apoio ao objetivo do curso, possibilitando orientações quanto ao seu desenvolvimento, assim como oferecerá toda a legislação, os direitos e deveres do estudante e os convênios celebrados com outras instituições. Para realizar possíveis acordos com outras instituições e concretizar a realização de estágios, a Instituição procura sempre estar em contato com o mercado de trabalho por intermédio das Coordenações.

O Estágio passível de orientação é definido pelo professor responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado. É iniciado com a elaboração de um projeto e será supervisionado por um professor indicado pelo Coordenador de Curso.

A Empresa Júnior atua na prestação de serviços de consultoria para organizações públicas e privadas, de qualquer parte e ramo de atuação, entre empresas de pequeno e médio portes, situadas na região. A prestação de serviço realizada pela Empresa Júnior da Instituição, embora implementada por discentes, tem, necessariamente, a orientação e a supervisão de um dos professores do curso, designado para este fim a partir de sua experiência profissional.

Também por meio de convênios e parcerias, a Instituição procura expor em murais ofertas de vagas de emprego em empresas da região.

3.3.2.2. Apoio Financeiro

O Programa de Assistência ao Corpo Discente prevê o oferecimento de bolsas de estudo referentes a descontos de 10% a 25% no valor da mensalidade do curso a estudantes carentes, mediante o preenchimento de formulário específico, que é, por sua vez, encaminhado para a avaliação e seleção de Comissão Especial, designada pela Diretoria. Essas bolsas são oferecidas considerando-se o equilíbrio entre os recursos existentes e a cota de bolsas pleiteadas.

Ademais, a IES viabiliza o programa de Financiamento Estudantil – FIES, nos termos da Portaria MEC nº 1.626, de 26 de junho de 2003.

O financiamento concedido, nesse caso, pode chegar até 75% dos encargos educacionais. O agente financeiro responsável é a Caixa Econômica Federal que concede os financiamentos apenas aos alunos matriculados nos cursos com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

A IES já aderiu ao ProUni – Programa Universidade para Todos, criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tendo como objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes carentes do Município.

Tais benefícios serão concedidos também aos cursos a serem implantados em 2008, visando principalmente à inclusão social de alunos de baixa renda nos meios universitários, conforme vem sendo incentivado pelo Ministério da Educação.

O Programa de Benefícios tem sido amplamente divulgado pela Instituição, por ocasião de abertura dos processos seletivos, e conta com mecanismos próprios de controle.

3.3.3. Estímulos à Permanência do Aluno

3.3.3.1. Programa de Nivelamento

Aos estudantes ingressantes são oferecidas disciplinas de ajustes e nivelamento, de conteúdo básico, relativas às áreas de interesse de seu curso, de acordo com a definição da Comissão Especial de Graduação e do Coordenador de Curso responsável, a fim de suprir algum tipo de deficiência ou carência em sua formação anterior. Tais disciplinas não possuem caráter obrigatório nem contam crédito, apenas têm o intuito de contribuir para a aprendizagem dos estudantes no escopo das disciplinas regulares.

3.3.3.2. Atendimento Psicopedagógico

Está em fase de implantação na Instituição um **Núcleo de Acompanhamento Pedagógico** que atuará no ensino desenvolvendo programas com alunos, professores e coordenadores, visando à dinâmica do processo ensino-aprendizagem, à formação global e à realização profissional e pessoal do aluno, facilitando dessa forma a integração à vida universitária e social. Procurar-se-á fazer um *feedback* entre as necessidades do aluno e as possibilidades do **IEST**, proporcionando por meio do planejamento a expansão dos programas de acompanhamento que visem à adaptação e a permanência do aluno no curso escolhido e na Instituição. Com relação à extensão, procurar-se-á integração da comunidade interna e externa, oferecendo programas especiais que promovam a saúde mental, o enriquecimento da qualidade de vida e o sucesso acadêmico.

3.3.4. Organização Estudantil

A Instituição tem buscado proporcionar ao alunado espaços de convivência, esporte, arte, cultura e entretenimento por meio de programas, eventos e readequação de sua estrutura física, além de subsidiar todas as Secretarias Acadêmicas com o máximo de informações para poder atender eficientemente a todo o público estudantil.

3.3.5. Acompanhamento dos Egressos

Da mesma forma, tem envidado esforços administrativos no sentido de institucionalizar o Programa de Acompanhamento de Egressos, por meio do cadastro de ex-alunos, a fim de definir seu perfil profissiográfico e mantê-los informados sobre eventos científicos, como congressos, palestras e outros, promovendo a atualização de sua formação. Ao mesmo tempo, os egressos podem, por meio do Questionário de Auto-

Avaliação Institucional, expressar as possíveis carências ou qualidades nos vários setores da infra-estrutura da Instituição, o que muito contribui para a expansão de seu ensino.

4. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação das instituições de ensino superior brasileiras é uma ferramenta poderosa para as necessárias mudanças na educação superior, visando à melhoria na qualidade e maior aproximação com a sociedade contemporânea.

A valorização e a ampliação do conhecimento possibilita a oportunidade de novos serviços, forçando o indivíduo a buscar o aprimoramento pessoal e a atualização dos seus conhecimentos.

A avaliação entendida como um insumo do processo mais amplo de planejamento da organização permite, enfim, obter o diagnóstico de necessidades e identificar as ações a serem contempladas na gestão da organização.

Assim, a avaliação institucional consiste em um processo permanente de elaboração de conhecimento e de intervenção prática, que permite retro-alimentar as mais diversas atividades da instituição, durante todo o seu desenvolvimento.

É necessário garantir que a avaliação não seja praticada de forma burocratizante, empobrecendo seu potencial educativo, evidenciador das mudanças necessárias para que o ensino superior possa reencontrar sua identidade e cumprir seu real papel social, diante de uma realidade caracterizada pela incerteza do futuro. O sucesso das políticas públicas de avaliação passa pelo respeito e reconhecimento da importância do projeto institucional, único referencial capaz de qualificar o conceito de qualidade de ensino que se pretende construir no interior dos estabelecimentos de ensino. É para o conjunto de atores que compõe esse cenário que a avaliação deve fazer sentido, para que eles possam igualmente dar sentido ao seu trabalho pedagógico, sem perder de vista o contexto social em que este se insere.

Dessa forma, a avaliação institucional se justifica pelos objetivos que reafirma e que não podem ser examinados de forma massificada na medida em que a homogeneização das instituições põe a perder a riqueza da sua diversidade.

4.1. Metodologia, Dimensões e Instrumentos a serem utilizados no Processo de Auto-avaliação

4.1.1. Metodologia

São as seguintes as fases metodológicas assumidas pela CPA na implementação da Auto-Avaliação:

- sensibilização;
- diagnóstico;
- avaliação interna;
- relatório final;

- divulgação;
- balanço crítico: consolidação; e
- avaliação externa (Avaliação Institucional) competência do MEC.

A escolha das dimensões e a definição de indicadores resultam na combinação de metodologias existentes e na elaboração de novos indicadores necessários. Esses indicadores quantitativos e qualitativos são utilizados para diagnosticar, descrever, interpretar e avaliar a realidade de cada setor, seus pontos fortes e fracos, possibilitando documento síntese (Relatório).

4.1.1.1. Desenvolvimento da Proposta: Fases de Execução

O autoconhecimento da Instituição, oriundo da visão global que a avaliação interna proporciona, será obtido a partir de uma dupla perspectiva:

- O objeto de análise será o conjunto das dimensões estabelecidas no Roteiro de Auto-Avaliação Institucional: orientações gerais (MEC, 2004) em suas relações com as finalidades do **IEST**, tendo como foco as atividades de ensino, extensão e pós-graduação, e as inter-relações que mantêm entre si e com as expectativas da sociedade em que a Instituição está inserida. Compreenderá, também, a infraestrutura física, a gestão e as políticas de pessoal e de atendimento aos estudantes, com vistas a repensar sua missão para o futuro.
- A produção das informações necessárias à realização da avaliação institucional envolverá toda a comunidade acadêmica e, em especial, os setores que centralizam e administram dimensões específicas da vida institucional.

São várias as formas de estruturação de uma proposta de Avaliação Institucional. A forma adotada por esta IES compreende fases que, por sua vez, subdividem-se em etapas de execução, todas elas interdependentes e complementares.

A Avaliação Interna, além do caráter qualitativo, adotará a perspectiva quantitativa, optando pela combinação de métodos e técnicas que mais se coadunam com as características da Instituição, utilizando-se de uma avaliação diagnóstica formativa. São utilizados instrumentos de pesquisa (questionários e pesquisa documental) que possibilitem traçar um diagnóstico da Instituição e permitam avaliar sua qualidade acadêmica, relevância social e eficiência gerencial e organizacional.

Anualmente, a Comissão Própria de Avaliação da IES promoverá a avaliação dos instrumentos e metodologia utilizados no processo de auto-avaliação, com o objetivo de aperfeiçoar esse processo, como instrumento de planejamento e gestão acadêmico-administrativo e em atendimento às normas de avaliação da educação superior, aprovadas pelo Poder Público. As dimensões a serem consideradas no processo de avaliação institucional estão estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art. 3º.

O documento Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições, da CONAES e divulgado pelo INEP, serviu de base para a elaboração desta proposta de auto-avaliação.

4.1.1.2. Princípios

- melhoria da qualidade da educação superior;
- responsabilidade social;
- orientação da expansão de sua oferta; e
- busca de eficácia da gestão institucional

4.1.1.3. Objetivos

O processo de avaliação da Instituição tem os seguintes objetivos:

- impulsionar um processo contínuo e criativo de autocrítica da Instituição com vistas a garantir um alto padrão de qualidade enquanto instituição prestadora de serviços;
- diagnosticar como se efetivam e se relacionam o ensino e a extensão;
- reformular e implementar novas políticas que estejam em consonância com o momento histórico respondendo às demandas sociais;
- envolver todos os segmentos no processo avaliativo tendo-os como parceiros nas ações implementadas com vistas a um aperfeiçoamento contínuo;
- explicar o propósito da avaliação, cuidar para que todo o processo seja permeado pela transparência, flexibilidade e ética;
- aperfeiçoar a visão crítica quanto aos aspectos teóricos, metodológicos e práticos da avaliação institucional;
- criar procedimentos avaliativos apropriados ao contexto específico da Instituição;
- aprimorar a sensibilidade pessoal e profissional no exercício da avaliação;
- buscar permanentemente a qualidade e a pertinência das atividades desenvolvidas, bem como o gerenciamento eficiente, ético e relevante dos recursos humanos e materiais, expressados em compromissos científicos e sociais;
- orientar a expansão da oferta dos cursos da IES, subentendendo-se que a qualidade do Ensino e da Gestão da IES resultariam no sucesso dos cursos e preenchimento das vagas oferecidas;
- buscar permanentemente a qualidade e a pertinência das atividades desenvolvidas, bem como o gerenciamento eficiente, ético e relevante dos recursos humanos e materiais, expressados em compromissos científicos e sociais;
- aferir a contribuição, o impacto do **IEST** com vistas ao desenvolvimento econômico e social da comunidade local e regional, que se beneficiará das atividades de Ensino e Extensão desenvolvidas na Instituição.

4.1.1.4. Relatório Final

O relatório final da avaliação interna expressa os resultados do diagnóstico realizado através da análise das dimensões e dos instrumentos de pesquisa aplicados junto à comunidade acadêmica.

Ao incorporar os resultados das avaliações dos cursos e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE está pronto para discussão com a comunidade acadêmica e a sociedade, e ser colocado à disposição de especialistas da avaliação externa.

Tecerá uma análise, tecnicamente crítica, com ilustrações de tabelas, gráficos e indicadores, que facilitem seu entendimento, além de apresentar sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

4.1.1.5. Divulgação

Como continuidade do processo de avaliação interna, a divulgação dos resultados oportuniza a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, são utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação propicia, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

4.1.1.6. Balanço Crítico: Consolidação

Ao final do processo de auto-avaliação, é necessária uma reflexão sobre o mesmo, visando a sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras.

Deste modo, o processo de auto-avaliação proporciona não só o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES, como será um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da Avaliação Institucional.

4.1.1.7. Etapas

O processo da auto-avaliação deve partir sempre da sensibilização da comunidade. Para que a sensibilização ocorra e o processo avaliativo fique claro para todos, a Comissão de Avaliação deve elaborar um esquema que garanta a transparência do processo, a informação clara e fidedigna e as orientações necessárias aos responsáveis diretos pelas ações.

O diagnóstico consiste na sondagem do ambiente interno para conhecer a instituição. Identificam-se áreas vulneráveis como, por exemplo, falta de docentes capacitados, inexistência de regime de dedicação e laboratórios defasados, entre outros. A solução não deve ir em direção à contratação emergencial de grandes nomes titulados, que emprestem seu prestígio para a instituição e redução do número de professores horistas para mais facilmente atingir as metas numéricas da lei, e considerar-se o problema resolvido.

Isto se configuraria como mera prestação burocrática de contas ao sistema desvinculado de qualquer compromisso com a construção de uma qualidade de ensino que possa vir a converter-se em diferencial qualitativo da instituição. A construção de um modelo de ensino competente não se resolve artificialmente. Exige projeto de longa duração. Impõe seriedade na leitura da realidade vigente. Leitura referenciada ao “dever-ser” institucional. O uso utilitário de medidas restauradoras da qualidade perdida ou pretendida resolve em parte a situação.

O processo de reflexão, desencadeado pela avaliação, tem como consequência levar a Instituição a assumir a responsabilidade efetiva da gestão política e da gestão acadêmica e científica da instituição. Quando a instituição se conhece e reflete sobre si própria, ela está tomando o seu destino nas próprias mãos. Não está deixando que a rotina, as pressões externas ou as políticas governamentais determinem as suas prioridades e o seu cotidiano. O autoconhecimento visa o aperfeiçoamento, a melhoria da qualidade do funcionamento da instituição, de suas atividades, das ações desenvolvidas por todos os sujeitos, em todos os processos de ensino, de extensão e de gestão.

A reavaliação periódica é fruto da reflexão e possibilita que se transforme gradativamente a avaliação em um processo naturalmente integrado à instituição, através de atividades que façam parte do seu cotidiano, voltadas para o constante aperfeiçoamento e criando a cultura da avaliação. A avaliação não é processo inerte em um momento determinado do tempo, mas é cíclica.

A reavaliação tem como consequência lógica a retro-alimentação. Esse processo de constante autoconhecimento e reconstrução institucional é o caminho para a construção da interlocução, ou seja, da mediação com a realidade social. O processo de investigar e produzir conhecimento, o processo de formar profissionais, de qualificar professores, de estender o conhecimento à sociedade, se dá de uma forma sistemática e continuada.

Provocar por meio da avaliação um movimento permanente de revisão e aperfeiçoamento do projeto pedagógico da instituição visto no seu sentido amplo e global, melhorando assim a qualidade das atividades da Instituição, em seu conjunto, é a finalidade primordial do processo de avaliação.

4.1.2. Dimensões e Instrumentos que são utilizados no Processo de Avaliação Institucional

Dimensões, indicadores, processos e instrumentos a serem utilizados são detalhados no quadro abaixo:

DIMENSÕES	INDICADORES	PROCESSOS / METODOLOGIA	INSTRUMENTOS
PDI Projeto Pedagógico	Documentos legais; Objetivos, duração e carga horária do curso; Perfil profissiográfico; Necessidades e expectativas do sistema produtivo. Matriz curricular: Ementário; Planos e programas de ensino. Regime acadêmico. Disciplinas; Atividades complementares de ensino; Estágio supervisionado.	Levantamento, organização, análise do regulamento Compatibilidade das disciplinas x carga horária. Análise do perfil profissional x perspectivas do mercado de trabalho. Metodologia e articulação com o processo ensino-aprendizagem. Eficiência e eficácia do estágio, em relação à interação do processo ensino-aprendizagem x sistema produtivo.	Fichas de registro e relatórios. Registro dos documentos e análise. Registros dos documentos e análise. Ficha de registros.
Corpo docente	Regime de trabalho (integral, parcial) carga horária. Qualificação Acadêmica (titulação). Adequação de professores à disciplina do curso (qualificação e experiência profissional relativa à disciplina) Critérios de seleção. Relação professor/aluno por disciplina. Produtividade do corpo docente (trabalhos publicados, participação em seminário etc.) Auto-estima e avaliação dos pares. Avaliação do desempenho do professor pelos alunos. Índice de satisfação e insatisfação dos alunos.	Compatibilização dos alunos aprovados x quantidade de profissionais necessários ao mercado; análise da produtividade x regime de trabalho e carga horária; Análise do professor pelos alunos; Análise da relação estágio supervisionado x docente envolvido; Organização, análise, descrição e interpretação dos dados levantados.	Questionários, fichas de registros, reuniões, palestras, seminários, recursos audiovisuais

Corpo administrativo	Formação. Regime de trabalho.	Compatibilidade entre a quantidade x qualidade, em relação às demandas operacionais.	Reuniões, pesquisa por meio de questionários.
Responsabilidade social	Produção científica. Empregabilidade x trabalhabilidade. Acessibilidade: ingresso, permanência e promoção dos indivíduos e cidadãos.	Impacto para o desenvolvimento regional e nacional. Relação setor público e privado. Política de ação inclusiva para o fortalecimento da democracia.	Pesquisa junto à comunidade discente, e o sistema produtivo, utilização de questionários, desenvolvimento de atividades.
Comunicação com a sociedade	Recursos e qualidade da comunicação, interna e externa. Quais meios de comunicação utiliza? Divulgação das informações.	Compatibilização dos recursos utilizados, clareza, precisão, frente às demandas.	Coleta e análise dos instrumentos utilizados para divulgação, tais como: Planos de marketing, meios eletrônicos, folder etc.
Organização e Gestão da Instituição	Planos de gestão e de metas.	Gestão orientada para resultados ou processos? Centralização ou descentralização. Compatibilizar gestão colegiada com democracia.	Atas de órgão colegiados, regulamentos internos, normas acadêmicas, mecanismos de controle de normas acadêmicas e organogramas.
Infra-estrutura física	Salas de aula, biblioteca, laboratórios, área de lazer, transporte, equipamentos de informática.	Compatibilizar quantidade x qualidade sua plena utilização e conservação.	Quadro da Instituição – central e setorial
Egressos	Pesquisas ou estudos.	Dados sobre a ocupação dos egressos, opinião sobre a formação recebida, nível de participação na Instituição.	Sociograma.
Sustentabilidade Financeira	Políticas de captação e alocação de recursos.	Compatibilidade entre: PDI, PPI e programas de ensino e extensão.	Planilhas de gastos Folhas de pagamento. Planilha de liberação de verbas para formações de corpo docente e técnico administrativo.
Plano de avaliação Institucional	Políticas e ações para uma cultura de avaliações já existentes.	Leitura e análise dos indicadores existentes e a correção de rumos.	Relatórios. Gráficos.

4.1.3. Formas de Participação dos Grupos Envolvidos

Os processos avaliativos devem constituir, em primeiro lugar, instrumentos importantes de gestão universitária capazes de indicar caminhos e rever processos. Mais que medir índices de crítica e satisfação a Avaliação Institucional está comprometida com a real reflexão sobre todos os processos e procedimentos.

A avaliação institucional constitui um forte instrumento de melhoria da qualidade de ensino. Ela deve ser participativa, coletiva, livre de ameaças, ter a capacidade de análises não comprometidas e envolver toda a comunidade acadêmica que deve participar respondendo questionários, criticando os procedimentos em andamento, discutindo em grupo os problemas de ensino e sugerindo ações que provoquem a melhoria da qualidade da Instituição como um todo. A avaliação deve ser essencialmente educativa, portanto formativa, sem que para isso deixe de utilizar instrumentos e procedimentos de acompanhamento do processo e dos produtos.

A Avaliação Institucional é uma prática instituída no **IEST**, que acompanha criteriosamente o desenvolvimento de suas atividades. Essa proposta de avaliação está comprometida com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), estando direcionada para: 1) a melhoria da qualidade do ensino, da extensão e da gestão institucional; 2) para a orientação da expansão da oferta de seus cursos; 3) para afirmação da identidade institucional; 4) contribuir para a comunidade na qual está inserida considerando especialmente ações de responsabilidade social, levando em conta todas as variáveis que estejam relacionadas com o bom andamento desta Instituição.

A noção de qualidade está presente em cada passo planejado pela Instituição que busca a eficiência de todos os processos educacionais e administrativos. É dentro desse contexto que se institui a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com o principal objetivo de promover a melhoria do ensino e da aprendizagem usando a avaliação como agente modificador. A Missão do **IEST**, o seu propósito e suas metas determinam que haja também uma preocupação constante com a formação integral do ser humano, enfatizando o exercício pleno da cidadania.

A avaliação global da eficiência da Instituição será feita por meio do exame e da análise de dados contendo resultados tanto dos aspectos operacionais como acadêmicos dos diversos cursos. Esses componentes incluem a parte administrativa e as relações com a comunidade em que a Instituição está inserida.

Os processos avaliativos precisam construir a globalidade e a integração entre o sujeito e o objeto. A redução do fenômeno complexo e multidimensional da avaliação a um só ou poucos aspectos, sem articulação, traz o risco de resumir o processo a um desses instrumentos dedicados a medir e comparar, o que pode comprometer os resultados de desfigurar objetivos, portanto o aspecto da globalidade deve ser enfatizado sob pena de perder-se o entendimento multidimensional e polissêmico.

A Avaliação Institucional deve organizar os diversos instrumentos avaliativos de acordo com o princípio da integração. A proposta é de uma avaliação constituída basicamente no processo de auto-avaliação, visando principalmente o autoconhecimento institucional.

FLUXOGRAMA PROCEDIMENTAL

RESPONSÁVEL	ETAPAS	AÇÕES	ESTRATÉGIAS	PRAZOS
CPA	Preparação	Sensibilizar para auto-avaliação, sedimentar a cultura.	Reunião T. Pedag. Recepção dos alunos e divulgação para os novos. Seminários / Comunidade Acadêmica	10/07 a 03/08
CPA	Diagnóstico	Sondagem do ambiente interno: Planejamento; Elaboração de instrumentos; Coleta de Dados; Análise de dados; Elaboração do relatório; Elaboração do diagnóstico da Instituição	Reuniões setoriais, para divulgação e orientação de preenchimento de instrumentos de coleta.	04/08 a 10/08
CPA Colegiados do curso Órgãos Administrativos Docentes, discentes e Funcionários.	Auto-Avaliação Conscientização setorial	Análise e discussão do relatório por setor Levantamento dos pontos fortes e fracos Construção de quadros comparativos de desempenho Elaboração de propostas: medidas corretivas/saneadoras exploração dos pontos fortes	Reuniões, debates, atividades que levem à reflexão e análise dos dados.	06/08 a 10/08
CPA	Síntese Global	Avaliação e Integração de propostas Elaboração do relatório final Divulgação / discussão interna	Painéis, sites.	10/08 a 02/09
CPA Direção Órgãos/ Colegiados Órgãos administrativos	Implementação	Estabelecer metas de ação. Orçamento para viabilizar as metas estabelecidas. Alocar recursos.	Escrituração do Plano.	02/09 a 03/09
CPA	Publicação/difusão	Publicação do relatório final	Painéis, sites, reuniões com os colegiados.	03/09 a 05/09
CPA	Reavaliação	Releitura da realidade Avaliar medidas de correção ou aperfeiçoamento; propor alternativas.	Reunião com a equipe do CONAES e alinhamento.	10/09

4.1.4. Formas de Utilização dos Resultados Obtidos

A partir da sensibilização e da conscientização de todos os segmentos acadêmicos, a IES, cuja marca e perfil se consolidará na comunidade, pretende com a avaliação, implementar em caráter permanente, condições capazes de conduzir a revisões periódicas e dinâmicas em sua atuação e à reflexão e ao redimensionamento constante de seus objetivos institucionais no contexto do SINAES. Neste sentido, o **IEST** considerará os resultados das avaliações em sua tomada de decisões, sendo este processo utilizado como ferramenta de gestão.

Dentro deste entendimento, a proposta de avaliação institucional interna vem elencar os indicadores capazes de estabelecer metas e prioridades, de revisar a política educacional adotada em face da realidade regional, estadual e nacional, reavaliando a qualidade dos resultados obtidos em função dos objetivos propostos pela IES, mediante o aprimoramento dos projetos pedagógicos dos cursos e programas, visando à melhoria do ensino – aprendizagem.

Por tudo isso, o processo de avaliação a ser instituído enseja a contínua reciclagem do projeto pedagógico institucional, permitindo a correção de rotas, reordenando, consolidando e reformulando suas estratégias e formas de atuação.

O sistema de Avaliação da IES adota um modelo de avaliação que leva em consideração:

- A auto-avaliação, realizada pela própria Instituição;
- As avaliações externas, realizadas pelo INEP e, também, promovidas pela própria Instituição por meio de especialistas de outras IES;
- As avaliações de cursos, realizadas pelo INEP;
- Os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, realizado pelo INEP;
- A análise global dos indicadores e desempenhos.

O Programa de Avaliação Institucional considera as funções formativa e somativa de fundamental importância no processo de avaliação.

A IES adota os resultados aferidos na Avaliação Institucional para elaborar o programa de capacitação e qualificação dos seus docentes e técnicos administrativos, em busca do aprimoramento contínuo no tocante às funções didático pedagógicas e de gestão.

Com os resultados da auto-avaliação, será possível traçar um panorama da qualidade dos cursos oferecidos pela Instituição, bem como analisar se sua missão está de fato se realizando, visando a tomar decisões, tendo em vista o aperfeiçoamento da Instituição como um todo.

Partimos do pressuposto de que a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade. Dessa forma, acreditamos que a finalidade última da avaliação não seja classificar, nem tão pouco selecionar e excluir, mas que os resultados possam ser analisados a fim de que sejam propostos caminhos, metas, estratégias que vão ao encontro de nossas intenções educativas e responsabilidades sociais.

Nossa proposição de auto-avaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um estado avaliador. De modo que, não interessa apenas ao Estado, mas muito mais à população e, para tanto, deve se constituir em compromisso da Instituição e dos intelectuais que a compõem, ultrapassar a crítica e construir uma avaliação concernente com os ideais de uma sociedade justa e democrática. Neste sentido, avaliação identifica um cenário aferindo qualidade.

A auto-avaliação institucional do **IEST** destina-se a avaliar as funções do ensino, da extensão e da gestão, enfocando os processos pedagógicos, científicos, sociais, técnicos e administrativos que se estabelecem por meio das relações sociais constitutivas da dinâmica da vida institucional. O que se pretende é analisar a coerência entre o que a Instituição faz e o que se propõe a fazer por meio da sua missão (compromissos, vocação, inserção regional e nacional) e finalidades.

A auto-avaliação institucional, realizada de forma permanente e com resultados a serem apresentados a cada três anos avalia todos os aspectos que giram em torno desses eixos: o ensino, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e várias outras categorias e conjunto de indicadores. As informações obtidas com esta modalidade avaliativa são utilizadas pelo **IEST** para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; para orientar suas políticas acadêmica e de gestão e para desvelar à realidade dos cursos e da própria IES.

Na prática, a avaliação ganha uma forma de ciclo de tal maneira que os resultados alcançados com a avaliação da aprendizagem, a avaliação de curso e a avaliação institucional de caráter interno e de caráter externo, somadas à meta-avaliação permitem a formulação de diagnósticos confiáveis e um aperfeiçoamento constante do PDI e dos Projetos Pedagógicos dos cursos oferecidos.

A avaliação da aprendizagem, por exemplo, coloca à disposição um conjunto de procedimentos formalmente estabelecidos e incorporados pelos discentes e docentes. A Avaliação Institucional Interna possui um instrumento de coleta de materiais e de ensaios que permite seu aperfeiçoamento na direção da conquista de maiores níveis de aprofundamento e ampliação. Por isso, há expectativas de que o material resultante desta avaliação permita à comunidade acadêmica uma visão de conjunto segura da Instituição, da gestão, dos processos, das ações administrativas e pedagógicas e dos resultados conquistados. O Plano de Avaliação Institucional Externa será igualmente elaborado na forma de projeto capaz de reunir os objetivos, os procedimentos técnicos/metodológicos, os agentes envolvidos, os resultados esperados e as ações resultantes. A meta-avaliação deverá ser praticada como uma forma de aperfeiçoar todo o processo de avaliação existente na Instituição. Dessa forma, busca-se um aperfeiçoamento contínuo do discurso e das ações que traduzem a preocupação com a qualidade educacional.

DIMENSÃO II – CORPO DOCENTE

DIMENSÃO II – CORPO DOCENTE

1. PERFIL DO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE TERESINA – IEST

No início de 2008, o corpo docente do **IEST** é composto por 117 professores, sendo 09 Mestres, 91 Especialistas e 17 Graduados, como podemos verificar no quadro abaixo:

2008								
Titulação	Quantidade	%	Regime de Trabalho					
			Integral	%	Parcial	%	Horista	%
Doutor	-	-	-	-	-	-	-	-
Mestre	09	7,69	01	0,85	02	1,71	06	5,13
Especialista	91	77,78	11	9,40	19	16,24	61	52,14
Graduado	17	14,53	-	-	10	8,55	07	5,98
Totais	117	100,00	12	10,26	31	26,50	74	63,25

1.1. Requisitos de Titulação

As diretrizes básicas da política para o corpo docente da Instituição estão assim definidas:

- consolidação de um quadro docente titulado e altamente qualificado que responda em qualidade e quantidade o exercício das funções universitárias no ensino, pesquisa, extensão e cultura, procurando atender aos padrões e indicadores de qualidade fixados pelo MEC;
- selecionar profissionais já titulados e disponíveis no mercado, mediante chamada, concurso ou outro expediente;
- estabelecer uma política interna de qualificação de recursos humanos auxiliando seus docentes a identificar programas de Mestrado e/ou Doutorado para se qualificarem com os apoios e auxílios previstos no Plano de Carreira Docente;
- aproveitar, nos treinamentos, cursos e/ou capacitação de pessoal, os docentes especializados em cada área.

Quanto à titulação, o **IEST** tem buscado a composição de pelo menos 1/3 de professores titulados, entre Mestres e Doutores, sendo este um dos fatores que contribui para a excelência do ensino oferecido.

1.2. Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissional Não-Acadêmica

A experiência no magistério ou na educação profissional (ensino técnico médio) possibilita ao docente uma atuação segura, focada na aprendizagem dos alunos e integrada

às propostas pedagógicas (tanto na dimensão do coletivo como na dimensão do profissional).

Entre os docentes responsáveis pelo núcleo profissionalizante dos cursos do **IEST** evidencia-se experiência tanto dentro como fora do magistério que lhes possibilita uma abordagem que articule os conteúdos às necessidades da atuação profissional, o que resulta na contextualização do ensino.

2. ASPECTOS DA VIVÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE NO IEST

2.1. Critérios de Seleção e Contratação

Os critérios que norteiam a contratação de professores podem ser resumidos nos seguintes aspectos:

- Professores com titulação mínima de especialista;
- Professores com aderência para ministrar aulas nas disciplinas presentes na estrutura curricular dos cursos que oferece;
- Professores com experiência docente e não-docente;
- Professores com experiência docente em cursos superiores de, pelo menos, dois anos;
- Professores capacitados para estabelecer boa relação com os estudantes, com os seus pares e com as lideranças acadêmicas;
- Professores comprometidos com a educação permanente;
- Professores com potencial para somar as atividades de pesquisa e extensão às atividades docentes;
- Professores comprometidos com a aprendizagem dos estudantes;
- Professores com elevada capacidade de comunicação oral e escrita; e
- Professores com relações sociais nas organizações locais.

2.2. Regime de Trabalho, Plano de Qualificação e Plano de Carreira Docente

2.2.1. Plano de Capacitação Docente

O Plano de Capacitação Docente é o instrumento empregado para definir e apresentar as políticas, as diretrizes e as metas institucionais de capacitação do quadro docente, bem como as áreas prioritárias para investimento nesse sentido. O Plano, de periodicidade anual, inclui, também, o planejamento de novos afastamentos para capacitação e o acompanhamento acadêmico dos professores que se encontram em frequência a cursos de pós-graduação.

O **IEST** entende que a capacitação docente é um dos pilares da melhoria da qualidade do ensino e do aperfeiçoamento didático-pedagógico dos cursos ministrados. Para tanto pretende investir no aprimoramento técnico pedagógico de seus professores, não

medindo esforços para viabilizar as iniciativas de capacitação, desde que cumpram duas condições básicas: enquadrem-se nas áreas prioritárias definidas pelo próprio IEST e estejam respaldadas pelos aspectos legais inerentes à questão.

2.2.2. Plano de Carreira: Política de Aperfeiçoamento/Qualificação/Atualização Docente

A IES conta com um plano institucional de qualificação de seu corpo docente que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão.

Entre os aspectos levados em consideração quando da composição do Plano de Qualificação do Corpo Docente da IES, destacam-se: titulação, regime de trabalho, plano de carreira, substituições, experiência acadêmica e experiência profissional não-acadêmica, mérito pelo trabalho desenvolvido e continuidade do processo de atualização. A Instituição tem a titulação como principal critério para progressão na carreira docente e, neste sentido, procura desenvolver uma política de qualificação que incentive o docente a continuar seus estudos de pós-graduação.

Outros importantes fatores que poderão ser considerados para a progressão na carreira docente são a produção e a publicação de obras técnico-científicas, resultantes dos trabalhos de investigação dos professores e estudantes.

2.2.3. Plano de Qualificação Docente

A busca da IES pela eficaz promoção do comprometimento do docente com os valores e princípios educacionais defendidos pela Instituição norteou a elaboração e implantação do Plano de Qualificação, de acordo com os termos a seguir destacados:

CAPÍTULO I DAS ATIVIDADES DE MAGISTÉRIO

Art. 1º São consideradas atividades acadêmicas próprias do pessoal docente de ensino superior:

I - as pertinentes ao ensino de graduação e de pós-graduação, que visem à aprendizagem, ampliação e transmissão do saber e da cultura e à formação de sujeitos e profissionais nas diferentes áreas de conhecimento;

II - as de extensão que estendem à comunidade, sob a forma de cursos, serviços especiais e transferência de conhecimento e tecnologia, aproximando a Instituição da realidade social em que se insere; e

III - as atividades de coordenação, assessoramento, chefias, comissões e administração acadêmica.

Seção I Da Formação e Substituição

Art. 2º O Corpo Docente do Instituto será formado por quantos nele exerçam as atividades de magistério e será constituído:

I - pelos professores integrantes da carreira docente; e

II - pelos professores visitantes e colaboradores.

Parágrafo único. Poderão ser contratados, em situações emergenciais, professores visitantes e colaboradores que não integrarão a carreira docente do Instituto.

Art. 3º A contratação de professor integrante, visitante ou colaborador será feita nos termos da legislação trabalhista, por período determinado.

Parágrafo único. Serão realizadas eventuais substituições do corpo docente, observando-se a equiparação em relação à titulação, experiência acadêmica e experiência profissional não-acadêmica.

Seção II Do Plano de Carreira e Titulação

Art. 4º A carreira de Professor de Ensino Superior é constituída por três categorias funcionais, cada uma subdividida em cinco referências, assim denominadas:

I - Professor Titular, subdividida nos níveis I, II, III, IV e V;

II - Professor Adjunto, subdividida nos níveis I, II, III, IV e V;

III - Professor Assistente, subdividida nos níveis I, II, III, IV e V; e

IV - Professor Auxiliar, também subdividida nos níveis I, II, III, IV e V.

Art. 5º O ingresso na carreira de Professor de Ensino Superior dar-se-á preferencialmente na referência inicial da respectiva categoria funcional, por meio de processo seletivo, exigindo-se, além do diploma de curso superior na área de conhecimento em que irá atuar, ou em área afim, os seguintes requisitos:

I - para Professor Titular: título de Doutor na área em que irá atuar ou em área afim, obtido em curso reconhecido nos termos da Lei, e houver vagas no quadro de carreira;

II - para Professor Adjunto: título de Mestre na área correspondente ou em área afim, obtido em curso reconhecido nos termos da Lei, e houver vagas no quadro de carreira;

III - para Professor Auxiliar: título de Especialista, obtido nos moldes da legislação específica, ou experiência profissional não-acadêmica relevante, e houver vagas no quadro de carreira;

IV - Para Professor Auxiliar: título de Graduado na área ou em área afim.

CAPÍTULO II DA LOTAÇÃO E DO EXERCÍCIO

Art. 6º Será estabelecida, pelos colegiados superiores, uma lotação ideal por categoria funcional, representada pela força de trabalho docente, de acordo com aspectos qualitativos e quantitativos entendidos como imprescindíveis ao correto desempenho das atividades acadêmicas dos cursos e programas existentes e ao atendimento da demanda de novos cursos e/ou vagas.

Parágrafo único. Para efeito do estabelecimento da lotação, deverão ser considerados o dimensionamento das atividades acadêmicas, a experiência profissional no magistério superior e a experiência profissional não-acadêmica, os regimes de trabalho e o grau de qualificação docente.

CAPÍTULO III DO REGIME DE TRABALHO

Art. 7º O professor integrante da carreira fica sujeito a um dos seguintes regimes de trabalho, incluídas as horas-aula que ministra:

I - Regime de Tempo Integral – TI, com obrigação de prestar 40 horas semanais de trabalho, sendo 20 horas em aula e 20 horas em estudos, pesquisas, extensão, produção científica e intelectual, planejamento e avaliação;

II - Regime de Tempo Parcial – TP, com obrigação de prestar de 12 até 35 horas semanais de trabalho em aulas, estudos, pesquisas, extensão, produção científica e intelectual, planejamento e avaliação; ou

III - Regime Horista – RHA, para os que percebem seus vencimentos em função apenas das horas-aula contratadas.

Parágrafo único. A distribuição do número de horas destinadas ao ensino, pesquisa, extensão e à administração acadêmica, será definida pela Coordenadora de Curso, com aprovação do Diretor da Instituição, nos termos da legislação e do respectivo contrato.

CAPÍTULO IV DOS VALORES E VANTAGENS

Art. 8º Os professores integrantes do quadro de carreira docente serão remunerados segundo a categoria, titulação e referências funcionais, constantes da tabela vigente para o período correspondente.

§ 1º O professor receberá gratificação adicional pela sua produção científica e intelectual.

§ 2º A progressão na carreira docente se dará com base:

I - na avaliação de desempenho (professores que por cinco anos consecutivos tenham recebido o grau máximo “A” na avaliação dos estudantes);

II - na titulação acadêmica (em concordância com a política de valorização da titulação de mestres e doutores);

III - na produção científica e intelectual, sendo parâmetro mínimo para a consideração deste quesito a publicação de pelo menos três textos por ano, em cinco anos consecutivos; e

IV - no tempo de serviço, que deve ser de pelo menos dois anos para cada referência.

§ 3º O processo de enquadramento no sistema de referências inicia-se mediante requerimento do docente, em impresso próprio, acompanhado de toda documentação comprobatória necessária, junto à Coordenadoria do Curso, durante e somente no mês de julho, abrangendo o período de 12 (doze) meses.

§ 4º A remuneração das horas-aula ou horas-atividade, nos cursos ou programas de pós-graduação e extensão, quando ministrados em módulos, será fixada em cada caso, em função das características do evento:

I - a remuneração em questão cessará quando terminarem as atividades do evento discriminadas em sua programação; e

II - a atividade do evento não gerará direitos de continuidade por ser atividade eventual, temporária e por obra certa.

Art. 9º A hora-aula compreende, para efeitos de remuneração, a aula efetivamente ministrada segundo seu plano de ensino, seu planejamento e preparação, avaliação dos estudantes e desempenho de registro e controle acadêmico.

Art. 10. A remuneração do professor colaborador ou visitante é fixada tendo em vista a qualificação do contratado, observada, sempre que possível, a correspondência com os valores estabelecidos para professor do Plano de Carreira Docente e o regime de trabalho que lhe for definido, nos termos do contrato.

CAPÍTULO V DA FORMAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 11. O docente a quem for concedida licença remunerada, bolsa de estudos para realização de pós-graduação ou qualquer outra ajuda financeira para realização de estudo, obriga-se a servir a Instituição, após seu regresso ou término do benefício, nos termos fixados no respectivo contrato.

Parágrafo único. A Instituição oferece aos seus professores os seguintes incentivos:

I - bolsas de estudos para realização de cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado em Instituições brasileiras;

II - concessão de bolsas a recém-graduados para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, como incentivo ao ingresso na carreira de magistério da Instituição, com preferência para os ex-monitores;

III - concessão de auxílio ao professores para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares em sua área de atuação ou em área afim;

IV - oferta de cursos de treinamento e atualização profissional, com bolsas aos seus funcionários;

V - divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente ou técnico-administrativo;

VI - oferta de infra-estrutura que permita aos docentes a impressão ou edição de suas produções científicas, sob o patrocínio da Instituição; e

VII - licença, sem perda de vencimento (integral ou parcial), para participação em programas internos ou externos de pós-graduação e/ou de treinamento profissional.

2.2.3.1. Projeto de Incentivo à Qualificação Docente

Metas

São quatro as principais metas do Plano de Incentivo à Qualificação Docente concebido pela IES:

- investir na titulação dos professores, levando em consideração seus interesses e também os do curso e da Instituição;
- estimular os docentes da Instituição a participar de cursos de pós-graduação;
- criar um centro de treinamento em didáticas alternativas e atualização permanente do corpo docente com o objetivo de oferecer programas, cursos, colóquios e outras atividades que desenvolvam o conhecimento; e
- subsidiar aos docentes, por meio de ajuda de custos, a participação em eventos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais e em treinamentos específicos.

Ações

Para que tais metas sejam satisfatoriamente atingidas, a Instituição propõe as seguintes ações:

- estipulação de ajuda de custos, a critério da Diretoria e de acordo com os recursos existentes destinados ao Plano de Qualificação, aos docentes que participarem de eventos promovidos por entidades de reconhecido valor, e visando auxiliar na inscrição no evento e nas despesas com locomoção, hospedagem e alimentação;
- concessão de bolsas-auxílio, de acordo com os recursos existentes, correspondendo a 20 (vinte) horas-aula para os cursos de pós-graduação, pelo período de dois anos para Mestrado, podendo justificadamente ser prorrogada por mais 1 (um) ano, e de 3 (três) anos para o Doutorado, podendo ser também justificadamente prorrogada por mais 1 (um) ano.

Critérios

A análise dos pedidos de ajuda de custo e de bolsas-auxílio leva em consideração os seguintes fatores:

- os recursos financeiros disponíveis;
- necessidade institucional em áreas prioritárias;
- tempo de serviço do docente no quadro funcional da instituição; e
- a produtividade e desempenho do professor, apresentados nos dados da avaliação anual feita pela instituição.

2.3. Procedimentos para Eventual Substituição de Professores do Quadro

O Instituto poderá, por meio de contrato de direito administrativo e mediante regulamentação pelo Conselho Acadêmico, contratar por tempo determinado professores substitutos, para necessidades eventuais em atividades didáticas.

2.4. Cronograma de Expansão do Corpo Docente, considerando o Período de Vigência do PDI

PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

2008								
Titulação	Qtde.	%	Regime de Trabalho					
			Integral	%	Parcial	%	Horista	%
Doutor	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Mestre	9	7,69	1	0,85	2	1,71	6	5,13
Especialista	91	77,78	11	9,40	19	16,24	61	52,14
Graduado	17	14,53	0	0,00	10	8,55	7	5,98
Totais	117	100,00	12	10,26	31	26,50	74	63,25

2009								
Titulação	Qtde.	%	Regime de Trabalho					
			Integral	%	Parcial	%	Horista	%
Doutor	1	0,65	1	0,65	0	0,00	0	0,00
Mestre	12	7,84	2	1,31	3	1,96	7	4,58
Especialista	118	77,12	15	9,80	25	16,34	78	50,98
Graduado	22	14,38	0	0,00	13	8,50	9	5,88
Totais	153	100,00	18	11,76	41	26,80	94	61,44

2010								
Titulação	Qtde.	%	Regime de Trabalho					
			Integral	%	Parcial	%	Horista	%
Doutor	2	1,21	1	0,61	1	0,61	0	0,00
Mestre	13	7,88	4	2,42	2	1,21	7	4,24
Especialista	127	76,97	16	9,70	27	16,36	84	50,91
Graduado	23	13,94	1	0,61	14	8,48	8	4,85
Totais	165	100,00	22	13,33	44	26,67	99	60,00

2011								
Titulação	Qtde.	%	Regime de Trabalho					
			Integral	%	Parcial	%	Horista	%
Doutor	3	1,66	2	1,10	1	0,55	0	0,00
Mestre	14	7,73	4	2,21	3	1,66	7	3,87
Especialista	139	76,80	17	9,39	30	16,57	92	50,83
Graduado	25	13,81	1	0,55	15	8,29	9	4,97
Totais	181	100,00	24	13,26	49	27,07	108	59,67

2012								
Titulação	Qtde.	%	Regime de Trabalho					
			Integral	%	Parcial	%	Horista	%
Doutor	3	1,58	2	1,05	1	0,53	0	0,00
Mestre	15	7,89	5	2,63	3	1,58	7	3,68
Especialista	146	76,84	19	10,00	31	16,32	96	50,53
Graduado	26	13,68	1	0,53	16	8,42	9	4,74
Totais	190	100,00	27	14,21	51	26,84	112	58,95

DIMENSÃO III – INSTALAÇÕES

DIMENSÃO III – INSTALAÇÕES

1. INSTALAÇÕES GERAIS

As instalações físicas são inteiramente adequadas às funções a que se destinam e estão descritas a seguir:

Dependências/Serventias	Quantidade	m²
Sala de Direção	02	14
Coordenação Pedagógica	01	14
Salas de Coordenação	01	46
Sala de Professores	01	38
Salas de Aula	12	38,48
	01	54,60
	01	78,07
	01	62,78
	01	44
	02	66,35
	01	46,80
	01	40,71
	06	62,13
Sanitários	02	9,50
	02	2,60
	02	6,70
	02	1,40
	01	3,24
	01	7,00
	01	1,50
	01	11
	01	9,10
	01	5,39
	01	5,13
	01	5,85
	01	4,50
	01	3,78
	01	3,00
01	2,80	
Cantina	01	147
Laboratórios de Informática	01	77
	01	77
Biblioteca	01	96
Secretaria	01	25
Setor de Atendimento/Tesouraria	01	21
Centro de Informática – CPD	01	15
Almoxarifado	01	39
Laboratório de Turismo	01	33
Laboratório de Radio e TV	01	60
Agência Modelo	01	38
Sala de Leitura – Biblioteca	01	118
Recepção	01	61
Gráfica	01	20
Departamento de Provas	01	10
Laboratório de Fotografia	01	30
Studio de Fotografia	01	15

2. INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA

2.1. Recursos Audiovisuais

Item	AESPI	FAPI
Televisores	03	01
Videocassete	03	01
Retroprojetores	06	02
Canhões Multimídia	00	00
Data Show	04	00
Projetores de Slides	01	00
Câmeras	03	00
Quadro Branco	00	00
Flip-charts	00	00
Episcópio	00	00
Microcâmera	00	00
Aparelho de Som	00	00
DVD	02	01
Filmadora	02	00

2.2. Laboratórios de Informática

Equipamento	Especificação	Qte.	2008	2009	2010	2011	2012
Computadores	Microcomputador Syntax Pentium 4, Memória Principal de 256MB, Disco Rígido de 20GB, Monitor SVGA de 15", teclado e mouse, disquete e CD-ROM;	23	0	25	0	25	0
	Microcomputador Accept Celeron 2.5 Mhz, Memória Principal de 256MB, Disco Rígido de 40GB, Monitor SVGA de 15", teclado e mouse, disquete e CD-ROM;	23	0	25	0	25	0

A instituição possui **dois** laboratórios de informática de uso geral que atendem satisfatoriamente aos cursos existentes e os demais previstos em 2008 e que poderão ser expandidos de acordo com a demanda.

2.3. Laboratórios Específicos

A implantação dos laboratórios específicos previstos para os cursos de Enfermagem e Letras será efetuada de conformidade com o planejamento econômico-financeiro e o desenvolvimento dos currículos.

Para o ano de 2008, a Instituição contará com os seguintes equipamentos de laboratório para o Curso de Enfermagem:

ANATOMIA – Equipamentos

Laboratório de Anatomia	Quantidade
Crânio com cérebro	01
Coluna vert. flexível	01
Articulação do ombro	02
Articulação do quadril	02
Articulação do joelho	02
Braço com músculos destacáveis	01
Torso clássico unissex	01
Pulmão deluxe tam. nat.	01
Cérebro luxo	01
Sistema nervoso	01
Olho médio	01
Cérebro neuro-anatômico	01
Articulação do cotovelo	01
Torso bissexuado	01
Painel sistema digestivo	01
Painel sistema nervoso	01
Painel circulação sanguínea	01
Torso bissexual luxo com órgãos desm.	01
Músculo da cabeça e pescoço	01
Sistema digestivo	01
Fígado com vesícula, pâncreas e duodeno	01
Esqueleto humano completo desarticulado	01
Perna com músculos destacável	01
Coração clássico	02
Sistema urinário bissexual	01
Ouvido gigante clássico	01
Esqueleto com base móvel articulável	01
Cabeça com secção frontal e lateral	01
Braço deluxe com musculatura	01
Rim	01
Pé artificial	01
Vértex	01
Mão artificial	01
Figura muscular com sexo dual	01
Negatoscópio de um corpo	04
Maca em aço inox	06
Banqueta de laboratório	30
Caixa de luva descartável média	01
Caixa de luva descartável grande	01

KIT PERMANENTE NO LABORATÓRIO DE ENFERMAGEM			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ÍTEM	UNI	QUANTIDADE
134077	ASPIRADOR DE SECRECAO	UNI	1
145361	BACIA DE INOX 32CM - 3100ML	UNI	6
24697	BALANCA ANTROPOMETRICA ADULTO - (BALANCA CORPORAL M	UNI	1
58932	BALDE DE INOX P/ ASSEPCIA - 5LTS	UNI	6
45603	BANCO DE INOX REDONDO S/ ENCOSTO C/ RODAS REG.DE ALTU	UNI	2
123006	BANDEJA DE INOX CIRURGICA 22X12X1CM	UNI	3
37588	BANDEJA DE INOX CIRURGICA 32X24X4CM	UNI	3
161380	BIOMBO ESMALTADO BRANCO C/ 3 FACES E RODAS	UNI	3
124989	BOLSA DE GEL - BODY CARE	UNI	1
110693	BOLSA DE GELO P/ OMBRO C/ FAIXA DE NEOPRENE	UNI	1
138137	BRACO P/ ADMINISTRACAO DE INJECAO IV E IM	UNI	1
49736	CADEIRA DE RODAS	UNI	1
52760	CALICE DE VIDRO GRADUADO 1000ML (COPO)	UNI	1
134790	CAMA HOSPITALAR	UNI	5
99168	CAMPO CIRURGICO DE BRIM	UNI	6
38027	CAMPO CIRURGICO DESCARTAVEL	KIT	3
11230	CARRINHO P/ CURATIVO C/ RODAS/BALDE/BACIA ESMALTADA BR	UNI	3
95941	COBERTOR DE LA SOLTEIRO	UNI	5
145270	COLCHA DE PIQUET	UNI	5
161263	COLCHAO P/ CAMA FAWLER DE ESPUMA REV.C/CAPA PLASTICA	UNI	5
70488	COLCHONETE DE ESPUMA REV. DE CORVIM - 1,30 X 0,50	UNI	1
161299	COMADRE DE INOX	UNI	2
110061	CUBA DE INOX - RIM	UNI	2
161305	CUBA DE INOX REDONDA P/ ASSEPCIA - 10CM	UNI	2
62900	ESCADA DE 2 DEGRAUS DE FERRO P/ DIVA	UNI	1
24478	FRONHA P/ TRAVESSEIRO	UNI	5
161329	JARRA DE INOX - CAP. 1,5L	UNI	1
43278	LENCOL C/ ELASTICO	UNI	5
61359	LENCOL S/ ELASTICO	UNI	5
46735	LIXEIRA C/ PEDAL BRANCA	UNI	1
109253	MACA C/ RODAS P/ TRANSPORTE DE PACIENTES	UNI	1
61360	MANOMETRO DE MERCURIO	UNI	1
180643	MANEQUIM PARA CUIDADOS COM PACIENTE	UNI	1
161342	MESA CABECEIRA ABERTA C/ GAVETA/PRATELEIRA ESMALTADA	UNI	5
161354	MESA P/ REFEICAO NO LEITO C/ ALTURA REGULAVEL E PES CRC	UNI	1
86903	VACUOMETRO C/ FRASCO 500ML	UNI	1
110103	OTOSCOPIO C/ JOGO DE ESPECULO	UNI	1
161366	PAPAGAIO DE INOX - C/ 1000	UNI	1
82284	PENIS DE BORRACHA S/ BOLSA ESCROTAL - SEMISA	UNI	1
145269	PIJAMA HOSP.MULTIPROFISSIONAL P/ C.CIRURGICO-ALGODAO V	CJ	1
130096	PINCA DE COCKER RETA 16CM	UNI	2
145506	PINCA DENTE DE RATO 14CM	UNI	3
26116	PINCA KELLY CIRURGICA CURVA 16CM	UNI	2
31951	PINCA METAL C/ PONTA RETA S/ DENTE	UNI	3
32098	PISSETA PLASTICA P/ AGUA 100 ML	UNI	6
40563	PORTA ALGODAO	UNI	3
40575	PORTA GAZE	UNI	3
171683	SELADORA P/ ROLOS DE PAPEL GRAU CIRURGICO	UNI	1
49189	SUPORTE DE APOIO DE BRACO	UNI	1
47594	SUPORTE P/ SACO HAMPER ESMALTADO BRANCO	UNI	1
19276	SUPORTE P/ SORO	UNI	2
67350	TERMOMETRO DE BULBO SECO P/TEMP.AR 30° A 50°	UNI	1
67362	TERMOMETRO C/ ESCALA INTERNA -30° A 50C° MAX E MIN	UNI	1
69437	TERMOMETRO P/ VACINA C/ CABO EXTENSOR -25° A +30C°	UNI	1
40976	TESOURA DE METZEMBAUM RETA 18CM	UNI	6
56157	TOALHA DE BANHO	UNI	12
111922	TRAVESSEIRO EM COURVIM	UNI	2
34484	TRAVESSEIRO PEQUENO	UNI	2

3. SERVIÇOS

3.1. Serviços

Os laboratórios a serem utilizados nos cursos a serem oferecidos possuirão infraestrutura adequada, permitindo o oferecimento de serviços aos seus usuários, tendo presente a proposta pedagógica do curso. Os laboratórios estarão à disposição de professores e alunos nas diversas disciplinas, promovendo o desenvolvimento de metodologias e práticas de ensino em sintonia com os avanços tecnológicos.

Os laboratórios estarão à disposição dos alunos para a realização de atividades fora do horário de aulas.

3.2. Normas de Segurança

A política de segurança e medicina do trabalho da instituição envolve todos os seus diversos setores como as obras civis e os setores de apoio.

A instrução das normas de segurança aos alunos é prioridade. Em todos os diversos laboratórios, serão adotadas normas de procedimento que visam à proteção dos professores e alunos. Os alunos ao iniciarem as disciplinas que utilizam laboratórios para aulas práticas, receberão do professor as normas de segurança para o devido uso de materiais e equipamentos e serão identificados “in loco” os equipamentos a serem utilizados em emergência de acidentes.

3.3. Plano de Atualização Tecnológica

Os recursos tecnológicos disponibilizados pelo Instituto têm por finalidade otimizar o ambiente tecnológico, reestruturando os recursos atualmente disponíveis e indicando novas formas de atuação.

Na ocasião, o Coordenador de Curso, os professores, os técnicos do Laboratório de Informática e os representantes do corpo discente avaliam a adequação dos equipamentos em número e modelo para atender às exigências do curso.

Em caso de identificação de deficiências, o **IEST** atualiza os equipamentos disponíveis para que possa garantir o número e o modelo das máquinas às exigências dos cursos, às necessidades das disciplinas e às solicitações de professores e estudantes, além da aquisição de novas versões de Sistemas Operacionais, visando à melhoria do ensino das disciplinas do currículo.

A atualização dos equipamentos é feita a cada dois anos, ou tempo inferior, se necessário, por meio de upgrade. A atualização consiste na troca de um ou mais componentes do computador por componentes de melhor performance.

Para o período quinquenal do **PDI**, a previsão é de que seja montado, no mínimo, um novo laboratório a cada ano, de acordo com a quantidade de estudantes matriculados nos cursos existentes e em cursos que sejam criados neste período. (ver item 2.1)

A utilização da Internet é gratuita e ilimitada para professores e para estudantes do **IEST**.

3.4. Plano de Manutenção dos Laboratórios

A manutenção dos equipamentos do Laboratório e material de apoio é realizada por técnicos responsáveis da própria Instituição e também por técnicos contratados por meio de convênio com empresas da região.

A manutenção externa é realizada, regularmente, duas vezes por ano, mediante solicitação por escrito feita pelos monitores do laboratório e sempre que se fizer necessário, pela equipe interna.

Os procedimentos de manutenção são divididos em 3 grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência.

Os procedimentos de manutenção incluem as atividades de:

- substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil;
- reformas de instalações e equipamentos, de forma a minimizar a probabilidade da ocorrência de incidentes e interrupções nas rotinas de trabalho;
- reformas necessárias à implementação de novas atividades;
- reformas necessárias para a ampliação e/ou aumento da capacidade das atividades já existentes;
- consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes;
- reformas que atendem a minimização e/ou eliminação de riscos de acidentes de alta ou altíssima probabilidade.

3.5. Pessoal Técnico de Apoio

O pessoal técnico de apoio é orientado por um Chefe e um Auxiliar de Laboratório, capazes de oferecer o suporte aos usuários dos laboratórios, sejam eles estudantes ou professores. Esses profissionais estão disponíveis nos laboratórios durante os períodos previstos de funcionamento da Instituição. Caso o número de usuários dos laboratórios aumente, haverá o compromisso firmado de ampliar esta equipe.

3.6. Relação Equipamento/Aluno/Curso

O número de equipamentos existentes no Laboratório de Informática da IES é suficiente para o funcionamento dos cursos em funcionamento em 2008.

A IES, em função da demanda apresentada neste ano, elaborará projeto de expansão dos equipamentos, visando sempre à melhoria no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, com a proporcionalidade de 25 alunos por terminal.

3.7. Inovações Tecnológicas Significativas

Hoje o desempenho competente em qualquer profissão reclama o conhecimento e a prática de instrumental tecnológico e de multimeios.

O funcionamento de uma IES pressupõe a disponibilidade desses recursos e a presença de operadores capazes de propiciar uma gestão eficiente dos mesmos e de ensinar como utilizá-los, segundo os programas e objetivos propostos no projeto de cada curso.

Ademais, os recursos tecnológicos e de multimeios devem funcionar, também, como vias de integração da IES com a comunidade, mediante atividades complementares, extensionais e de serviços, de caráter interdisciplinar, inclusive como forma de conhecer melhor o mercado de trabalho.

O **IEST** pretende adquirir e atualizar os instrumentos tecnológicos e de multimeios visando a ser um espaço ativo de produção de cultura e conhecimento, além de um centro de formação de profissionais qualificados.

Atualmente servindo como pólo de apoio presencial para os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos na modalidade **Educação a Distância – EAD** pela Universidade Paulista – UNIP, o **IEST** tem-se beneficiado pela troca de experiências pedagógicas entre as duas instituições e pela oportunidade de acompanhar passo a passo a implantação e gerenciamento deste tipo de curso, bem como as diferentes tecnologias nele envolvidas.

Tal convivência traz, inequivocamente, a familiaridade de docentes e discentes da Instituição com inovações tecnológicas das mais significativas no âmbito educacional, ampliando o leque de conhecimentos disponíveis à comunidade acadêmica e constituindo-se em possibilidade interessante para expansão futura das áreas de atuação do Instituto.

4. BIBLIOTECA

A Biblioteca conta com um acervo que segue plenamente os padrões de qualidade exigidos, composto por material atualizado tanto para o uso do corpo docente quanto para o uso do corpo discente, ao mesmo tempo em que busca sempre a melhor estruturação do espaço para a formação do estudante e de melhores resultados para a satisfação de seus usuários.

A Instituição entende ser imprescindível a aquisição de livros e periódicos indicados pelo corpo docente, a fim de cumprir o atendimento das ementas de cada disciplina, sempre em consonância com as Diretrizes Curriculares do MEC, além de atender a assuntos de interesse e complementação à formação dos estudantes.

4.1. Acervo atual do IEST (por área de conhecimento)

TOTAL DE EXEMPLARES EM 2008				
ÁREA DO CONHECIMENTO	LIVROS	OBRAS DE REFERÊNCIA (Compêndios, Dicionários, Enciclopédias etc)	OBRAS SERIADAS (Periódicos, Jornais e Revistas)	MULTIMÍDIA (VHSs, disquetes, CD ROMS, E- Books e Páginas Eletrônicas)
Ciências Exatas e da Terra	487	44	115	4
Ciências Biológicas	365	2	25	17
Engenharia/Tecnologia	4499	9	315	4
Ciências da Saúde	2213	7	324	96
Ciências Agrárias	0	0	0	0
Ciências Sociais Aplicadas	18019	138	2948	210
Ciências Humanas	6479	202	626	58
Linguística, Letras e Artes	1891	14	32	53
Multidisciplinar	0	0	3690	0
TOTAL	33953	416	8075	442

4.2 – Formas de atualização e expansão do acervo

MATERIAIS	DIRETRIZES
LIVROS E OBRAS DE REFERÊNCIA	Obedecer aos parâmetros estabelecidos pelo MEC para as proporções de exemplares por número de alunos das obras indicadas nas bibliografias.
	Atualizar o editorial quando preciso.
	Adquirir a solicitação dos professores e alunos intermediada pelos coordenadores.
OBRAS SERIADAS (PERIÓDICOS, JORNAIS E REVISTAS)	Adequar o acervo junto aos coordenadores de acordo com a legislação vigente.
	Consultar os conceitos das obras no Programa Qualis da CAPES (http://qualis.capes.gov.br/webqualis) sempre que possível, já que nem todas obras em circulação foram avaliadas.
	Verificar a circulação das obras em outros acervos utilizando o Catálogo Coletivo Nacional (http://ccn.ibict.br/busca.jsf).
	Priorizar obras que possuem acesso pela Internet sempre que possível.
MULTIMÍDIA (VHSs/DVDs, Disquetes/CD ROMs e E-books/Páginas Eletrônicas)	Adquirir a solicitação dos professores e alunos intermediada pelos coordenadores.

4.3. – Plano de Expansão do acervo para o período de vigência do PDI

ÁREA DO CONHECIMENTO	LIVROS					OBRAS DE REFERÊNCIA					OBRAS SERIADAS					MULTIMÍDIA				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
Ciências Exatas e da Terra	487	500	500	550	600	44	50	50	50	50	115	200	300	400	500	4	5	10	15	20
Ciências Biológicas	365	400	450	500	700	2	5	10	15	20	25	50	100	150	200	17	20	25	30	35
Engenharia/Tecnologia	4499	4500	4600	4700	5000	9	10	15	20	25	315	350	400	450	500	4	5	10	15	20
Ciências da Saúde	2213	2300	2400	2450	2500	7	10	15	20	25	324	350	400	450	500	96	100	150	200	250
Ciências Agrárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciências Sociais Aplicadas	18019	18500	19000	19500	20000	138	150	200	200	250	2948	3500	4000	4500	5000	210	250	250	300	300
Ciências Humanas	6479	6500	6550	6600	6700	202	250	250	250	250	626	1000	1500	2000	2500	58	100	100	100	100
Linguística, Letras e Artes	1891	2000	2000	2200	2500	14	15	20	25	30	32	50	100	150	200	53	100	150	200	250
Multidisciplinar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3690	4000	4500	5000	5500	0	580	695	860	975
TOTAL	33953	34700	35500	36500	38000	416	490	560	580	650	8075	9500	11300	13100	14900	442	1160	1390	1720	1950

4.4. Horário de Funcionamento

Horário de Funcionamento
De segunda a sexta-feira das 07h às 22h
Sábados, das 8h às 13h

4.5. Pessoal Técnico-Administrativo

Número de Bibliotecárias – 01

Número de auxiliares – 11

4.6. Serviços Oferecidos

- Acesso disponível pela intranet ao acervo eletrônico;
- Acesso disponível pela intranet aos catálogos;
- Acesso disponível pela intranet aos serviços;
- Acesso para portadores de necessidades especiais;
- Apoio à elaboração de trabalhos acadêmicos;
- Capacitação de usuários;
- Catálogo (do acervo) impresso disponível para consulta local;
- Comutação bibliográfica;
- Horário de funcionamento diário ininterrupto;
- Participação em redes de bibliotecas ;
- Pesquisa bibliográfica; e
- Reserva da bibliografia usada nos cursos.